

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Vander Antonio dos Reis

**As relações de reprodução social da Associação Regional de Produtores Agroecológicos
(ARPA) no contexto da Região Sudoeste de Mato Grosso**

Rio de Janeiro
2018

Vander Antonio dos Reis

**As relações de reprodução social da Associação Regional de Produtores Agroecológicos
(ARPA) no contexto da Região Sudoeste de Mato Grosso**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilância em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Wanderlei Antonio Pignat

Rio de Janeiro,
2018

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

R375r Reis, Vander Antonio dos
As relações de reprodução social da Associação Regional de
Produtores Agroecológicos (ARPA) no contexto da região
sudoeste de Mato Grosso. / Vander Antonio dos Reis. -- 2018.
122 f. : tab. ; mapas

Orientador: Wanderlei Antonio Pignat.
Coorientador: Fernando Michelloti.
Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola
Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018.

1. Agricultura Sustentável. 2. Família. 3. Política Social.
4. Assentamentos Rurais. 5. Trabalhadores Rurais.
6. Organização Social . 7. Agroindústria. 8. Campesinato.
I. Título.

CDD – 22.ed. – 338.1098172

Vander Antonio dos Reis

**As relações de reprodução social da Associação Regional de Produtores Agroecológicos
(ARPA) no contexto da região sudoeste de mato grosso.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Vigilância em Saúde.

Aprovada em: 08 de Julho 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ary Carvalho de Miranda
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública

Wanderlei Antonio Pignati (Orientador)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública

Rio de Janeiro
2018

Dedico este trabalho a todos os homens e mulheres que fazem parte da classe trabalhadora, em especial aqueles que dispuseram a vida pela missão árdua e ousada de lutar dignamente por um pedaço de terra, pela reforma Agrária e pela, transformação do modelo capitalista, também à toda minha família, em especial minha filha **Evelin de Fátima Pereira dos Reis** e minha mãe, **Geralda de Almeida dos Reis**, uma guerreira que ao longo 32 anos foi mãe e pai, de quatro filhos e que hoje germina numerosa entre netos e bisnetos. Também quero dedicar à **Gislaine Edicely da Costa Ramos**, minha companheira, esteio fundamental da organização da minha vida pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que é a minha base motivadora e que a todo o momento vem me apoiando e incentivando para continuar as tarefas políticas nos movimentos sociais e na vida pessoal.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e outros movimentos sociais do campo, que preocupado com formação política de quadros e militantes, tem construído convênios através da luta, possibilitando o acesso de milhares de Sem Terra às universidades.

Ao MST do Mato Grosso, que me confiou à tarefa de estudar mais uma vez pelo Movimento, oportunizando este mestrado.

A toda coordenação do Curso Mestrado Profissional em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais, Coordenação Político Pedagógica, professores e monitores que estiveram presentes nesta construção coletiva.

A meu orientador Prof: Dr. Wanderlei Antonio Pignati, e Coorientador Fernando Michelloti, que empenharam seus esforços para contribuir na elaboração deste trabalho.

A turma do Mestrado “Primavera da Luta” que durante o período do curso foi um coletivo de referência para concluir os estudos.

A COOPERAÇÃO

Carta de Amor nº 07 Ademar Bogo (2006)

Vamos falar da morte como algo natural. Na vida e na morte da convivência social. A princípio, só há morte de algo já formado, que com o tempo em outros elementos vai sendo transformado. Até aqui nada de especial, pois a transformação.

Concreta também é natural. Cada coisa vai crescendo em pleno movimento, como se em toda massa existisse um bom fermento.

Cresce então em quantidade, e quando alguém percebe e impõe seu jeito, aparece ali a qualidade. Isso ganha importância quando passa pelas mãos da militância.

Assim podemos formular uma questão: é possível morrer em nós o espírito da cooperação? Vejamos pela história, onde foi que ela apareceu? No início da formação humana quando um só macaco não podia carregar um cacho de bananas. Assim sustentavam em vários o peso sobre as pernas e levavam o alimento até as cavernas.

Mais adiante, a roda em movimento, fez do ofício profissão e os instrumentos passavam de mão em mão, até que um dia a máquina a vapor, engoliu um a um cada trabalhador. Sobraram os mais experientes, que foram levando a cooperação em frente.

Assim a história deu seu giro, as mudanças foram transformando-se em suspiros e alcançaram a informática e a genética. Os que não acompanharam, impressionados, ficaram com a sua aparência ainda mais patética. Este veloz desenvolvimento chegou arrastando-se até a porta de nossos assentamentos. - O que quer? – perguntam os mais preocupados - Transformar cada Sem Terra em um cooperado?

Assim se tentou dar vida a algo que nasceu sobre a terra repartida.

Porque morre então a cooperação, se é ela a principal força de produção?

O campo é diferente da cidade companheiro. Lá, para organizá-la basta ter um patrão “com bom” dinheiro. Na agricultura é diferente, para cooperação viver e ir em frente, deve nascer primeiro no coração da gente.

Ainda falta algo para esta tese ser verdade. No campo a cooperação deve ter germes de nova sociedade. Sobrevive, quando as pessoas aprendem a ser livres, firmes, como os pilares de uma comunidade.

Um pouco mais talvez ainda resta, é difícil diferenciar ao longe como na floresta, algo que pelo jeito não se diferencia. A árvore só pode ser diferente se aprender a espalhar sementes e fazê-las nascer apesar da sombra fria.

Por isso cooperar entre os arames dos lotes é difícil como buscar água no deserto, no campo esta ideia só dá certo, quando se misturar trabalho com ideologia. Aí, cooperar, lutar e amar, rimarão nos versos da mesma poesia.

Para isso precisa formação. A consciência substitui o patrão. A força organizada constrói a utopia. Uma coisa apenas ainda falta, é manter a velocidade sempre alta, nas rodas que transportam a alegria.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal, compreender a relação de reprodução social da Associação Regional de Produtores Agroecológicos – ARPA- no contexto da região sudoeste do estado de Mato Grosso, apontando a forma de organização das famílias assentadas no assentamento Roseli Nunes para produção de alimentos de base agroecológica. Seu objetivo foi de compreender como esta organização, torna-se um instrumento de resistência das famílias para sobreviver na terra e ao mesmo tempo contrapor o modelo de produção capitalista do agronegócio. O estudo procurou entender a relação de produção e organização da ARPA na perspectiva da luta de classes. Divididos em três capítulos, buscou na literatura clássica apontar elementos históricos que puseram em destaque a luta dos trabalhadores camponeses. Também aponta elementos da questão agrária no Brasil e o processo de desenvolvimento do capital na agricultura. Por outro lado, enfatiza a luta de organizações e movimentos sociais na busca pela terra e ainda, organizações de trabalhadores na produção e subsistência no campo. Através de entrevistas semiestruturadas se dialogou com cinco agricultores sócios da ARPA, indagando sobre a estrutura orgânica, produção, comercialização, saúde e educação. A análise dos dados coletados foi realizada com base no materialismo histórico dialético, buscando compreender as origens dos conflitos internos e externos da Associação e com os vizinhos que se utilizam o modelo capitalista do agronegócio. Todos os agricultores entrevistados se referiram à produção da Associação, destacando sua forma em produzir alimentos saudáveis, cuidado com o ambiente, o não uso dos agrotóxicos, a diversificação da produção e o aumento da produtividade. Sobre comercialização, destacou a forma coletiva que se realiza este processo, a relação política que estabelece com os diferentes espaços de venda dos produtos, a intencionalidade de defesa da reforma agrária e da agroecologia, além de apontar dados dos produtos comercializados e do público beneficiado neste processo. Portanto, o estudo sobre a ARPA, destacando sua forma de organização demonstrou um esforço prático desta Associação em construir a resistência e permanência das famílias no assentamento, chegando à conclusão de que a mesma se constitui como um instrumento de organização dos trabalhadores na região, porém suas ações continuam tímidas quando se refere à mudança de estrutura do modelo de produção capitalista.

Palavras Chaves: Campesinato, Agroecologia, Movimentos Sociais, Agronegócio e Agricultura familiar.

ABSTRACT

This work had as its main objective understand the relationship of social reproduction of the Regional Association of Agroecological Producers (RAAP) in the context of Southeast region of the Mato Grosso state, pointing the organization form of settled families in the settlement named Roseli Nunes for agroecological-based food production. Also, the objective of this work was to understand how this settlement organization becomes a “resistance tool” for the settled families in order to survive in these settlements and, at the same time, oppose the capitalist production model represented by the agribusiness. The study tried to understand the relationship between the production and organization of the RAAP from a class-struggle perspective. Divided in three chapters, this research sought in classical literature point out historical elements that highlighted the struggle of peasant workers. It also points out elements of the agrarian matter in Brazil and the development process of the capital in agriculture. On the other hand, this work emphasizes the struggle of organizations and social movements in their search for land and the organizations of workers in the production and subsistence in the countryside. Through semi-structured interviews, five members of RAAP were contacted, who then were inquired about organic structure, production, commercialization, health and education. The analysis of collected data was realized based on a dialectical historical materialism, looking for understanding the origin of internal and external conflicts of RAAP with the neighborhood that use the capitalist model based on the agribusiness. All interviewed farmers referred to the production of RAAP, highlighting the form in which healthy foods, including caring for environment, non use of pesticides, production diversification and the increase of productivity. As for commercialization, it is highlighted the collective form in which this process is realized, the political relationship established with different spaces of sale of products, the intentionality of defense of the agrarian reform and of the agroecology, besides pointing out important data about commercialized products and about the public benefited by this process. Therefore, the study about RAAP, highlighting its organization form, demonstrated a practical effort of this association in order to construct the resistance and permanence of these families in this settlement, coming to the conclusion that the Association constitutes an organization tool of the workers in the region. However, their actions are still timid when it is referred to the change of structure of the capitalist production model.

Key words: Peasantry , Agroecology, Social movements, Agrobusiness and Family agriculture

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP – Área de Preservação Permanente
APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso
ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológicos
ASPRAC – Associação dos Produtores Organizados na Agropecuária Cáceres
BAP- Bacia do Alto Paraguai,
CANASAT/INPE - Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERB - Cooperativa de Produtores de Cana de Rio Branco
CPA - Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS - Cooperativas de Prestação de Serviços
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMATO - Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBC – Fundação Brasil Central
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FPA – Frente Parlamentar de Agropecuária
IALA – Instituto Latino Americano de Agroecologia
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs – Organizações Não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PACs – Projeto de Assentamentos Conjuntos
PAR – Projeto de Assentamentos Rápidos
PEA – Projeto Especial de Assentamentos
PA – Projeto de Assentamento

PAC2 – Programa de aceleração do Crescimento - 2º fase

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

POLAMAZÔNIA - Programa Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO - Programa para o Desenvolvimento do Cerrado

POLONOROESTE- Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

SAD- Sistema de Alerta de Desmatamento

SINDAG – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola

SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

LISTA DE MAPA

Mapa 01 - Produção de soja na safra 2013/2014	67
Mapa 02 - Região hidrográfica do Paraguai	70
Mapa 03 - Mapa do Território da Grande Cáceres	71
Mapa 04 - Área plantada com soja nos município da Bacia do Alto Paraguai – 2002 e 2012	72
Mapa 05 - Hidrovia Paraguai-Paraná	73
Mapa 06 - Área de Influência da hidrovia Paraguai-Paraná	74
Mapa 07 - Localização do Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste/MT	81

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 01 – Caracterização dos 06 primeiros projetos de Assentamento/Colonização realizados pelo INCRA em Mato Grosso	63
Quadro 02 – Resultados dos projetos de colonização efetivados pelo INCRA entre 1980 – 1992	64
Tabela 01 - Consumo de agrotóxicos e seus princípios ativos, por cultura e por municípios no estado de Mato Grosso	75
Tabela – 02 Desmatamento no BAP até 2012	76

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO E METODOLOGIA	17
CAPITULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: A LONGA PERSISTÊNCIA DO LATIFÚNDIO E OS CONFLITOS ATUAIS POR TERRA E PELA MATRIZ PRODUTIVA.....	24
1.1 Bases Teóricas e Históricas para Análise da Questão Agrária no Brasil	24
1.2 - A Industrialização Brasileira e a Modernização Conservadora da Agricultura	35
1.3 - Questão Agrária Contemporânea e a Expansão do Agronegócio	42
1.4 - A resistência e as lutas camponesas: destaque para a construção da agroecologia.....	44
1.5 - As Reflexões Teóricas e Históricas sobre a Questão Agrária e os Eixos de Análise da ARPA	50
CAPÍTULO 2 – QUESTÃO AGRÁRIA E DISPUTAS TERRITORIAIS: APROPRIAÇÃO DA TERRA, MATRIZ PRODUTIVA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ESTADO DE MATO GROSSO.....	52
2.1 - Ocupação territorial do Mato Grosso e a construção da dominação do latifúndio	55
2.2 - O Desenvolvimento Capitalista Recente e a Constituição do Agronegócio	65
2.3 – A Região Sudoeste de Mato Grosso: nova estratégia de avanço do agronegócio.....	69
2.4 - A Luta pela Terra e os Movimentos Sociais do Campo em Mato Grosso	78
2.5 - Assentamento Roseli Nunes: A luta pela terra e a disputa territorial	80
2.6 - Questão Agrária e Disputas Territoriais no Estado de Mato Grosso	83
CAPITULO 3 - ARPA: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E LUTA CAMPONESA	85
3.1 – A ARPA/MST e a luta contra o latifúndio na região Sudoeste de Mato Grosso	85
3.1.1 O processo orgânico da ARPA como instrumento de formação, organização e acompanhamento do trabalho.....	89
3.1.2 - Os impactos sociais causados pelas empresas do agronegócio e a atuação da ARPA ⁹⁶	
3.2 - Agroecologia como uma dimensão da luta de resistência e superação camponesa.....	101
3.2.1 – A Cooperação e Comercialização em uma dinâmica de organização do trabalho	104
3.2.2 - A saúde como instrumento de organização das famílias	106
4.2.3 – Educação como espaço estratégico de formação, comercialização e divulgação da agroecologia e a reforma agrária.....	110
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

APRESENTAÇÃO

As razões que motivaram este pesquisador a trabalhar este tema vêm da experiência de militância no Movimento Sem Terra. Vem dessa sede partilhada entre várias tarefas recebidas, acompanhando grupos de produção e cooperação nos assentamentos conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no estado de MT. Buscando as formas de organizações das famílias assentadas, como estratégia de sua resistência.

Esta militância inicia a partir de 1998 com inserção no setor de educação do MST. Primeiramente com a tarefa de trabalhar como educador na escola Zumbi dos Palmares no Assentamento Margarida Alves. Paralelo este trabalho estava o acompanhamento de um grupo de produção coletiva, formado por doze famílias, que tinham como proposta construir um CPA - Cooperativa de Produção Agrícola. Este grupo de família manteve esta proposta durante os anos 1998, a 2000, quando por dificuldades internas que interferiram na organização do trabalho e na convivência social das famílias, optaram por dividir os lotes e as famílias seguirem rumos organizativos diferentes.

Este foi o primeiro contato do pesquisador, com um processo de organização da produção a partir da cooperação agrícola, onde se reuniam para discutir e planejar cada ações que iriam realizar no dia e semana seguinte. Além do processo de avaliação, novos planejamentos e distribuição de tarefas. Esta foi uma experiência riquíssima, pois as famílias partiram de uma condição de pouca informação sobre cooperação, motivados pela vontade de produzir coletivamente.

Os resultados foram impressionantes, pois conseguiram uma produção de leite alta, além de alimentos básicos da alimentação como arroz, milho, feijão, hortaliças. Outro resultado foi à organização das moradias em agrovila facilitando o acesso a água, luz elétrica, lazer e religião.

Esta experiência despertou para a necessidade da cooperação agrícola, por acreditar que esta seja uma forma fundamental de organização dos assentados, para conseguir respostas produtivas e orgânicas para sobreviver no assentamento.

No final do ano 2000 minha militância vai tomando novas direções agora com outras tarefas na área da formação política, fui convidado atuar em outras regiões do estado até mesmos fora do país com uma experiência de grande importância na

Venezuela nos anos 2006, a 2008 atuando em cursos de formação de militantes da Escola Nacional Florestan Fernandes em um períodos aconteciam de forma itinerantes nas diferentes regiões do país.

Em 2001, participei de outra experiência de cooperação que também marcou um pouco do trabalho militante, sobre as discussões feitas na direção do MST no estado Mato Grosso, surgiu a ideia de juntar jovens dos acampamentos e assentamentos e formar um grupo de militante que pudesse produzir para autosustentação e ao mesmo tempo garantir seus trabalhos militantes, tinha o nome de “Combater e Produzir” seu objetivo eram ocupar uma área social de um assentamento da região sudoeste e depois ampliar a experiência para outra região. Assim uma área no Assentamento Roseli Nunes foi definida para este trabalho. Esta experiência foi um tanto confusa, por que não houve uma interação por parte da direção do MST no processo de execução das ações do grupo isto dificultou o processo de organização da produção e uma melhor distribuição das tarefas políticas do Movimento aos jovens que faziam parte do grupo.

No entanto, algumas lições foram tiradas desta experiência, principalmente em discutir a cooperação a partir de uma visão isolada do conjunto de uma organização social. Este grupo vai se desfazer em 2003 alguns jovens desistem e volta para seus assentamentos outros vão assumir tarefas do movimentos em outras regiões, alguns foram assentados A participação neste grupo que permitiu acompanhar e participar de vários debates sobre a constituição da ARPA que seria o instrumento de organização dos trabalhadores na região.

Outro período importante da militância foi à experiência vivida na Venezuela, organizados em uma brigada de militantes de várias regiões do Brasil, este trabalho se constituiu pelo convênio de intenções (assim chamado) firmado entre governo da Venezuela então presidente Hugo Chaves e MST durante Fórum Social Mundial em 2005 em Porto Alegre. Entre os acordos deste convênio estava de fortalecer os Movimentos Sociais de lutas camponesas daquele país, o acompanhamento das cooperativas de produção agrícola, a implementação de banco de sementes agroecológicas, a experiência da Bionatur e criação do Instituto latino americano de agroecologia (IALA).

Nos anos de 2006 e 2007 minha tarefa centrava-se no acompanhamento aos movimentos camponeses nas realizações das escolas de formação de militantes, cursos, seminários, organizações de mobilizações e acompanhamento das cooperativas de produção coletiva, uma destas cooperativas era “Berberé” localizado no município de

Tucani, no estado Mérida próxima ao lago de Maracaibo. Esta cooperativa era formada com 75 sócios e sócias com predominância feminina, tinha uma alta produção de produtos agrícola e era uma referência da região no país.

Em 2008 muda minha tarefa passando a contribuir na coordenação política pedagógica do IALA, com foco de contribuir na organização interna dos educandos para os estudos e trabalho agrícola, que era base da auto sustentação do Instituto neste momento, pois ainda não havia sido criado.

De volta ao Brasil, vou compor a equipe de coordenação do Centro de Formação Olga Benário Preste no município de Várzea Grande – MT, onde vivemos um período importante para autosustentar e garantir diversas atividades política do MST e outros movimentos sociais.

Desta forma minha militância sempre esteve vinculado a um processo orgânico que direcionava para a cooperação, mesmo que algumas experiências se perderam no caminho e não tiveram o êxito pretendido, volto a afirmar para mim cooperação se constitui em um instrumento fundamental para a organização dos trabalhadores para garantir sua sobrevivência e resistência no campo.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma reflexão sobre a atuação da ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos, no Assentamento Roseli Nunes, conquistado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST na região Sudoeste do estado de Mato Grosso. Buscou compreender a relação de produção e organização coletiva desta Associação no contexto geopolítico e social da região. Procurou também, apontar a potencialidade da produção de base agroecológica para a reprodução social das famílias, além de analisar a importância da ARPA enquanto organização no processo de resistência do assentamento aos avanços de projetos macro econômicos como da mineração. Para isso, buscou destacar os impactos da conjuntura externa ao assentamento, e o modo como atinge diretamente o processo de reprodução da ARPA e das famílias associadas ou não, colocando em evidência, as tensões entre a classe trabalhadora e a classe dominante no contexto desta região do estado.

Desde 2003, quando foi criada, a ARPA se apresentou como um instrumento de organização dos trabalhadores com a intencionalidade de produzir alimentos agroecológicos e, deste modo, contrapor o modelo de produção convencional capitalista. Tem sua sede no assentamento Roseli Nunes, mas possui atuação em outros assentamentos e municípios na região. Vem chamando atenção pelo trabalho que vem sendo realizado junto às famílias, tendo um posicionamento político claro ligado aos movimentos sociais.

A constituição de associações e cooperativas são formas legais, que os trabalhadores camponeses têm buscado ao longo de sua trajetória de luta para organizar a produção e comercialização dos produtos em seus lotes, nos assentamentos e outros espaços, pois permite o exercício de ações coletivas e cooperadas.

Neste sentido, os movimentos sociais têm compreendido o tema da cooperação como instrumento de fundamental importância na organização dos trabalhadores do campo que promovem a agricultura camponesa. Para o MST, a cooperação agrícola é uma forma de organizar os assentamentos de reforma agrária conquistados como espaço de resistência desses trabalhadores.

É o jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho, onde cada trabalhador se especializa em uma linha de produção ou tarefa. Constitui na implementação das unidades agroindustriais e indústrias. A cooperação agrícola é o jeito de ajuntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto. (MST, 2008, p.54)

Desta forma, a cooperação representa para os assentados o instrumento orgânico que visa desenvolver economicamente e socialmente o assentamento.

Vinculada ao projeto estratégico que vise à mudança na sociedade, a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é para nós uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleo de base, a liberação de militantes, liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente para a luta política (MST, 2008, p. 55).

Portanto, a cooperação busca organizar as famílias para o entendimento da dinâmica social, estabelecendo condições para que pensem e trabalhem na resolução de questões que são determinantes na organização do trabalho, como a moradia, a infraestrutura, a educação, a saúde, o transporte e o lazer.

Este processo pode desenvolver-se em diferentes formas seja como mutirão ou puxirão¹, troca de serviços, núcleos de produção, grupos semi-coletivos, grupos coletivos, cooperativas de prestação de serviços - CPS, cooperativa de crédito, cooperativa de produção agropecuária - CPA e associação. Esta, que por sua vez, se constitui de várias formas, seja para aquisição de animais, na compra de máquinas e implementos agrícolas, transporte, comercialização e representação política (MST, 2008).

Neste sentido, a ARPA ao ser organizada no Assentamento Roseli Nunes trás na sua gênese o elemento anterior à conquista do próprio assentamento, como os debates do próprio acampamento, mas também das comunidades Eclesiais de Base – CEBs, constituindo com fervor do debate sobre o projeto de desenvolvimento do assentamento, e referência de organização dos produtores na região.

Neste contexto, o presente trabalho teve o propósito, através dos resultados obtidos na pesquisa, de ser mecanismo de análise da realidade. Intencionalmente de somar no processo de luta dos movimentos sociais e organizações que atuam a produção agrícola na região. Ao mesmo tempo, se desenvolveu como método de análise o materialismo histórico dialético. Método que permitiu realizar a pesquisa e fazer a análise, vivenciando as experiências da associação, posicionando a reflexão para uma dimensão de totalidade. No conceito de Kosik, (2011) “a totalidade concreta não é um

¹ Puxirão é o mesmo processo de mutirão, ou seja, forma de trabalho coletivo de ajuda mutua conforme as demandas e necessidades de trabalho de cada pessoa envolvida.

método para captar e exaurir *todos* os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta”. (KOSIK, 2011, p. 44). Ela não deve ser entendida como processo independente do movimento histórico, pois se constitui em um processo de reprodução de relações estabelecidas anteriormente e que se integra na realidade atual pelo processo de teoria e prática.

Frigotto (1997) *apud* Benite (2009) destacou que o materialismo histórico dialético, enquanto método de investigação procura evidenciar que é na prática que os homens demonstram:

[...] é na prática que os homens demonstram a veracidade do pensamento, pois o critério de verdade da teoria está no seu caráter prático. Desta forma, o conhecimento produzido através da compreensão da totalidade do fenômeno investigado deve apresentar elementos que contribuam para a compreensão e intervenção no real, efetivando, assim, o seu caráter prático. É através da articulação entre reflexão teórica e inserções empíricas que se é capaz de recolher a matéria em suas múltiplas dimensões. (FRIGOTTO 1997 *apud* BENITE, 2009, p. 10)

Para Frigotto (2010), o materialismo histórico dialético se organiza pelo entendimento de que o conhecimento é proveniente na práxis e pela práxis, em uma coesão que não separa a teoria da ação. Neste sentido, é na compreensão da prática que se forma a reflexão teórica, que se conforma a ação que visa transformar a realidade. Portanto, na epistemologia deste método está o empenho em produzir conhecimentos fundados na materialidade social, profundamente associados ao seu desenvolvimento com uma influência social mútua e que são estabelecidos ao longo das transformações históricas.

Frigotto chama a atenção para o uso do método;

É importante enfatizar que a dialética, para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa “doutrina” ou numa espécie de suma teológica. Para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não apriorísticas, mas construídas historicamente. A dialética situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. [...] Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede o método. Este se constitui em uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 2010. p.82 e 84).

Considera-se que a análise, a partir de uma perspectiva do materialismo histórico e dialético, partiu da intenção de entender a relação entre os aspectos da materialidade social que envolve as ações da ARPA e buscou apreender a crítica da realidade como contribuição para a sua transformação. Ao pesquisar as contradições e conflitos entre capital e trabalho que acontecem na região estudada, também buscou-se perceber o papel mediador do Estado e sua natureza diante das ações desenvolvidas pelo sistema capitalista.

A escolha do método possibilitou compreendê-lo e procurar responder as expectativas e indagações sobre o objeto da pesquisa. Centrou-se nas práticas produtivas do Assentamento Roseli Nunes com especificidades da ARPA.

Posto isso, o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro, um breve estudo da estruturação do campesinato como uma forma de entender o processo da luta de classes e a tensão causada pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Também buscou-se debruçar sobre elemento do campo brasileiro destacando o período de 1930, enfatizando o processo histórico de lutas pela terra, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e o papel do Estado. Nesse lapso de tempo onde se coloca em evidência o papel da luta de classe no campo brasileiro que foi marcada principalmente pelo processo de concentração da terra e domínio do capital no campo.

O segundo capítulo retrata o processo de formação camponesa do estado de Mato Grosso, formação sociocultural, dados agropecuários e estruturação do agronegócio, além do estudo da região sudoeste, com suas especificidades sociais, econômicas, culturais, políticas e processos de lutas pela terra.

O terceiro capítulo deteve a pesquisar a ARPA, seu histórico, sua formação e estruturação, apontando suas ações estratégicas de produção e comercialização que se constitui não apenas em um espaço de troca de produtos por dinheiro, mas antes, num momento de formação, discussão da agroecologia e da reforma agrária.

Dentre os pontos de análise da ARPA, procurou-se observar suas relações com temas mais amplos que envolvem a vida do assentamento, temas como educação/escola, saúde, e a relação entre a agroecologia e a reforma agrária.

Por fim, levantou os desafios para avançar no processo de luta, tanto para organizar os trabalhadores na produção de alimentos saudáveis e difundir a agroecologia, quanto para a luta pela terra e o enfrentamento ao agronegócio.

As entrevistas aplicadas aos trabalhadores investigados foram construídas baseadas no *método qualitativo*, em que os dados e informações foram coletados através da fala e compreensão da realidade dos movimentos sociais pelos sócios da ARPA. Este método, segundo Minayo (2014), consiste em destacar como o estudo, de práticas de grupos e pessoas e suas representações culturais que fazem parte de sua história de vida. Segundo a autora, “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das representações, crenças, das percepções que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO 2014, p.57).

No mesmo sentido, Franco *et al.* (2013) definiram:

Como em todas as pesquisas científicas a pesquisa qualitativa também pode se utilizar das hipóteses, da observação, da análise, dos conceitos, das teses, abstrações e teorias. E, nesse caso, o objeto da pesquisa tem alguma característica de relevância para esse ou aquele pesquisador nesse ou naquele tempo e espaço.

A opção por uma abordagem ou outra se dá compulsoriamente diante da disposição e disponibilidade do pesquisador e do seu envolvimento com o objeto de estudo além da intencionalidade da pesquisa. (FRANCO, *et al* 2013.p. 92)

O trabalho foi elaborado a partir de algumas técnicas da pesquisa participante, pois, em alguns momentos o pesquisador esteve presente nas atividades organizadas pelos movimentos sociais na região e no território do objeto da pesquisa. A pesquisa participante é uma técnica que Minayo (2014) destaca como uma “abordagem que teve origem na década de 1960, influenciada pelo pensamento crítico sobre a realidade social no Brasil e na América Latina. Um dos seus inspiradores foi Paulo Freire” (MINAYO 2014, p.161).

Esta técnica permitiu investigar as ações da organização, sem que a pesquisa, a princípio, provocasse mudanças em sua estrutura. Mesmo porque, a pesquisa teve o propósito de estudar as ações da ARPA sem intervir diretamente como elementos de resolução das atividades da Associação. A posição do pesquisador deteve-se a sua condição de participante em atividades organizadas pelos movimentos sociais na região e no território de atuação da ARPA.

Outro momento do estudo foi na pesquisa de campo. Neste foi aplicada uma entrevista organizada, de orientação semiestruturada e com diálogo aberto, onde foram capturadas as falas por gravação eletromagnética. Isto permitiu dialogar com liberdade e tranquilidade com os entrevistados. Para Minayo esta técnica é um momento “em que o

informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade as reflexões” (MINAYO 2014, p. 262).

Assim, foram realizadas cinco entrevistas, com os coordenadores da Associação, coordenadores de núcleos de produção, representante da educação e da saúde. Todas respeitando as orientações aprovadas no comitê de ética da FIOCRUZ – CEP com os devidos acordos aceitos pelos entrevistados assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Estabelecido o caminho, a pesquisa buscou destacar as experiências de produção da ARPA, levando sua análise para uma dimensão da luta de classes, fundamentando-se na hipótese de que a associação ao ser criada dentro da luta pela terra já se constituía como um instrumento para organização camponesa.

Nas entrevistas coletaram-se informações sobre a forma de produção das famílias, seu engajamento nas lutas sociais e suas reflexões sobre o avanço do agronegócio na região.

Procurou colocar em evidências a posição do agronegócio, da agricultura familiar camponesa e o papel do Estado, buscando entender o processo de produção das famílias pela construção prática da agroecologia no assentamento, seu envolvimento na dinâmica de produção e leitura da ARPA sobre agroecologia como processo de construção de uma nova matriz tecnológica.

Este estudo possibilitou uma reflexão sobre a prática da ARPA, apontando seus avanços, bem como, seus limites e debilidades estruturais e orgânicas. Assim como apresenta os desafios que devem ser superados para a continuidade do processo de produção. No entanto, o trabalho não teve a pretensão de buscar respostas aos problemas vivenciados pelas famílias, do assentamento e da ARPA, mas buscou evidenciar a relação de tensão estabelecida na região sudoeste de Mato Grosso, entre trabalhadores principalmente do campo e empresas que atua no meio rural sobre o domínio do capital.

Os objetivos deste trabalho foram:

- Compreender a relação de produção e organização coletiva da Associação Regional de Produtores Agroecológicos e sua relação no contexto geopolítico da região sudoeste do estado de Mato Grosso.
- Apontar a potencialidade da produção de base agroecológica para a reprodução social das famílias que produzem;

- Analisar a importância da ARPA enquanto organização no processo de resistência das famílias;
- Analisar os impactos da conjuntura externa ao assentamento para reprodução da ARPA e das famílias associadas.

A relevância do trabalho esteve em colocar em destaque as experiências de organizações sociais de trabalhadores e trabalhadoras do campo, neste caso de assentamento de reforma agrária, que prima pelo trabalho coletivo e de reprodução da vida social camponesa através da produção de alimentos saudáveis, e ao mesmo tempo, manter seu processo orgânico como uma forma de luta social por transformação da sociedade. Como destaca Araújo (2015):

A Associação Regional de Produtores Agroecológicos - ARPA trabalha com o conceito de que a “Agroecologia é um processo de acúmulo de saberes”, portanto isso deve incluir todas as dimensões da vida, não olhando a Agroecologia apenas pelo viés da produção de vegetais e animais inseridos nos agroecossistemas, mas fundamentalmente é necessário olhar para as relações humanas que se estabelecem nesses espaços, considerando os aspectos culturais, políticos e sociais dessas famílias envolvidas. (ARAÚJO, 2015, p.21, destaque da autora).

Assim, a organização dos trabalhadores nas ações cotidianas vai agregando para a luta, e no plano de ação desenvolvendo a consciência política da classe trabalhadora, posicionando contra o modelo de produção capitalista entendendo que suas ações estão para além do seu campo de atuação.

CAPITULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: A LONGA PERSISTÊNCIA DO LATIFÚNDIO E OS CONFLITOS ATUAIS POR TERRA E PELA MATRIZ PRODUTIVA.

1.1 Bases Teóricas e Históricas para Análise da Questão Agrária no Brasil

A intencionalidade deste trabalho está em refletir sobre a Associação Regional de Produtores Agroecológicos - ARPA enquanto uma organização de camponeses em luta pela garantia de sua reprodução e sobrevivência no contexto da luta de classes no campo. Com atuação na região Sudoeste do Mato Grosso e estreito vínculo com o assentamento Roseli Nunes. A ARPA não pode ser compreendida de forma desvinculada dos processos históricos e das relações sociais constitutivas na questão agrária nacional e dos seus contornos específicos nesta região. As leituras mobilizadas neste capítulo buscam estabelecer essas vinculações teóricas necessárias.

Para Felício (2014) existem na atualidade dois paradigmas em disputa no debate agrário: o da questão agrária e o do capitalismo agrário, cuja diferença essencial é que, enquanto o primeiro entende a questão agrária enquanto uma questão estrutural do desenvolvimento capitalista da agricultura, o segundo a entende como uma questão conjuntural. Dessa forma, a questão agrária para o primeiro paradigma é um problema estrutural referenciado no avanço do capitalismo na agricultura, cujo centro está na relação entre o capital e o campesinato, expressão da luta de classes no campo.

Nessa perspectiva, as lutas de resistência das diferentes expressões do campesinato na região Sudoeste do Mato Grosso são expressões do antagonismo de classe na sociedade brasileira, forjado ao longo da sua história, na divisão do trabalho e nas relações de produção, mas também na apropriação da terra e do poder político e econômico que esta garante. A apropriação da terra, portanto, é determinante da configuração do cenário político, econômico e social na região até os dias atuais, principalmente com o avanço do capitalismo e suas novas formas de desenvolvimento que vão readequando, a cada período histórico, sua lógica e prática de uso da terra e acumulação econômica.

O foco orientador do trabalho se configura na tensão estabelecida ao longo da história entre o desenvolvimento do capital na agricultura e o campesinato. Este último, que ora se desintegra em determinadas regiões, ora se reafirma em processos de resistências, vai forjando sua trajetória. Portanto, é base de convicção que as relações

hoje estabelecidas no campo são resultado da luta de classes, produto do processo de enfrentamento entre classe dominante e a classe trabalhadora.

Felício (2014) apontou que o paradigma da questão agrária tem sua gênese na segunda metade do século XIX a partir de obras seminais de autores como Marx, Kautsky, Lênin e Rosa Luxemburgo. Os temas analisados por estes autores, como o fim do campesinato, a proletarização e a renda fundiária são fundamentais para a compreensão do avanço do capitalismo na agricultura. A estes, agregam-se os estudos de Chayanov sobre as especificidades da unidade de produção camponesa, que fundamentam teoricamente suas possibilidades de sobrevivência na realidade social do capitalismo, mesmo que de forma subordinada.

Tomando essa gênese teórica como o ponto de partida da apropriação do paradigma da questão agrária serão apresentados, a seguir, alguns conceitos chave desenvolvidos por Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov, que são base para a compreensão da questão agrária enquanto questão estrutural do desenvolvimento capitalista no campo. Considerando-se o longo debate em torno das obras desses autores, parte da apresentação que se segue aproveitará a síntese de intérpretes desses clássicos.

Para Marx “a história de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes” (MARX, 1998, p.17). Portanto, a luta de classes tem se perpetuado ao longo da história da humanidade e a cada período, no centro das sociedades, se re-configura e ganha novas formas de atuação.

A especificidade histórica da luta de classes no capitalismo, para Marx (2013), pode ser compreendida a partir da própria gênese desse modo de produção, marcado pela separação do trabalhador da propriedade de seus meios de produção. Caracteriza este momento o movimento histórico de transformação de camponeses em produtores assalariados, que em função da expropriação de suas terras, restava-lhes apenas a possibilidade de vender sua força de trabalho.

Ao fazer a análise histórica das transformações do sistema de produção agrícola na Inglaterra, no final do século XIV e início do século XV, Marx analisa a substituição das terras de lavouras por pastagens, comandada por uma nova nobreza, através do cercamento das terras comunais e das expropriações dos camponeses. O surgimento da indústria cria a exigência de produtos para movimentá-la e, com isso, torna-se imprescindível o uso das terras para atender suas demandas. Deste modo, áreas enormes foram transformadas em pastagens destinadas a criação de ovelhas para produção de lã.

Assim, vai haver, simultaneamente, a liberação dos trabalhadores de suas terras e a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários rurais, os *landlords*², através de um processo que se impõe de forma violenta contra as habitações dos camponeses e choupanas dos trabalhadores que são arruinadas e destruídas.

Ainda que o Estado tivesse tomado algumas medidas em determinado período para reter a onda de violência, estas foram inúteis. Para Marx (2013), a expropriação dos camponeses se realizou com a atuação severa do Estado, sob a tutela da lei e da força policial e por meio de disciplina violenta e sangrenta aplicada ao trabalhador assalariado livre.

No entanto, a constituição dos *landlord*, em si mesma, não corresponde à origem do capital no campo. Para Marx, sua gênese está nos arrendatários de terras capitalistas e nas novas relações de produção desenvolvidas por eles, que vão garantir a esses arrendatários expandir sua faixa de renda e se transformarem no agente econômico principal.

O constante aumento dos preços do cereal, da lã, da carne, em suma de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem o concurso deste último, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, estava contratualmente fixada em valores monetários ultrapassados. Desse modo ele enriquecia a um só tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord* (MARX, 2013, p.814).

Embora a população camponesa tenha se reduzido consideravelmente na Inglaterra estudada por Marx, a produção agrícola mantinha sua capacidade produtiva, tanto em função da revolução das relações de produção, que submeteu os assalariados a trabalhar com mais intensidade, como pelo aprimoramento das tecnologias de manejo e cultivos, pela concentração da propriedade e pela diminuição das áreas em que os trabalhadores labutavam e eram donos dos seus meios de produção.

Marx (2013), ao analisar esse processo, mostrou a gênese do sistema capitalista, denominando-o de acumulação primitiva de capital, sua face obscura e real que, neste processo de transição, se deu de forma extremamente violenta e nada idílica como o desenvolvimento industrial posterior leva a imaginar. É um processo fundamental para se compreender a natureza do capitalismo, que se mantém presente nos desdobramentos decorrentes das transformações nas relações de propriedade e produção e das mudanças na forma de pensar, de produzir conhecimentos e de fazer ciência, marcadas por

² Landlord – senhores fundiários, senhores da terra, o texto mantém a expressão em inglês.

convencimento ideológico e dominação social. Esta análise nos promove a compreensão principalmente da origem do Capital, como modo de produção hegemônico que determina o poder em uma dinâmica global.

Entre os séculos XIX e XX, período em que o capital já se encontrava em uma fase mais consolidada, é possível perceber uma maior complexidade nas relações entre desenvolvimento do capitalismo na agricultura e o campesinato. Neste momento, várias análises de outros autores marxistas foram surgindo visando entender o processo de reestruturação do campesinato. Dentre essas análises, que se mantêm na atualidade cercadas de grandes polêmicas, situam-se as teorias de Kautsky, Lênin e Chayanov.

Um elemento chave desse debate, é a tensão entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato como uma dimensão da luta de classes no campo, referência teórica importante para este trabalho. Neste sentido, foram mobilizados dois textos contemporâneos que interpretam esses autores clássicos e serão as principais referências na apresentação que será feita a seguir dos elementos centrais das obras de Kautsky, Lênin e Chayanov. Os textos nos quais se baseia essa reflexão são de Redin e Silveira (2009), “*O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea*”, e de Alves *et al.* (2008), “Formas de (re)produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade”.

Segundo análise de Redin e Silveira (2009), Kautsky, em sua obra sobre a questão agrária, enfatiza que tanto a agricultura como os mecanismos de produção social não podem ser vistos e compreendidos de forma isolada um do outro. Quando os padrões capitalistas são incorporados na agricultura se estabelece uma disputa entre pequenos estabelecimentos agrícolas e os grandes, que tendem a ultrapassar os primeiros em virtude de sua superioridade técnica.

Para Kautsky (1972) *apud* Redin e Silveira (2009), eram evidentes os desequilíbrios e a insegurança causados aos pequenos produtores quando se inseriam ao modelo de produção capitalista. Por não estarem protegidos, como o grande capital, vão acelerar a inserção dos filhos no trabalho, ainda menores de idade, privando-lhes de adquirir outros conhecimentos. Outro elemento desta insegurança está no processo de comercialização da produção que é vendida abaixo do custo de produção, levando-os ao total empobrecimento.

Contrário a este cenário está o grande estabelecimento com superioridade técnica e econômica e que tem ao seu dispor maior acesso a crédito, máquinas, implementos agrícolas modernos, ferramentas, condições favoráveis de comercialização

e ainda sua condição de capitalização permite contratar mão-de-obra especializada para produção. Desta forma, podem dispensar seus filhos do trabalho, oportunizando aos mesmos mais tempo para se dedicarem ao estudo e sua educação. Ou seja, ainda de acordo com a análise que Redin e Silveira (2009) fazem de Kautsky (1972) o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento fornecendo por consequência, número maior de meios científicos e técnicos.

Para os autores o centro da obra de Kautsky, “A Questão Agrária” publicada em 1899, propõe que o grande estabelecimento agrícola é superior ao pequeno, pela sua capacidade técnica e eficácia em produzir. Esta eficácia se deve a penetração do capitalismo no campo e como resultado a industrialização da agricultura, sendo ela a melhor forma de desenvolver as ações capitalistas e, conseqüentemente, tendendo levar a pequena propriedade a diminuir até desaparecer por completo.

Sendo assim, nesta análise Kautsky enfatizaria a disputa desigual entre grandes estabelecimentos munidos de técnicas e eficácia da produção contra a pequena agricultura com forma artesanal de produção, ou seja, “quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” (KAUTSKY 1972, *apud* Alves *et al.*, 2008, p.129).

Seguindo a análise de Kautsky (1972) *apud* Alves *et al.*, (2008), este indicou que o processo de industrialização capitalista vai se solidificando e levando as indústrias domésticas, inclusive as camponesas, a sucumbirem. Com isso, aumenta a necessidade dos camponeses por dinheiro para adquirirem mercadorias, criando um ciclo de dependência ao dinheiro para realizar suas atividades agrícolas e para se reproduzirem.

A integração da agricultura com a indústria muda o jeito camponês de reprodução, produzindo agora para o mercado e não mais com foco apenas na subsistência. Conseqüentemente, pela adesão ao mercado, vão criando novos hábitos de produção e sobrevivência, ficando dependentes de novas tecnologias (principalmente de insumos químicos e sementes melhoradas) e novos instrumentos, em detrimento ao que anteriormente utilizava. Este processo acaba por sequestrar a força de trabalho dos camponeses, tirando-o da condição de dono de sua própria produção.

Deixa, portanto, de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (KAUTSKY, 1972, *apud* ALVES *et al.*, 2008, p. 04).

Por outro lado, Alves *et al.* (2008) analisando Kautsky (1972) apontou para uma possível continuidade da pequena propriedade, como um espaço de exploração por parte da grande propriedade para suas atividades industriais no fornecimento de matéria prima. Ao mesmo tempo, vê os camponeses, com o desenvolvimento posterior, transformando-se em consumidores de produtos industrializados e mão-de-obra assalariada temporária nos momentos em que as indústrias necessitarem. Portanto, uma sobrevivência cada vez mais subordinada.

Inserido no mesmo debate, Lênin (1985), na sua obra sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, enfatizou que o processo que se desenvolverá no interior da expansão capitalista baseado na produção mercantil levaria à extinção do campesinato. Para ele há processos de desintegração da pequena produção familiar com a incorporação e desenvolvimento do capitalismo no campo, que transformava os pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas, elementos essenciais que constitui o mercado interno na produção capitalista.

Desta forma, os pequenos agricultores vão perdendo sua identidade camponesa e o campo se divide em dois grupos sociais que se chocam permanentemente por seus interesses sociais, econômicos e culturais. De um lado está a burguesia rural, mesmo sendo uma minoria no campo, mas que garantem seu poder de domínio assegurado pela riqueza de seus membros. Do outro lado estão os camponeses de baixa renda e mesmo os sem-terra, que se constituem o proletariado rural, pois para garantir sua sobrevivência acabam sendo obrigados a manter vínculos empregatícios em troca de um salário com os grandes estabelecimentos agrícolas.

Ao abordar “a desintegração do campesinato” Lênin (1985) destacou a posição do camponês diante do processo capitalista, onde este subordina-se integralmente a uma economia de mercado e cria uma dependência tanto para seu consumo próprio como também para sua atividade agrícola. Aponta também que o “arrendamento, compra de terras, implementos agrícolas aperfeiçoados, atividades temporais, o progresso da agricultura mercantil, o trabalho assalariado, foram fatores determinantes neste processo de desintegração do campesinato” (ALVES *et al.*, 2008).

O velho campesinato não está apenas se “diferenciando”; ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rurais totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a

classe dos trabalhadores agrícolas assalariados. (LÊNIN, 1985, p.177, *tradução livre do pesquisador*).

Porém, Lênin (1985) afirmou que o processo de produção do campesinato não se constituía como um processo “antagônico ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida”. Para Lênin, o capitalismo ao se desenvolver na agricultura foi definindo as classes sociais no campo, entre a burguesia rural e a operária agrícola que se opunham formando um antagonismo classes. Assim os produtores vão se transformando com maior rapidez, submetendo-se as regras da produção de mercado.

Como visto nas reflexões anteriores tanto as análises de Kautsky, quanto as de Lênin, apontam para o desaparecimento do campesinato com o avanço do capitalismo na agricultura.

Propondo uma reflexão diferente, Redim e Siveira (2009) propõem o dialogo com outro autor de referência desse debate clássico que é Alexander Chayanov, com sua obra “*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*”, publicada em 1925. Segundo análises dos autores em seus estudos, Chayanov apresentou as características do campesinato com base no seu núcleo familiar e nas especificidades de suas dinâmicas de produção, organização do trabalho e do consumo.

Para Chayanov (1974) *apud* Redim e Siveira (2009) a subsistência da família e sua necessidade de consumo são os elementos fundamentais para analisar a questão camponesa. Desta forma, destacam a relação que se estabelece entre os membros da família que trabalham e que consomem. Para o autor, a produção camponesa subordinada ao capital e sua forma de expropriação não é o elemento primordial a ser analisado, mas sim a dinâmica endógena da própria unidade familiar.

Ainda segundo os autores, Chayanov (1974) fez um estudo sobre a realidade de produção camponesa na Rússia e afirmou que a unidade econômica camponesa não é capitalista, por não existir trabalho assalariado e por não visar à acumulação de capital. Desta forma, a família trabalha para satisfazer as necessidades essenciais de sobrevivência, em primeiro plano, e, se possível, acumular uma renda extra. Assim a produção e o consumo de uma unidade familiar esta alicerçada ao número de trabalhadores da própria família, que vai aumentar a produção e, ao mesmo tempo vão consumir, criando a necessidade de expandir esta produção. Neste sentido, a renda produzida na unidade familiar permaneceria em uma circulação interna, centrada na

sobrevivência dos trabalhadores e não focada apenas em garantir lucros de uma lógica mercantil.

Desta forma, a produção camponesa define sua própria particularidade de produção, que vai se caracterizar pelo número de trabalhadores que compõe a unidade familiar, a relação estabelecida e sua capacidade de organizar o trabalho, bem como a necessidade de consumo. A organização da unidade econômica camponesa tem como base fundamental a força de trabalho familiar, a terra em quantidade, qualidade e capital, tendo como combustível movimentador desse processo as necessidades de consumo familiar que são os elementos essenciais para o aumento da produtividade do trabalho camponês.

Sintetizando o debate em torno desses clássicos da questão agrária, Redin e Silveira (2009) indicaram a pertinência dessas leituras para se pensar a compreensão das transformações no campo brasileiro:

O campesinato em seu percurso histórico, revisitando os estudos rurais clássicos, compreendendo as leituras sobre seu lugar no desenvolvimento da agricultura com a radicalização das relações capitalistas de produção no campo e em sua relação com a sociedade envolvente. Pretende-se apresentar a linha argumentativa central de cada autor e como esta tem influenciado o debate brasileiro. Objetiva-se entender como cada autor tem contribuído na compreensão das transformações observadas na sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos e como sua abordagem da condição camponesa pode dialogar com a dinâmica dos grupos sociais rurais brasileiros em um contexto de modernização acelerada da agricultura e sua subordinação ao sistema alimentar industrial cada vez mais mundializado (REDIN e SILVEIRA, 2009, p. 03).

O objetivo do levantamento de alguns conceitos-chaves presentes nessas obras clássicas não foi, portanto, de buscar transportar de forma direta o debate para o caso brasileiro atual. No entanto, são elementos importantes para se compreender a formação de um paradigma da questão agrária que permita analisá-la como uma questão estrutural do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as lutas que se criam entre capital e campesinato. Três questões-chaves podem ser sintetizadas: as tendências de destruição e subordinação do campesinato pelo capital, a dimensão tecnológica envolvida nesse processo e as possibilidades do campesinato de resistir e disputar outro projeto de desenvolvimento do campo.

Essas três questões-chaves do debate clássico sobre a questão agrária estão presentes no desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil. A seguir, serão enfatizados alguns pontos dessa trajetória, indicando o longo processo de apropriação da

terra e concentração fundiária, formando uma classe de latifundiários. A modernização dessa propriedade a partir de certos contextos históricos com a adoção de matriz industrialistas de produção e a longa luta de resistência dos camponeses contra a expropriação e a subordinação, seja em busca de apropriação da terra, seja em busca da construção de uma matriz produtiva que lhe seja própria.

A concentração fundiária remonta período colonial, quando as terras brasileiras, que antes eram território livre de povos indígenas, foram apropriadas pela coroa portuguesa, via as capitanias hereditárias, que, mais tarde, seriam transferidas à pequena nobreza portuguesa e militar por meio da concessão de sesmarias.

Com o descobrimento do Brasil, toda sua terra passou, por direito de conquista, para a nação portuguesa, ou seja, para o domínio público. Evidencia-se, pois, a formação histórica da origem da propriedade pública no Brasil. A fim de possibilitar a exploração do imenso território, a administração colonial transferiu aos colonos enormes glebas de terras denominadas sesmarias (PORTO, 2015, p.1).

Segundo Stédile (2004), no período do Brasil Colônia, Portugal detinha todo o controle das terras, que cedia aos amigos e aliados da coroa por meio de concessão para poder usá-las. Estas só eram conferidas às pessoas que tinha recursos para ocupar a área, aliená-la dos povos nativos e protegê-la de outros impérios, desenvolvendo cultivos de interesse da coroa.

Segundo o mesmo autor, para desenvolver esta agricultura e atender os interesses portugueses, os donatários utilizaram o modelo produtivo conhecido como *plantation*. Este modelo teve como característica principal a monocultura, o uso da mão-de-obra escravizada (inicialmente indígena e posteriormente de negros africanos), a organização da produção em grande escala utilizando grande extensão de terras, combinando práticas predatórias com tecnologias “de ponta” à época, como nos engenhos de produção de açúcar.

O autor observa, ainda, que a primeira crise desse modelo acontece no século XIX, quando o processo de industrialização emergiu na Europa, tornando não estratégico o uso de mão-de-obra escrava, levando a pressões para a sua abolição. Porém, antes de acabar com a escravidão legalmente, o Estado brasileiro instituiu a Lei de Terras de 1850. É a partir desta lei que se introduz no Brasil a propriedade privada da terra, onde nem todas as pessoas poderiam ter acesso à mesma, pois somente poderia transformar-se em proprietário quem tivesse soldo para comprá-la, pagando em dinheiro

à coroa brasileira. Cimentava-se assim o latifúndio e a exclusão dos ex-escravos. A partir deste momento, a terra poderia ser comprada e vendida sem o controle do Estado, além dos processos de legitimação de muitas áreas que estavam sobre o domínio dos latifundiários.

A ‘Lei de Terras’ de 1850, que instituiu a propriedade privada da terra no Brasil, conforme destacou Taglietti (2012),

[...] foi o resultado de toda uma reorganização da questão agrária brasileira, buscando adaptar-se às exigências do avanço do capitalismo, juntamente com a necessidade de promover um ordenamento jurídico da propriedade da terra no Brasil, já que desde os tempos de colônia a situação era confusa (TAGLIETTI, 2012, p.12).

Esta lei é um marco importante para entender a questão agrária no Brasil, que mais tarde servirá de elemento de caracterização da disputa entre camponeses e grandes latifundiários pela posse da terra.

Mas em diversos países, principalmente na Europa, os processos de modernização da propriedade levaram a certa democratização da terra, com Reformas Agrárias cujo objetivo estratégico era anular o poder dos senhores feudais que dominavam o campo naquele período. No Brasil, esse processo se configura de forma contrária. As oligarquias rurais vão se manter o controle do campo como privilégio absoluto, sagrado e mítico. Por isso, os trabalhadores, mesmo saindo da escravidão num processo de lutas intensas, não foram capazes de traduzir estas lutas num movimento orgânico de acesso a terra, ficando apenas na libertação de sua força de trabalho.

Esses dois marcos da história agrária brasileira, ou seja, a instituição da propriedade privada da terra e a transformação dos escravos em trabalhadores livres marcam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. No entanto, também intensificam a formação do campesinato com suas estratégias de resistência e luta pela sobrevivência.

Ha vários estudos que apontam elementos para esta reflexão. Como podemos perceber no texto “A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção” de Maria de N. B. Wanderley (1995), a construção do campesinato brasileiro tem, como característica peculiar, sua origem no período colonial. Por isso, o campesinato brasileiro é marcadamente caracterizado por um sistema escravocrata, de negros

trazidos da África e, em certa medida, de indígenas e também pela imigração de colonos europeus.

Segundo Neves (2008):

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas co-existem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. (NEVES, 2008, p. 11).

Assim, pode-se fazer uma análise sobre as condições que o campesinato foi se constituindo no Brasil. Esta construção foi moldada na herança colonial, na dominação social e política da grande propriedade, e ainda, nos resquícios da escravidão e no processo de ocupação das terras passivas³.

A grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. “Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1995, p. 4, *grifo no original*).

A autora enfatiza também sobre história do campesinato no Brasil que,

[...] é um registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. E que o campesinato brasileiro se constitui nas lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho (WANDERLEY, 1995, p.4).

³ Terras públicas que podem ser usadas através de concessões do Estado.

1.2 - A Industrialização Brasileira e a Modernização Conservadora da Agricultura

Na década 1930, a economia brasileira sofre significativas mudanças e o campo sofre grande transformação, em decorrência ainda da crise de 1929. Na década de 1930 a economia brasileira começa a se industrializar, passando por uma fase de transição, mais ainda bastante sustentado pelo modelo agroexportador, essa industrialização vai se consolidar na década de 1950:

Inicia-se como um setor industrial muito simples, subsidiário à principal atividade econômica, qual seja a produção de café para exportação e peculiar do período que vai até o fim da década de 1920, período este que passou por uma fase bastante rápida de industrialização, por meio da substituição de importações. Portanto, é a partir de 1930 até 1950, que finalmente transforma-se no setor industrial e integrado dos dias atuais, considerado cada vez mais aberto ao comércio exterior por intermédio da promoção das exportações relativas a manufaturados (SUZIGAN, 1984, p. 132).

Para Stédile (2004), nos países do hemisfério norte, a industrialização implementada efetivou políticas de democratização da terra como forma de estimular o mercado interno com produtos industriais, transformando os camponeses em produtores e consumidores, ou seja, de servos dos senhores a proprietários de terra, produzindo matéria-prima para as indústrias e consumindo produtos industrializados. Foi neste período que surgiu a expressão Reforma Agrária como uma política importante do Estado para garantir o direito ao acesso à terra.

Na década de 1930, constitui-se no Brasil uma burguesia industrial que vai implementar uma industrialização dependente ao capital estrangeiro. Este modelo era baseado na importação de máquinas obsoletas dos países do Norte e na exportação de matéria-prima semi-industrializada produzida no Brasil. O referido momento histórico caracterizou-se também por deslocar a oligarquia rural do poder político central do país e promoveu um enorme incentivo ao êxodo rural, além de não efetuar a reforma agrária para quem permaneceu na terra (Stédile, 2004). Por isso, o conjunto das mudanças decorrentes da industrialização gerou grandes impactos no setor rural do Brasil e, conseqüentemente, aumentou a tensão entre o campesinato e os grandes proprietários de terra.

Segundo Stédile (2004), no Brasil, mesmo com grande extensão de terra e apesar de um mercado interno atrasado, a classe dominante que estava neste momento hegemônica pela burguesia industrial, não realiza a reforma agrária, preferindo

manter a política de aliança com a oligarquia rural. Esta aliança assegurava a economia nas intempéries do comércio exterior, garantindo também a balança comercial de importação e exportação de bens. Ou seja, era a aliança que permitia ao Estado realizar o financiamento das máquinas e equipamentos da indústria, com a garantia da exportação agrícola.

A implementação do modelo industrial no Brasil não estava preocupada em desenvolver o mercado interno. Fundamentava-se na exploração de mão-de-obra barata, pois assim poderia transferir valores a suas mercadorias com maior rentabilidade, se comparados com os mesmos produtos produzidos nos países centrais. Este mercado era uma das formas de dependência dos capitalistas brasileiros ao capital estrangeiros e suas fábricas. A influência deste modelo na agricultura vai se dar de forma direta pela necessidade de mão-de-obra abundante e barata.

Stédile (2004) enfatizou que a industrialização vai fazer com que o Estado desenvolva políticas que ampliem a concentração da terra e aumentem o êxodo rural. Dessa forma, esses camponeses, agora inseridos nas periferias das cidades, passaram a trabalhar nas indústrias. O mito da cidade desenvolvida e do campo atrasado é fruto deste processo, reforçando a aliança entre a burguesia e a oligarquia agrária.

O autor destaca ainda que as populações rurais foram migrando para as cidades constituindo o chamado de exército de reserva para trabalhar nas indústrias, e estas, por sua vez, foram crescendo nesse processo. Na verdade, as cidades tornaram-se grandes amontoados de seres humanos sem nenhum planejamento urbanístico que atendesse as suas necessidades básicas. Esta multidão de trabalhadores vai ficar na espera por uma oportunidade para entrar no trabalho e, conseqüentemente, ser explorada pela sua força de trabalho na extração de mais-valia. Este movimento provoca uma inversão na situação populacional no Brasil. A população que até a década de 1930 tinha 80% no campo, agora passa a ser 80% moradora das cidades.

Ainda de acordo com Stédile (2004), mesmo com grande crescimento da produção industrial, este modelo entrou em crise com seu processo de acumulação de capital. Na década de 1960, esta crise vai se tornar mais evidente no cenário político da economia nacional e internacional. Neste período, a reforma agrária volta a entrar na pauta, defendida principalmente pelas Ligas Camponesas, o Partido Comunista e setores da Igreja Católica. No entanto, a aliança entre a burguesia brasileira dependente do capital internacional com a oligarquia rural leva ao golpe de Estado em 1º de abril de

1964, barrando novamente a possibilidade de se realizar as reformas de base, dentre elas a reforma agrária, e inicia-se um longo período de silêncio e perseguição.

Delgado (2001) fez uma análise sobre as diferentes correntes do pensamento que se dedicaram a interpretar a expansão da modernização da agricultura brasileira. Uma vertente conservadora analisou esse processo, desde a revolução de 1930 ao período pós-guerra, como sendo um *fluxo caudatário*, ou seja, um setor que subsidiava a indústria com mão-de-obra e matéria prima. Para o autor, foi nas décadas de 1950 e 1960 que as reflexões econômicas sobre o setor rural ganharam maior politização, emergindo a questão agrária, como parte do pensamento econômico e da teoria política. O autor afirma ainda que nesse momento, emergiram dois eixos de análise divergentes: a questão agrária e a relação industrialização e agricultura.

As vertentes do pensamento promovida por pensadores ligados à questão agrária, que emergiram sobretudo a partir das décadas de 1950-60, incorporou outros componentes fundamentais como a estrutura fundiária e as relações sociais no campo. Delgado (2001) enfatizou, nessa perspectiva, os elementos presentes nas obras de Caio Prado Junior e Celso Furtado, além da contribuição de diversos setores da intelectualidade da esquerda, sejam vinculados ao Partido Comunista Brasileiro - PCB, que busca fundamentar suas estratégias de organização camponesas em defesa da Reforma Agrária, sejam os setores progressistas da Igreja Católica, que através das Cartas Pastorais, problematizam a questão agrária como tentativa de aplicação da doutrina social da Igreja sobre as graves injustiças e exclusão social no meio rural.

Outros autores, ligados a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), também entram nesse debate. No plano trienal 1963-1965, a CEPAL vai apontar a incapacidade do setor agrícola de responder às demandas da industrialização, por seu modo reduzido e inelástico de oferecer alimentos para atender as demandas tanto das cidades como das indústrias. Para esta corrente do pensamento, essa inoperância se dá por problemas estruturais do setor agrícola do Brasil, que só poderia ser resolvido com a transformação da estrutura fundiária do país e com a extensão de novas relações de trabalho ao campo.

Pelo viés da relação entre agricultura e industrialização, Delgado (2001) chamou atenção para as formulações de Delfim Netto e Roberto Campos como referência de uma visão conservadora, ideologicamente contrária aos setores da esquerda, e com uma preocupação restrita ao tema da industrialização. Delfim publicaria vários textos entre 1962 e 1965 com ataque à reforma agrária e defendendo a proposta de modernização

agrícola que se concretizaria nas décadas de 1970 e 1980, com a ditadura civil militar. Proposta esta, que, além de Delfim Netto, tinha em sua defesa um grupo de pesquisadores economistas da USP defendendo-a, e se caracterizou pela “modernização sem reforma”.

A base desses argumentos, segundo Delgado (2001), assentava-se na tese de que a resposta às demandas e pressões da produção agrícola deveria buscar desenvolver as forças produtivas rurais sem mexer na estrutura fundiária. Assim, para este grupo, não havia uma questão agrária e sim uma necessidade de adequação da matriz produtiva às exigências produtivas da época. Nessa perspectiva, a estrutura fundiária existente seria suficiente para que a agricultura cumprisse suas funções para o desenvolvimento econômico do país, sobretudo:

A liberação de mão de obra, a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimento; - criação de mercado para o produto interno; - expansão das exportações; - financiamento de parte da capitalização da economia (DELFIN NETTO, 1963, *apud* DELGADO, 2001, p. 85).

Para este grupo, a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural não eram problemas econômicos relevantes. O programa agrário proposto por estes pesquisadores questionava-se sobre do que dependia a expansão do setor agrícola, sendo sua resposta “em primeiro lugar do nível técnico da mão de obra; em segundo do nível de mecanização; em terceiro do nível de utilização de adubo; e finalmente de uma estrutura agrária eficiente” (DELGADO, 2001, p. 163). Estes elementos vão dar a Delfim Netto base para sustentação de sua proposta quando se torna ministro da fazenda e implementa o Sistema Nacional de Crédito Rural.

Nesses termos, o debate sobre agricultura e desenvolvimento a partir do golpe de 1964 está fundado no pensamento funcionalista norte-americano e se fundamenta nas cinco funções da agricultura, por eles chamadas: “liberar mão-de-obra, gerar oferta adequada de alimentos, suprir matérias-primas para indústrias, elevar exportações agrícolas, transferir renda para setor urbano” (DELGADO, 2001). Assim só se reconhecia uma crise se uma destas funções não estivesse sendo realizada sistematicamente.

Ainda conforme Delgado (2001), na chamada modernização conservadora no período que compreende de 1965 a 1980, constitui-se uma agricultura capitalista integrada com a indústria urbana e com o setor externo e com apoio financeiro do setor

público. Esse processo corresponde a uma derrota do movimento de Reforma Agrária, efetivado com o golpe militar de 1964 e a ditadura que a ele se seguiu. As ações estratégicas em termos de desenvolvimento da agricultura foram caracterizadas como:

[...] a) integração técnica da indústria com a agricultura; b) reorientação das políticas de créditos agrícolas por produtos, fortalecendo estruturas fomentadoras de produtividade e funcionalidade do setor; c) implementação da revolução verde; d) desonerações de impostos de renda e do imposto territorial rural; e) política de fomento para gastos públicos para entidades criadas ou reciclado no período da primeira metade da década de 1960 (DELGADO, 2001).

Esse processo de modernização conservadora amplia as tensões entre campesinato e o desenvolvimento do capitalismo na agricultura para a sua dimensão tecnológica, constituído a partir de um choque de matrizes produtivas. Assim, um elemento chave para a compreensão dessas transformações da agricultura capitalista durante a ditadura civil-militar foi à implantação da chamada revolução verde, como parte do desenvolvimento capitalista da agricultura.

Porto-Gonçalves (2006) ao abordar o tema da revolução verde, coloca como um esforço de mudar o sentido social e político ideológico da luta contra a fome e a miséria, principalmente depois do triunfo da revolução comunista chinesa feita pelos camponeses e que tinha como bandeira de luta o combate à fome. Assim “o espectro da fome rondava o mundo do pós-guerra num contexto marcado por forte polarização ideológica, o que tornava as lutas de classes particularmente explosivas” (PORTO-GONÇALVEZ, 2006, p. 226). A implantação da revolução verde vem no sentido de dar resposta técnica ao debate da fome, com a intencionalidade de despolitizar o debate e afastar a ameaça vermelha, ou seja, o avanço do comunismo principalmente no continente europeu.

Porto-Gonçalves (2006) destacou também que é a partir dos Estados Unidos que foi pensado e montado o processo de implementação da revolução verde, calcado num complexo técnico-científico, financeiro, logístico e educacional e com apoio de organismos internacionais e grandes empresários, como a família Rockefeller. O que resultou deste processo foi à afirmação de que somente o desenvolvimento técnico e científico poderia resolver a questão da fome e da miséria, deslocando as reflexões sobre questões do combate à fome e miséria do campo político, social e cultural para o da responsabilidade técnico-científico, desconsiderando as relações sociais e de poder.

Ainda de acordo com Porto-Gonçalves (2006) este desenvolvimento caracterizou-se por elementos contraditórios tanto na produção como na relação de poder. Os efeitos contraditórios deste processo de produção que muitas vezes não aparecem no cenário das análises conservadoras, se podem notar na mudança na cesta básica do trabalhador, no que tange ao consumo de gênero da agricultura para produtos industrializados, nas quedas do consumo de produtos agrícolas e nas mudanças na produção de produtos alimentícios para produção de mercadoria para exportação. Outro elemento desta contradição, dado pelo aumento da produção e oferta de mercadorias, que leva a diminuição do preço por unidade do produto, passando a ‘obrigar’ aos conjuntos dos agricultores a adotarem essa matriz produtiva.

Seguindo a análise de Porto Gonçalves (2006) a revolução verde foi incorporada à agricultura brasileira a partir da década de 1970, período do regime militar, marcado como um período de grande repressão e, portanto, sem resistência explícita dos camponeses. Esse processo teve a seu dispor toda uma estrutura estatal que atuou desde a pesquisa, com a criação da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, até o crédito subsidiado, vinculado e incorporado ao pacote tecnológico, como também a formação profissional com a criação de escolas técnicas e cursos de agronomia com um currículo centrado na utilização dessa tecnologia e na produção de monocultura.

O autor enfatiza o uso das sementes híbridas nesse processo, sendo que estas foram resultantes das recentes inovações biotecnológicas, desdobramentos desse modelo de desenvolvimento tecnológico do setor rural, introduzido pela revolução verde. Este modelo causou mudanças impactantes no que diz respeito às questões ecológicas, culturais, sociais e principalmente políticas.

À medida em que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam, como já indicamos, comandar o processo de normatização (candidamente chamada normas de qualidade).(PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 225).

Apesar da propaganda que a cercou, a revolução verde não resolveu a questão da fome no mundo e em muitos lugares, em consequência da concentração de alimentos em poucos produtores, agravou ainda mais este problema e agudizou os conflitos sociais. O entendimento é que não basta ter uma ideia magnânima para resolver o problema da fome, como se esta questão se resolvesse puramente com técnica de

produção ou distribuição de alimentos. Neste sentido, “com a revolução verde, pode-se ver que a fome não se deve à falta de alimento e, sim, o modo como os alimentos são produzidos” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.226).

Outro aspecto importante para entender as transformações no desenvolvimento do capitalismo na agricultura nesse período refere-se à outra face da modernização conservadora. Se por um lado, com a revolução verde, houve uma intensificação da produção em certas áreas associadas às políticas de crédito e de incorporação de um pacote tecnológico industrialista no campo, de outro, promoveu-se grande expansão da fronteira agrícola para novas áreas. Sob o slogan de “ocupar para não entregar”, a ditadura civil-militar promoveu o desbravamento da Amazônia Legal entregando-a a grandes grupos para colonização, dando as condições necessárias para que os latifundiários se fortalecessem ocupando vastas extensões de terras com financiamento estatal.

Todas essas ações faziam parte da estratégia geopolítica de ocupação/exploração da Amazônia, para a sua rearticulação ao sistema econômico-político nacional e internacional, conforme política de desenvolvimento adotada para o País pelos governos militares. Considerado como o “Portal da Amazônia”, Mato Grosso passou a integrar o processo de desenvolvimento extensivo do capitalismo, sendo agraciado com uma infinidade de programas especiais de desenvolvimento que serviram em primeira instância para patrocinar o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos. (MORENO, 2007, p.156).

Neste processo de ocupação desconsiderou-se a existência de povos e comunidades que habitavam as vastas áreas que estavam sendo ocupada, isso por que estes grupos não estavam integrados à perspectiva econômica nacional. Também não teve como foco proporcionar o acesso a terra aos sem terra das diversas regiões brasileiras, pois o foco era a abertura da região e o acesso a suas riquezas naturais, como afirmou Picolli (2004),

[...] não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do nordeste, os problemas sociais do sul do País, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Este projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais (PICOLLI, 2004, p. 52).

1.3 - Questão Agrária Contemporânea e a Expansão do Agronegócio

O final da ditadura civil-militar, em meados da década de 1980, permitiu o retorno do debate sobre a questão agrária e as reflexões políticas e econômicas frente ao novo cenário político ligado à Constituição de 1988 e a emergência de novas questões sociais e democráticas na ordem mundial. No entanto, a retomada do debate sobre a questão agrária neste novo contexto, já não era o projeto político prioritário na agenda do Estado. Essa questão passou a ser debatida junto a setores que não representam a fração que detém o poder do Estado, aqueles que entendem a questão agrária como forma de resolver os problemas sociais e não os econômicos.

Por isso, para Delgado (2001), a década 1980 foi marcada por uma transição do processo da modernização para um novo processo, o liberal, que vai firmar-se nos anos 1990, com caráter conservador. Deste modo, foi desmontando o aparato de intervenção no setor rural, estruturado desde a década de 1930.

Na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, inicia-se a implementação das políticas neoliberais no conjunto da sociedade. Para Stédile (2004), o governo Collor:

[...] assume como proposta de solução a implementação de um modelo econômico, que seria a subordinação total de nossa economia ao capital estrangeiro. As políticas adotadas para programá-lo, conhecidas como neoliberais, foram recomendadas por organismos internacionais que representam o capital, como o banco mundial, o FMI, etc. E se tratava na realidade de uma “nova liberdade para o capital”. Mas liberdade para o capital estrangeiro, que agora está em sua etapa financeira e, portanto, vinha aos nossos países não mais para explorar mão-de-obra barata, mais sim para realizar-se abocanhando os lucros das ex-empresas estatais, então privatizadas por ele. E também na obtenção de altas taxas de juros, seja da dívida externa seja dos cofres públicos, por meio da dívida interna, (STEDILE, 2004, p. 92).

A política neoliberal também alcançou o campo, cuja expressão se deu com o chamado agronegócio brasileiro. Para Stédile (2004), pode se dizer que o agronegócio é uma junção entre os capitalistas latifundiários, capital financeiro, capital industrial, capital nacional e internacional, ou seja, os fazendeiros associam-se aos bancos e as empresas transnacionais, e assim controlam a produção agrícola no país. Ainda segundo Stédile (2004) nesta dinâmica, o capital financeiro passou a comprar as ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura, possibilitando um grande crescimento e aumento de seu lucro, através dos investimentos realizados e dos juros cobrados. Com utilização deste

mecanismo, ficam com o controle da maior parte das ações de diferentes setores e promove a concentração das empresas através de monopólios que atuam sobre a agricultura. Assim controlam a terra, a cadeia produtiva que vai desde a produção à comercialização.

Sua hegemonia vai além da dimensão econômica e se manifesta também nos conhecimentos científicos e tecnológicos, como no caso da lei de patentes e o controle da propriedade privada das plantas e sementes. Outro elemento central é a hegemonia que o capital exerce ideologicamente sobre a sociedade, uma vez que as classes dominantes apresentam o agronegócio como o salvador da economia brasileira. Estes impõem a ideologia do agronegócio através das escolas, universidades e principalmente através dos meios de comunicação de massa, divulgando a si próprios como sinônimo de um projeto moderno, produtivo, que traz desenvolvimento econômico para o Brasil com responsabilidade social, cultural e ecológica. Importante ressaltar nessa construção que na formação da Associação Brasileira de Agronegócio – ABAG uma das organizações que integra é a Rede Globo de televisão e o grupo Abril, empresas do ramo de comunicação.

A partir do pensamento de Alentejano (2014) há uma nova dinâmica que cria novos aspectos para a questão agrária nacional. A partir de sua análise pode –se, indicar alguns elementos fundamentais.

- 1) A persistência da concentração fundiária, da injustiça e da desigualdade no Brasil. Como demonstra os dados sobre o aumento da concentração fundiária em estados principalmente das regiões Centro-Oeste e Norte, relacionados à expansão da cultura da exportação e da agropecuária rumo a Amazônia, impulsionado pela criação de gado e plantio de soja, por sua vez deslocados pela produção de etanol na região Sudeste. Esta concentração é tão desigual que segundo o autor, nos últimos 50 anos, 90% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ocupam apenas 20% das áreas e os 10% com mais de 100 ha ocupam 80% da área. Fruto desta concentração o êxodo rural com expulsão de muitos camponeses que são impedidos do acesso à terra. Mantém-se ainda a grilagem de terra e o desemprego no campo, fruto da modernização da agricultura.
- 2) A nova onda de internacionalização da agricultura brasileira ameaça a soberania territorial. O Brasil foi sempre marcado por invasões estrangeiras, principalmente, considerando-se os olhares dos povos indígenas. Na atual conjuntura, esta internacionalização ganha nova configuração, determinada pelo domínio da tecnologia e

do capital financeiro, exercido por grandes empresas transnacionais, fazendeiros e fundos financeiros internacionais. O Brasil se tornou atrativo devido grande disponibilidade de terra, água, energia e clima tropical, uma combinação perfeita para expandir a produção num padrão de agricultura moderna provinda da revolução verde. Por outro lado, os órgãos governamentais como INCRA não tem controle desta situação. A fragilidade dos mecanismos de Estado sobre o controle do território e do campo brasileiro é visível e há brechas que facilita grupos e pessoas ter acesso à terra no Brasil.

3) A insegurança alimentar decorrente das transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira. Com a reprimarização das exportações, principalmente de produtos de minério de ferro e agropecuários, houve fortes implicações na soberania alimentar do país, como redução de área de estabelecimentos agropecuários e de pastagens naturais, diminuição das áreas plantadas com alimentos básicos (arroz, feijão mandioca) e por outro lado os aumentos das áreas para produção da monocultura da soja, eucaliptos, cana-de-açúcar, milho.

4) A violência, a exploração do trabalho e a devastação ambiental como pilares do modelo agrário dominante no campo brasileiro. O modelo agrário que domina o campo brasileiro foi historicamente injusto, violento e devastador. Estruturado na produção da monocultura para exportação e na manutenção do latifúndio, são inúmeros os casos de violência e injustiça cometidas no campo, desde expulsão das famílias, assassinatos de pessoas por lutar por um pedaço de terra, cumprimentos de ordem judiciais pelo poder executivo com uso da força policial, prisões de lideranças. E ainda um processo indiscriminado de devastação ambiental, com uso intensivo de agrotóxicos para expandir a fronteira agrícola, sobretudo no cerrado e na amazônia para criação de gado, produção de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão.

1.4 - A resistência e as lutas camponesas: destaque para a construção da agroecologia

Conforme explicitado nos itens anteriores, a realidade do campo no Brasil pode ser analisada à luz do paradigma da Questão Agrária, inspirado nos clássicos marxistas, que apontam esta como uma questão estrutural do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Nesse processo, ganha centralidade as relações contraditórias entre o capital e o campesinato que, no Brasil, teve duas características marcantes: o pacto de poder em

torno da grande propriedade fundiária, em um processo permanente de apropriação das terras pelas elites agrárias e expropriação de indígenas e camponeses; a modernização da matriz produtiva do latifúndio, a partir dos anos 1960 e 1970, consolidando um modelo agrícola relacionado à chamada revolução verde.

Apesar destas tendências hegemônicas do agrário, em todos os momentos da história houve lutas de resistência camponesa que, apoiados em diferentes estratégias, buscaram garantir sua reprodução social. Apesar dos inúmeros exemplos históricos de lutas camponesas de períodos anteriores, neste trabalho destaca-se, a partir de Delgado (2001), o processo em que a luta pela terra ganha uma dimensão mais orgânica, que se dá partir de meados do séc. XX, com as lutas do Partido Comunista Brasileiro - PCB e da Igreja Católica, além de movimentos como As Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem - Terra - MASTER e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB.

Essas organizações foram extintas (com um grande número de dirigentes presos e assassinados) durante a ditadura civil militar, porém a bandeira de luta da reforma agrária é retomada no final da década de 1970, novamente através de setores organizados da igreja católica, principalmente a Comissão Pastoral da Terra – CPT. São dessas articulações que no final da década de 1970 e início 1980, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Além da luta pelo acesso à terra e, portanto, contra a concentração fundiária que prevalece no país, cada vez mais a disputa da matriz tecnológica de produção agrícola tem entrado na pauta do debate agrário. É nessa perspectiva que a construção da agroecologia tem se colocado como um elemento central da luta camponesa não apenas como forma de resistência às imposições do agronegócio, mas como base de um projeto camponês de desenvolvimento da agricultura fora dos marcos capitalista.

A agroecologia, para Toná e Guhur (2012), mesmo não sendo uma forma já consolidada de um modelo de produção, vem sistematizando uma série de elementos e conhecimentos “baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses)”. O termo agroecologia se tornou mais popular com o trabalho de alguns autores como Miguel Altieri e Stephen Gliessman, caracterizados como a “escola americana de agroecologia” e Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina, caracterizados como a “escola europeia de agroecologia”.

Segundo Toná e Guhur (2012), no Brasil, foi o movimento da “agricultura alternativa” nas décadas 1970 a 1980 que começou a dar certa visibilidade ao termo,

mas se limitando “a um pequeno grupo de intelectuais, em sua maioria profissional das ciências agrárias, até meados da década de 1980”.

Alguns brasileiros foram pioneiros neste debate sobre outros métodos produtivos, dentre eles pode-se citar: José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Sebastião Pinheiro. O termo agroecologia começou a ser usado no Brasil a partir da publicação do livro de Miguel Altieri (1989), denominado *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Algumas ONGs começaram a disseminá-lo na década de 1990 e os movimentos sociais, especialmente da Via Campesina, o adotaram no final dos anos 1990 e início dos 2000.

A partir 1989, portanto, pode-se dizer que começa o debate conceitual da agroecologia no Brasil, tendo Altieri como o primeiro a defini-la. Para esse autor, a agroecologia é a base científica de uma produção alternativa.

Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola (TONÁ E GUHUR, 2012, p.62).

Nessa perspectiva, pode-se caracterizar a agroecologia como uma disciplina que disponibiliza elementos científicos de base ecológica para estudos que permitam “desenhar e manejar os agroecossistemas”, que se torna um conceito chave desse debate. Como definição de agroecossistema aponta-se:

Um dos conceitos-chave que orientam teórica e metodologicamente a agroecologia é o de *agroecossistema*, unidade de análise que permite estabelecer um enfoque comum às várias disciplinas científicas. Um agroecossistema é, em resumo, um ecossistema artificializado pelas práticas humanas, por meio do conhecimento, da organização social, dos valores culturais e da tecnologia (TONÁ E GUHUR, 2012, p.62).

São várias as interpretações sobre a agroecologia que foram sendo construídas desde a década 1980 aos dias atuais, algumas em um sentido mais técnico e direcionado especificamente à produção agrícola, outros com conceitos teóricos na formulação de um novo pensar da produção agrícola em perspectiva mais ampla. Assim, Toná e Guhur (2012) definiram que a agroecologia não pode limitar-se a agricultura com base

ecológica, devendo ir além das lutas reivindicativas, corporativa, imediatas e assistencialistas e buscando uma dimensão de totalidade, que considere o processo de organização social direcionado para uma transformação mais ampla da sociedade. Assim, a agroecologia é parte do direcionamento para outro projeto de desenvolvimento do campo.

Em uma análise mais técnica voltada para o campo da produção de alimentos e produtos agrícolas, Machado (2014) chamou a atenção para o debate sobre a agroecologia em um nível avançado de produção, saindo do que ele chamou de panaceia, ou seja, uma reflexão restrita aos “pequenos ou familiares”, em uma espécie de busca de acalento em valores ancestrais como forma de abrilhantar a agroecologia e um *Culto a enxada e ao trabalho físico penoso* como sendo a identidade da agroecologia.

Para esse autor, na conceituação sobre agroecologia não se pode “confundir essa solidariedade humana, política, com o paradigma de produção de alimento para humanidade” (MACHADO, 2014, p.36), que é um ponto fundamental do debate para uma dimensão global no contexto de luta de classe. Portanto:

Nessa medida, entendemos a agroecologia como um método, um processo de produção agrícola – vegetal e animal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários processos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala. (MACHADO, 2014, p.36)

Também nessa dimensão mais ampliada da agroecologia, para Carvalho (2007), seria um erro limitá-la a mudanças específicas das “unidades de produção camponesas, em algumas localidades ou territórios camponeses”, desvinculando do campesinato como classe social. Considerando que a relação entre camponeses e empresas capitalista no campo e, conseqüentemente, o processo de exploração dos camponeses vai continuar existindo, a agroecologia deve ser uma nova forma de desenvolvimento rural, fundamentado na mudança do modelo de produção e na construção de uma nova matriz tecnológica.

A partir disso e baseado nos quatro desafios estratégicos apresentado por Carvalho (2007), podemos descrever os desafios a seguir, 1 - que os camponeses do

país, de forma geral aderissem à nova matriz, como forma de negar a matriz dominante, e não como alternativa a ela; - 2) que ela permitisse o aumento da escala de produção através da cooperação camponesa; - 3) que incluísse a agroindustrialização, construída no processo de cooperação camponesa de desenvolvimento avançado; e - 4) que incluísse a organização da produção, o processamento e até a exportação .

[...] Nas lutas sociais pela afirmação camponesa e pela negação da empresa capitalista uma das dimensões que se faz presente é a matriz tecnológica adotada pelos camponeses. Retirar essa dimensão (matriz tecnológica) do contexto mais amplo da afirmação da autonomia camponesa e da construção do campesinato como classe, logo, substituindo a referência do socialismo como concepção de mundo, correr-se-á o risco de se afirmar a agroecologia com concepção de mundo, logo, como modo de produção a ser construído baseado apenas nas relações homem-natureza [...] Se a agroecologia se restringir apenas a dar conta da matriz tecnológica e, sem dúvida, da relação homem-natureza no processo de produção no campo, tudo leva a crer que ela deverá definir uma escala de gradações de incorporação de práticas de produção ecologicamente sustentáveis desde um ponto zero representado pela matriz tecnológica dominante até um ponto ótimo que será definido pela convivência desejável da relação homem-natureza no seu processo de produção. E, mais, deverá subordinar-se às estratégias para a mudança do modelo econômico, social e político dominante no campo (e na sociedade na sua totalidade), portanto, às estratégias de construção de um novo modelo de desenvolvimento rural no país. (CARVALHO, 2007, p.11)

Desta forma Toná e Guhur (2012) apontam para uma formulação de um novo conceito de agroecologia no sentido mais amplo, que tem como a base as ações dos movimentos sociais do campo e que incorpora a agroecologia como parte da luta de enfrentamento com sistema capitalista e o agronegócio. Neste sentido o entendimento sobre a agroecologia não se reduz a um conjunto de técnicas de produção e ganha uma dimensão política organizativa.

A agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional. [...] Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. [...] A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida em sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana (VIA CAMPESINA E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009 *apud* TONA E GUHUR, 2012, p.64).

Para Alentejano (2014), considerando um cenário onde o modelo agrário brasileiro é hegemonicamente dominado pela grande propriedade monocultora no campo produtivo e ideológico, pensar a agroecologia dissociada da luta pela reforma agrária e fortalecimento da agricultura camponesa é colocá-la como um “fenômeno marginal”. Nesta perspectiva, o autor provoca a reflexão de que a agroecologia deve ser uma articulação de um “movimento agroecológico com a luta pela reforma agrária, pois o que está em questão são fundamentos da própria sociedade brasileira em sua relação inseparável com a natureza” (ALENTEJANO, 2014, p.04).

Assim, a agroecologia deveria ser estruturada em várias dimensões. Aparti da análise de Machado (2014), pode-se pensar essa estruturação da seguinte forma: uma primeira dimensão, básica, que é a *escala*, envolvendo a produção em quantidade para alimentar toda a humanidade; a segunda é *social*, estando ligada ao respeito à condição humana e às mudanças de hábito sociais e, por conseguinte, às mudanças do regime social; terceira, *política*, pois toda tecnologia não se sustenta sem o mínimo de organização e direção política que a conduz, fundamentação de base do princípio de teoria e prática; quarta, *econômica*, pois tudo deve gerar resultados financeiros, porém sem causar nenhum dano ao ambiente e as pessoas; quinta, *ambiental*, levando a se pensar o manejo correto do solo e não contaminar o ambiente primando sempre pela sua proteção; sexta, *energética*, porque a energia é o principal elemento da produção de alimento e a fotossíntese é o processo mais dinâmico de captação de energia solar; sétima, *cultural*, já que toda tecnologia deve estar ajustada à forma de produzir de quem vai utilizá-la; oitava, *administrativa*, pois a tecnologia deve ser administrada pelo produtor e fazer parte de um processo produtivo sempre atualizado; nona, *técnica*, já que ela deve desenvolver técnicas que não agridam o ambiente, permitindo o manejo do solo e dos animais, o plantio diversificado, a adubação orgânica e verde e a capacidade de associar a dinâmica da natureza em todo o seu processo de produção e reprodução; por fim, a décima é a dimensão *ética*, presente nas definições de regras e normas no processo de produção que respeite o ambiente e o ser humano.

A agroecologia resgata a autonomia dos produtores, destruída pelo agronegócio. É uma proposta transformadora e sua aplicação está associada ao sistema socioeconômico, pois, se é verdade que a tecnologia não modifica o sistema econômico, é igualmente verdade que a aplicação dos princípios agroecológicos é incompatível com as grandes monoculturas, com os grandes confinamentos, com a concentração da posse de terra, com a quebra da biodiversidade, em síntese, com o sistema vigente. Há um confronto com o agronegócio e, por consequência, com sistema capitalista. Omitir este fato

real e decisivo é trabalhar com falsidades, em que expressões como o “culto ao passado”, o “pequeno é belo”, a política do “baixo insumo” são formulações equivocadas que, em última análise, servem exatamente aos interesses do agronegócio (MACHADO, 2014, p.190, *destaques do original*).

1.5 - As Reflexões Teóricas e Históricas sobre a Questão Agrária e os Eixos de Análise da ARPA

A reflexão teórica e histórica sobre a questão agrária realizada ao longo deste primeiro capítulo procurou apontar alguns elementos que ajudam na análise do cenário atual de expansão do agronegócio no campo, mas também de novas formas de luta e de resistência camponesa. Buscou-se compreender, assim, a hegemonia do capitalismo no campo brasileiro como um processo de construção histórica de lutas de classes, prenhe de conflitos e contradições.

Nessa perspectiva, procurou-se evidenciar a classe dominante não apenas pelos seus aspectos estruturais, em especial a propriedade dos meios de produção, mas também pelas suas estratégias políticas e pela forma como ela garantiu seu poder de mando e controle social. Por outro lado, buscou-se compreender como a classe de trabalhadores, mesmo que vinculados às condições impostas pelo sistema capitalista, construiu instrumentos de lutas por direitos, às vezes de cunho mais reivindicativos, mas também com ações e reflexões de mudança na estrutura política e organizativa.

Esta reflexão destaca que o desenvolvimento do capitalismo e sua constituição hegemônica na agricultura brasileira foi ganhando novas dimensões em determinados períodos da história do Brasil e de diferentes formas levou a classe dominante a se apoderar dos instrumentos necessários e determinante de poder como os meios de produção e bens da natureza e entre estes bens a propriedade privada da terra. Entre eles pode-se destacar o período do modelo de produção agroexportador que teve grande importância até a década 1930 do século XX, o período de industrialização e, por último, o período das políticas neoliberais.

Em todos esses períodos, de diferentes maneiras, reatualizou-se o pacto de poder em torno da propriedade da terra e o Estado e suas políticas teve papel chave para isso. Dentre essas políticas, destacou-se a importâncias dos incentivos à expansão da fronteira agrícola brasileira, em especial a ‘Marcha para Oeste’ entre os anos 1940 e 1950 e a ‘Integração da Amazônia’ nos anos 1960 e 1970 que ampliaram a concentração de terras no estado do Mato Grosso, área de estudo deste trabalho. Em outra direção, a política de Modernização Conservadora da Agricultura e sua associação à Revolução

Verde, configurou uma nova matriz produtiva e tecnológica, altamente tecnicizada, porém sem alterar essa estrutura fundiária.

Considerando o período atual, marcado pelo neoliberalismo, observou-se uma intensificação das exportações de produtos primários em um contexto de poder político e econômico determinado pelas regras do capital financeiro nacional e principalmente do capital internacional sobre direção de organismo como: FMI, BANCO MUNDIAL e OMC. No Brasil este modelo se denomina agronegócio, estruturado a partir de uma junção do capital monopolista, como grandes empresas transnacionais, bancos, empresas nacionais e os latifúndios. Mais uma vez, o Estado aparece com seu aparato de financiamentos e legislações que garanta as políticas expansionistas e mercantis na produção de *commodities* para a exportação.

Do ponto de vista das resistências do campesinato este último período apresentou duas disputas significativas que foram analisadas ao longo do capítulo. Uma delas é a luta pela terra em si, presente há longo período na história do campesinato brasileiro, mas que ganhou nova dimensão com a conquista dos assentamentos de reforma agrária a partir dos anos 1990. A segunda, decorrente de disputas possíveis a partir dessa conquista da terra, relacionam-se ao próprio modelo de desenvolvimento da agricultura, aqui enfatizadas a cooperação e a agroecologia como bases de uma matriz camponesa de produção no campo.

Nos capítulos seguintes o trabalho se debruçará sobre como esses processos de desenvolvimento do capitalismo agrário e as lutas de resistência ocorreram no estado do Mato Grosso. As duas formas de resistência aqui analisadas serão eixos tomadas como eixos dessa análise, procurando evidenciar como, no caso do Mato Grosso, e especialmente na construção da ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológico no Sudoeste do estado, a luta pela terra e a disputa pela matriz produtiva puderam fortalecer as lutas dos camponeses no contexto de expansão do agronegócio.

CAPÍTULO 2 – QUESTÃO AGRÁRIA E DISPUTAS TERRITORIAIS: APROPRIAÇÃO DA TERRA, MATRIZ PRODUTIVA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ESTADO DE MATO GROSSO

No capítulo anterior, apresentou-se uma análise teórica da questão agrária enquanto um problema estrutural do avanço do capitalismo na agricultura, cujo centro está na relação entre o capital e o campesinato, expressão da luta de classes no campo. A partir dessa perspectiva, construiu-se uma análise histórica da questão agrária no Brasil enfatizando dois eixos centrais desse conflito: a luta pela terra e, especialmente nos períodos mais recentes, as disputas pela matriz produtiva no campo. Neste capítulo, esta análise será direcionada ao estado do Mato Grosso, lócus desta pesquisa. No entanto, será agregado um novo elemento teórico, a categoria território, que permitirá uma melhor compreensão do significado do recorte espacial desta pesquisa: a luta de classes no campo, envolvendo a luta pela terra e a disputa pela matriz produtiva são disputas também territoriais.

Território é uma categoria que permite compreender as relações sociais e culturais historicamente construídas em determinada região e está diretamente relacionado às discussões já elaboradas sobre espaço. O espaço geográfico é mais do que uma porção de terra, pois identifica as expressões da sociedade e da natureza que o compõe. Também é mais do que simples localizações situadas em diferentes escalas, pois é uma construção social

Podemos considerar, ainda que a construção do espaço geográfico é uma contingência histórica do processo de reprodução social, geradora da necessidade de organização econômica e social e de um determinado ordenamento espacial. No processo de construção do espaço geográfico, a vivência e a percepção são dimensões essenciais e complementares, como fenômenos que consolidam os espaços subjetivos associados a este. A percepção do espaço é marcada por afetividade e referências de identidades socioculturais. Nessa perspectiva, o homem é o promotor da construção do espaço geográfico e, ao imprimir valores a esse processo, confirma-se como sujeito social e cultural (BARCELLOS *et al.*, 2008, p 3).

A definição entre espaço e território baseia-se na ideia de o espaço ser aberto e sem limites e o território ser fechados aos que a ele não pertencem. Partindo dessa ideia geral, Barcellos *et al.* (2008) abordam o conceito do que seria território nos vários campos do conhecimento, conformando diferentes matrizes, como a *jurídico-política*, que se define pela ligação entre Estado e território, e a *etológica*, que aproxima a

territorialidade humana da animal. Na vertente jurídico-política clássica, Ratzel *apud* Mendonza, (1982) defendia que “o Estado é o único grupo que pode receber uma extensão territorial contínua” e, portanto, o território está diretamente relacionado às fronteiras nacionais do Estado. Já na vertente da etologia, um território é criado como resultado do “comportamento humano, em alusão a territorialidade animal”. Assim o conceito de territorialidade, está acoplada ao jeito que as pessoas trabalham a terra, como defendeu Robert Sack (1986) *apud* Barcellos (2008)

Que a territorialidade em seres humanos é melhor compreendida como uma estratégia especial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de área; e, como territorialidade pode ser ativada e desativada. (SACK, 1986, *apud* BARCELLOS, 2008).

As discussões atuais incluem o componente cultural considerando-o uma dimensão simbólica que vai definir uma nova direção para a análise sobre território. No entanto, outras vertentes seguem priorizando a dimensão material de natureza econômico-político da construção do território. Assim, segundo Fernandes (2009), pode-se definir território como um espaço onde as diferentes relações sociais se realizam.

Para Barcellos *et al.* (2008), o território apresenta múltiplas escalas e não, necessariamente, possui continuidade no espaço, podendo se constituir na forma de redes.

Estas redes podem ser apresentadas através de pontos e linhas, onde pontos podem ser ações locais e totalmente desvinculadas das ações globais, mais também podem ser ações locais que se inserem nas ações globais, onde as estruturas e a organização de tarefas podem coincidir com as ações que estão sendo desenvolvidas. As linhas formam teias que representam as redes de ligações e as interligações entre ações locais e globais. (BARCELLOS *et al.*, 2008, p 9).

Para Santos (2002), a constituição do território transcorre pelo espaço, que tem sua forma definida e conduzida pelas técnicas que estão presente neste espaço. Assim o território pode ser caracterizado pela magnitude e pelas diferenciações técnicas empregadas, neste espaço, considerando que cada espaço tem suas diversidades internas. O autor afirmou também que o território se configura pelos meios de produção, pelo seu conjunto territorial, pelos objetos e coisas e pelo movimento interno e externo que existe no espaço. Assim, Santos (2002) buscou fazer uma leitura diversificada do

território concluindo que o trabalho é um dos fatores fundamentais para a sua compreensão, que deve ser considerado na hora de desenvolver pesquisas sobre o tema.

Sintetizando o conceito de território, Fernandes (2012) criticou a forma como este tema é ensinada nas escolas e universidades, numa perspectiva restrita a um “espaço de governança, referindo ao território como espaço de gestão do Estado em diferentes escalas: federal estadual e municipal” (FERNANDES, 2012, p. 746). Para o autor, este pode ser um ponto de partida para entender a noção de território, mas o fundamental são as diferentes relações sociais que o produzem, que são base para o entendimento das diferentes formas que constituem este território.

Ao tratarmos sobre o território camponês, este apresenta suas particularidades, que só podem ser compreendidas pelo conjunto de relações sociais envolvidas, tanto a partir dos elementos simbólicos-culturais, como da relação com a natureza e dos elementos materiais da economia-política, especialmente a forma de organização do trabalho e da técnica. Por isso, o território é considerado multidimensional e multi-escalar. Para Fernandes (2012), o *território camponês* constitui-se em uma unidade espacial, mas o modo de uso desse *espaço* vai caracterizá-lo como *território* em razão de sua existência e da *relação social* que se constrói nesse *espaço*.

Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas. Em sua quase totalidade, a produção camponesa está subordinada ao Território Camponês mercado capitalista; é ele que determina os preços de modo a que as empresas capitalistas se apropriem de parte da renda dos produtores familiares. Nessa condição de subalternidade, a maioria absoluta do campesinato brasileiro entrega a riqueza produzida com seu trabalho ao capital, vivendo em situação de miséria (FERNANDES, 2012, p.746).

Assim, segundo Fernandes (2012), o território camponês constitui um espaço de diversidade de culturas camponesas, onde as pessoas constroem sua existência e apresenta suas especificidades

Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas. Este território pode ser entendido como fração ou como unidade é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (FERNANDES, 2012, p.746).

2.1 - Ocupação territorial do Mato Grosso e a construção da dominação do latifúndio

Mato Grosso a partir do final do século XX e início do século XXI passou a apresentar grande visibilidade na perspectiva de luta de classes, principalmente devido aos grandes projetos de infraestrutura previstos para a região. No entanto, apesar das especificidades, própria de seu processo histórico esse desenvolvimento não se diferencia da dinâmica de dominação e exploração, resultado do avanço do capitalismo no país. Tendo como elemento principal a dominação de uma elite capitalista sobre a propriedade privada da terra.

Segundo Moreno (2007), ao compreender a história da propriedade da terra em Mato Grosso, percebe-se que foi um processo construído de forma violenta e a partir de muitos mecanismos de burla, ou seja, ilegal. A autora afirmou que,

A feitura da legislação fundiária estadual e a forma de sua aplicação expressam o resultado de definições e pretensões das classes dominantes que comandaram este processo por anos a fio, sejam como governantes sejam como beneficiários do poder econômico e político (MORENO, 2007, p.25).

Outro elemento importante nesta análise está relacionado ao avanço do agronegócio como resultado da própria história rural de Mato Grosso. Este processo consolidou-se na década de 1990 e sistematicamente continua ampliando suas fronteiras no campo mato-grossense. Desta forma, pode-se dizer que historicamente as terras no estado de Mato Grosso, foram sendo ocupadas por grandes capitalistas, sendo que a maioria dessas áreas são frutos das sesmarias e/ ou da grilagem de terras.

No início do século XVII, inicia-se a chamada ocupação de Mato Grosso, que teve como protagonistas, os bandeirantes vindos da capitania de São Vicente. Este processo tinha como objetivo, realizar a captura de índios para o trabalho escravo, e fazer a busca de metais preciosos. Foi sobre a margem do rio Coxipó, onde atualmente é a capital Cuiabá, a referência de extração de ouro pelos bandeirantes no estado. (BORGES, 1991).

A partir de 1728, a decadência da extração de minérios na região de Cuiabá, forçou mineradores e comerciantes buscar novas regiões como: Diamantino, na Bacia do Alto Paraguai e vale do rio Guaporé, para a prática de novas atividades econômicas, desta forma a capitania de Mato Grosso, passou a ganhar um novo cenário político econômico, recebendo a missão de guardar a fronteira oeste do Brasil, garantindo a

posse da terra pela fixação de população, considerando a tratado de Madri (1750) que estava sendo negociado na Europa (MORENO 2007).

A mineração sendo a principal atividade econômica marcou o período colonial na província de Mato Grosso. Na década de 1730, sua decadência levou à inserção de nova dinâmica econômica com base na produção da cana-de-açúcar, pecuária desenvolvimento da economia de subsistência. No entanto, a mineração manteve sua hegemonia até a metade do século XIX.

Neste momento, segundo Lamera (2007), o poder econômico instruído no estado criou uma nova forma de desenvolvimento fundando-se em uma base econômica de baixa densidade populacional, ou seja, vão garantir grande extensão de terra para poucas pessoas. Este novo cenário favoreceu a constituição de grandes latifúndios, “a concentração de renda e poder nas mãos da elite. No Norte por seringalistas e usineiros e no Sul por pecuaristas e produtores de mate. Este processo de concentração de terras favoreceu o surgimento do coronelismo” (LAMERA, 2007, p.03).

A forma violenta que se dá esse processo de desenvolvimento é outra característica destacada por Moreno (2007).

Seguindo neste pensamento Moreno (2007) afirmou que as ações promovidas pelo movimento “entrantes”, migrantes de São Paulo e Minas Gerais, como: grupo oligárquico, coronéis e chefes políticos, utilizavam da violência como uma forma de afirmação no território mato-grossense, estes realizavam o desalojamento dos povos indígenas, principalmente do sul de Mato Grosso.

Este modelo de ocupação territorial que predominou-se até a metade do século XX, deu-se a partir de uma dinâmica conservadora de “compromisso político-familiar que pode sustentar, controlar e movimentar todo processo de acesso a terra, segundos interesses específicos, particulares ou político-partidários” (MORENO, 2007).

Moreno (2007) destacou ainda que em Mato Grosso, a posse da terra esteve primeiramente ligada aos privilégios e isenção da coroa portuguesa, e políticas coloniais de conquista do território. Posteriormente esteve ligada ao avanço econômico da produção extrativista da borracha, erva-mate, poaia e pecuária, esta como carro chefe. A pecuária extensiva, através de seus latifúndios, tornou-se a base da concentração fundiária, e ao “privar as parcelas substanciais da população local, ao acesso a terra”, constituiu-se como um instrumento *de contenção social*, com a terra sob o domínio do latifúndio. Com isso pode:

Garantir a dependência da força de trabalho ao latifúndio, note-se também que neste período predominava a força de trabalho cativa, submetida à violência física para extração da mais-valia absoluta. O binômio terra-trabalho cativo ensejou o processo histórico de exclusão social desde a ocupação do território mato-grossense. (MORENO, 2007, p.23)

Para Faria *et al* (2014), com a Guerra do Paraguai (1860-1865) Mato Grosso entrou em situação de pobreza, pois sua comercialização era realizada exclusivamente pelo rio Paraguai. Este processo causou vários entraves na exportação de mercadorias, que foram sendo retomados com uma nova expansão econômica de produção de borracha, ipecacuanha, erva-mate e produtos pecuários. Mesmo assim, foi um período de expansão e regularização do latifúndio, a partir da Lei de Terras de 1850.

Segundo Moreno (2007), com a promulgação da Lei de terras (Lei nº 601de1850), definiu-se o fim do processo de concessão e livre acesso a terra. Passando o acesso a esta ser realizado por meio da compra e venda. Esta lei definiu ainda que as terras devolutas ficariam sob o domínio da União, e que somente o estado federal regularizaria e definiria a posse da terra. Porém, com a Primeira Constituição Republicana, em 1891, os governos estaduais, assumiram a posse, dando um novo direcionamento jurídico sobre as propriedades em seus estados, proporcionando a classe dominante maior influência sobre a distribuição de terras. Desta forma, Mato Grosso promulgou sua primeira lei estadual de terra em 1892, visando a regularização fundiária no estado. No mesmo ano promulgou outra lei, que tinha como mecanismo a política de repartição das terras públicas.

Estas leis regularizavam a posse de grandes áreas no estado, garantindo a regularização dos latifúndios que, anteriormente, não haviam sido regularizados pela Lei de Terras. Assim novas leis e regulamentos foram sendo instituídos, fortalecendo ainda mais o processo de concentração da terra, como as leis de 1902 e 1927. Mesmo com o Decreto-Lei nº. 161 de 1939 que tentava barrar os abusos do acesso gratuito as terras devolutas, limitando-o a 20 ha, isto não aconteceu na prática, pois as terras eram demarcadas de formas irregulares e depois regularizadas.

Outro mecanismo de acesso às terras públicas deu-se pelos arrendamentos especialmente nos caos da indústria extrativista da borracha e da erva-mate. Que segundo Moreno (2007), havia:

O acesso fácil a grandes extensões de terras, mediante arrendamentos. Vários governos estabeleceram normas dadas, incentivando o arrendamento de terras por longos anos (20 a 30) e por preços irrisórios. Terminado o prazo de

arrendamento, parte das terras, senão todas eram adquiridas pelos usuários, que detinham o direito de preferência na compra, independentemente de hasta pública (MORENO, 2007, p.86).

Ainda de acordo com o pensamento de Moreno (2007) um outro problema encontrado neste cenário agrário do estado de Mato Grosso eram os mediadores de terras, que sob pressão ou negociação, facilitavam a regularização para os latifundiários, evitando assim, que este processo regularização sofresse influência do órgão responsável.

Segundo Moreno (2007), na década de 1940 sobre a direção política do Estado brasileiro inicia-se o processo de *expansão capitalista*, com o objetivo de integrar os espaços do território brasileiro, a um projeto de fortalecimento da economia nacional. Mato Grosso sendo considerado um espaço de economia rudimentar, entra neste processo como “fontes de matérias-primas e alimentos baratos para serem transformados ou consumidos nos centros urbanos”.

Este processo se intensifica anos mais tarde nas décadas de 1950/1960/1970, com o papel incisivo principalmente no projeto de *abertura de rodovias e implantação de núcleos de colonização promovidos tanto pelo governo Federal e Estadual, como pela iniciativa privada.*

Desde o início do século XX, com exceção da pecuária, todos os outros produtos vinham perdendo sua importância no mercado, levando a uma especialização na pecuária, que foi se expandindo e incorporando novas áreas, com emprego de tecnologia simples e utilização de pouca força de trabalho. A partir da década de 1970 vão caracterizar a expansão e ocupação do Oeste e da Amazônia brasileira levaram a um processo que vai estabilizar a economia mato-grossense no quesito da especialização produtiva, na qual destaca a expansão da produção de arroz, soja e pecuária nas décadas 1960/1970 (FARIAS *et al.*2014).

É importante entender que esse processo se iniciou no período entre 1930 a 1947 no governo de Getúlio Vargas. Buscando superar os limites da oferta interna de produtos agrícolas, em um contexto de urbanização e industrialização, o governo impulsionou um projeto de expansão, com distribuição de terras para trabalhadores rurais nacionais ou estrangeiros na região oeste do país, iniciando a chamada “Marcha para Oeste”. Esta foi anunciada por Getúlio Vargas em um discurso no ano de 1938 onde apresentava os novos objetivos do Estado Novo demarcando que era a nova direção política e social. Como destacou GALVAO (2011),

Foi um projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico. Visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da Nação. A proposta governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior, com objetivo de integrar e consolidar o País, de acordo com uma visão de unidade (GALVÃO, 2011. p 02).

A leitura dos políticos do Estado Novo sobre a região Oeste do Brasil era de um cenário de estagnação econômica, relacionando ao número pequeno da população nesta região e de obstáculos naturais que impendiam a região de se expandir econômica e demograficamente. O governo assume a responsabilidade de liderar o processo de incorporar estes territórios à política econômica do país, impulsionando assim o desenvolvimento nacionalista que dominava as políticas governamentais na época.

Desta forma o discurso da “Marcha para o Oeste” caracterizou-se por uma série ações diversificadas do governo de Getúlio Vargas que compreendia a implantação de colônias agrícolas, a abertura de estradas, obras de saneamento rural e construção de hospitais. Seu objetivo estava na criação de uma integração nacional baseada na organização dos territórios, na garantia a posse da terra e a produção nas áreas consideradas inabitadas (LOPES, 2002).

Este processo vai dar uma escalada na política de colonização do estado de Mato Grosso criando uma nova fase da política econômica, priorizando a pequena propriedade como forma de contrapor a avanço da concentração da terra principalmente por grupos estrangeiros que já detinha grande extensão de terra no estado (Castro *et al.*, 1994). No entanto, segundo Castro *et al.* (1994) o processo de colonização inicia a partir de 1943, quando é criada a *Colônia Agrícola Nacional de Dourados no sul do estado*, marcando a expansão comercial do estado favorecendo um grande fluxo migratório. Porém segundo a autora esta colônia funcionou como um projeto propagandístico para o Estado Novo, apresentando-a como um projeto modelo. Sua implementação só aconteceu na realidade em 1948 com a demarcação de sua área de instalação.

Outra ação desta política do governo federal foi à criação da expedição Roncador/Xingu em 1943 com finalidade de ocupar o Centro-Oeste brasileiro. De acordo com CENTRO GRÁFICO DO SENADO (1980) apud Castro *et al.* (1994) esta expedição:

Tinha como finalidade precípua alcançar Santarém, no Estado do Pará, penetrando pelo Brasil-Central e Amazônia, desbravando e colonizando regiões desconhecidas, passando por áreas jamais alcançadas (VARJAO, 1980, *apud* Castro 1994, p. 47).

De acordo com Castro *et al.* (1994), a ideia era que a expedição ocupasse grandes porções de terra na região do Araguaia e Xingu a chegasse até Manaus. Para isso, foi criada Fundação Brasil Central - FBC e mais tarde com sua extinção cria-se a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste SUDECO.

Este projeto não atingiu os resultados que se esperavam, pois a região não se apresentava como um espaço vazio. Havia uma grande presença de garimpeiros, uma elevada população indígena, de diversas etnias especialmente os Xavantes, além de posseiros, ribeirinhos e outros povos.

Castro *et al.* (1994) destacou que, na década de 1950, a política de colonização de Mato Grosso vai ser redefinida, buscando incorporá-la economia nacional, como fronteira agrícola. Assim a nova política de colonização, tinha a intenção de assentar um contingente de trabalhadores de outras regiões do país, baseado na colonização privada para ocupar a terra na região. Desta forma define-se que parte da terra seria destinada entre colonização pública e colonização privada. Assim segundo autora:

No discurso das décadas de 50 e 60 foram parcialmente implementadas 29 colônias oficiais que ocuparam 400.668 ha., área esta equivalente a 0,32% da superfície do antigo Estado de Mato Grosso. Com exceção da colônia Rio Branco, cuja área é de 200.000 ha, as demais se comprimem em glebas inferiores a 500 ha. (75% das colônias) ou então inferiores a 1.000 há (25% delas) (CASTRO *et al.*, 1994, p, 72)

Ainda de acordo com Castro *et al.* (1994), a colonização oficial não atendeu as exigências mínimas de questão básicas como infraestrutura: estradas, hospitais, escolas e auxílios técnicos aos trabalhadores, além de não atender a demanda de terra definida pela colonização, e não conseguiu nem mesmo acompanhar o fluxo migratório que aconteceu neste período.

Já a colonização particular ou privada, que teve uma expansão na década 1950, deu-se a partir de contratos celebrados em áreas médias de 200.000ha. No entanto, as concessionárias também não cumpriram com os compromissos que assumiram *que as obrigavam executar a infraestrutura social e econômica como previam os contratos*, reproduzindo as situações de precariedade.

Essas limitações nos projetos de colonização revelam que, apesar dos discursos da Marcha para o Oeste, esta não resultou numa reversão do poder latifundiário no estado. Novas alianças entre as frações da classe dominante garantiram a *detenção da hegemonia dessa classe* no poder do estado. Manteve-se, assim, o poder latifundiário nesse período e no subsequente.

Na década de 1960, vários esforços eram direcionados para integração da Amazônia à economia nacional, além de que esta também pudesse assumir um papel de maior importância geopolítica.

As políticas do Governo Federal se dirigiram no sentido de impulsionar a “ocupação” da Amazônia, principalmente a partir da década de 70; tornando-se o Governo Federal o principal agente promotor e dinamizador do processo. Para isso, adotaria uma série de medidas políticas e econômicas, cujo ponto alto cristalizado no lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), o qual buscou dar uma conotação social às políticas adotadas. A essência do PIN traduzia-se na implementação de programas através de pequenas e médias propriedades agrícolas, de natureza nitidamente familiar, constituídas basicamente por lavras de pequenos agricultores procedentes do Nordeste. (CASTRO, 1994, p. 19, *grifo do autor*).

Segundo Castro (1994) o plano tinha como meta assentar às margens da Rodovia Transamazônica, cem mil (100.000) famílias, até 1974, e um milhão até 1980. No entanto, esta meta não foi atingida, mas o programa propiciou aberturas com novas dimensões, possibilitando programar assentamentos e cidades na região amazônica a partir do programa de colonização.

O Governo Federal implementou processos de colonização para realizar a distribuição de terras no Norte e Centro Oeste, impedindo que as terras do restante do país (mais valorizadas) fossem redistribuídas, pois estas já estavam distribuídas nas mãos das elites hegemonicamente instaladas no poder. Assim, com a entrada dos agricultores na Amazônia, criou-se uma estrutura que dava posse legal da terra, permitindo a apropriação por pessoas que vinham de outros estados.

Este cenário vai sofrer mudanças a partir década 1960, com a reformulação da legislação dos incentivos fiscais. Desta forma, o plano de desenvolvimento assume nova fase criando a associação entre o Estado e o capital privado nacional. No plano de 1966, o Estado ficou com a responsabilidade de “promover o investimento em infraestrutura, pesquisa e planejamento para facilitar a atuação do capital privado” (CASTRO *et al.* 1994, p. 76).

Assim, a década de 70 é marcada por elevados investimentos na construção de estradas, incrementos à colonização agrícola, aperfeiçoamento do sistema de incentivos fiscais. A frente agrícola é colocada para o eixo das estradas Cuiabá-Santarém, Cuiabá- Porto Velho, Porto Velho-Manaus, facilitado pela liberação por parte do Estado da faixa de terra de 100 km em ambas as margens das rodovias federais. O instrumento principal para a ocupação foi o programa de Colonização Dirigida, que se propunha a assentar, até 1980, um milhão de famílias na Amazônia (CASTRO *et al.*, 1994, p,76).

Em 1970 foi criado o INCRA pelo Decreto-Lei nº 1.110, que passou controlar 60% das terras do estado de Mato Grosso, e a destinar às terras devolutas mediante o “Estatuto da Terra” como afirma Moreno:

Dentro dos limites dessa jurisdição competia ao INCRA realizar a discriminação e a arrecadação das terras devolutas aí existentes, bem como decidir sobre a sua destinação, obedecendo às diretrizes do estatuto da Terra – Lei 4.504, de 30/11/64 (BRASIL, 1964) elaborado por empresários e militares visando conciliar a política de ocupação das terras com a expansão da propriedade capitalista e da empresa rural (MORENO, 2007, p.156).

Nas décadas de 1970 e 1980, iniciou o programa federal de colonização, com estratégia geopolítica de ocupar a Amazônia e iniciar um processo de exploração dos recursos naturais, como forma de rearticular *o sistema econômico-político-nacional e internacional* (MORENO, 2007). Este projeto foi financiado com recursos de vários programas de desenvolvimentos: Programa de Integração Nacional - PIN, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA, Programa para o Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO, Programa Pólo Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZONIA e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE.

Segundo Moreno, Mato Grosso por ser considerado o “portal da Amazônia”, passou integrar este processo de desenvolvimento capitalista, e conseqüentemente passou receber programas especiais de desenvolvimentos do governo federal, que serviram inicialmente de patrocínio ao “acesso a terra na região pelos grandes grupos econômicos” (MORENO, 2007).

Coordenados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM foram implantados 268 projetos de colonização no estado, com predominância dos projetos agropecuários que “ocupavam áreas em torno de 31.400 hectares, quase sempre destinado à criação de gado” (MORENO, 2007).

O INCRA teve como instrumento para a reforma agrária, a regularização fundiária, que basicamente ficou na expedição de títulos definitivos, licenças de ocupação e levantamento das áreas devolutas existentes em Mato Grosso.

Segundo Castro *et al.* (1994), foi a partir de 1978 que o INCRA vai implementar os primeiros projetos oficiais de colonização, que foram os Projetos de Assentamentos conjuntos – PACs em uma parceria entre o INCRA e iniciativa privada (Cooperativas). Entre seus objetivos estava de garantir aos colonos o acesso a terra através do crédito rural assegurando condições mínimas de infraestrutura para garantir as condições de subsistência, aliviar as tensões sociais e políticas dos estados do centro, promover o povoamento dos grandes vazios demográficos e promover e acelerar o desenvolvimento social e econômico da Amazônia.

Assim, segundo Castro *et al.* (1994) foram elaborados seis grandes projetos de colonização: Terra Nova (1978), Peixoto de Azevedo (1980), Ranchão (1980), Braço Sul (1981), Carlinda (1981) e Lucas do Rio Verde (1981).

Quadro 01: Caracterização dos 06 primeiros projetos de assentamento/colonização realizados pelo INCRA em Mato Grosso.

Projeto	Localização	Área/há	Lotes Rurais	Nº de Famílias	Início
Terra Nova	Terra nova do Norte	450.000	1.423	1.423	1978
Peixoto de Azevedo	Guarantã do Norte	133.000	1.840	1.840	1980
Ranchão	Nobres	23.931	120	120	1980
Lucas do Rio Verde	Diamantino	220.000	200	200	1981
Braço Sul	Guarantã do Norte	115.050	1.130	1.130	1981
Carlinda	Alta Floresta	96.000	400	400	1981

Fonte: Schlisinger, 2013

Segundo Moreno (2007), entre 1980 e 1992 dentro do processo de colonização oficial, o INCRA implementou 59 novos projetos de colonização e assentamentos no estado principalmente nas áreas de tensão social e nos diferentes programas de governo. Como exemplos tem-se:

- Projetos de Assentamento Rápido - PAR: utilização de área já usada com apoio dos governos estaduais e municipais e o INCRA que se responsabilizava pela a regularização fundiária e titulação dos lotes, que em média possuíam 50 hectares. Seu objetivo buscava resolver principalmente os focos de tensão social.
- Projetos de Ação Conjunta - PAC: ação conjunta entre INCRA e uma cooperativa, sendo que o INCRA se responsabilizava pela titulação das parcelas e colocação da

infraestrutura básica e a cooperativa assume a processo de administração e manutenção do projeto incluindo assistência técnicas e financeiras.

- Projeto Especial de Assentamento - PEA: cuja finalidade era atender as populações envolvidas nos conflitos de terra. Neste processo cabe toda a responsabilidade ao INCRA desde a infraestrutura e administração do projeto.

- Projeto de Assentamento PA: desenvolvidos em áreas de conflitos e já ocupadas por posseiros. A responsabilidade do INCRA era emancipar o projeto, consolidando a ocupação, implementando as infraestrutura e regularização das parcelas.

. O quadro abaixo apresenta um resumo dos resultados desses projetos, a partir das informações de Moreno (2007)

Quadro 02: Resultados dos projetos de colonização efetivados pelo INCRA entre 1980/1992

Projetos	Nº de Projeto	Áreas (ha)	Nº de Famílias
PAR	9	269.948	4.542
PAC	3	538.217	4.000
PEA	1	200.000	972
PA	68	1.022.691	9.690
Total	81	2.030.856	19.204

Fonte: INCRA/MT divisão de colonização, 1992 *apud* Moreno (2007), organizado pelo autor

Atualmente, analisando os assentamentos, que talvez seja a expressão mais visível da agricultura familiar e camponesa no estado, percebemos que sua constituição parte de um processo competitivo com a estrutura agrária mato-grossense. Segundo Lamera (2011), nas décadas de 1970 e 1980, com os projetos de colonização “foram ocupados 3,25 milhões de hectares por aproximadamente 20.000 famílias de colonos, a grande maioria vindas do Sul do Brasil”. Este processo tinha como objetivo: ocupar todas as terras possíveis. Neste sentido, terras indígenas foram invadidas proporcionando a dizimação de muitas comunidades indígenas, dando origem a vários municípios.

Lamera (2011), destacou que os 59 projetos de Colonização implantados pelo INCRA entre 1980 e 1992 foram sendo classificados em três formas estratégicas de implantação.

Toda a responsabilidade deste tipo de assentamento era do INCRA e somente um foi realizado em Mato Grosso. Este se localizava em Lucas do Rio Verde, com área de 200.000 hectares assentando 972 famílias vindas do Rio Grande do Sul. Este projeto foi implantado em 1981 e ficou muito conhecido por escândalos de compra e venda de terras destinadas a assentamentos. Em 1986 apenas 15 famílias originalmente assentadas se mantinham no local. Além deste projeto foram implantados outros assentamentos em áreas de conflito dentro do Estado ocupados por posseiros. Foram 46 projetos entre 1981 e

1992, com área total de 990.039,1 hectares assentando 9.690 famílias. (LAMERA, 2011, p.05).

Na maioria das regiões, as atividades típicas praticadas pelas populações locais: tribos de povos nativos, camponeses tradicionais e povos quilombolas espalhados pelo território mato-grossense, receberiam um novo contingente de imigrantes. Chegaram pessoas de outros estados brasileiros com objetivo definido pelo projeto de governo, de realizar a exploração da Amazônia, e integrar toda região a mesma perspectiva econômica do país.

2.2 - O Desenvolvimento Capitalista Recente e a Constituição do Agronegócio

O agronegócio é a expressão hegemônica do modelo capitalista de produção agrícola, que se consolidou principalmente na última década do século XX e início do século XXI. Sobre intervenção do capital financeiro internacional, em conjunto com o latifúndio e empresas nacionais e internacionais cria-se uma nova fase de domínio do campo. O agronegócio é resultado do processo de concentração da terra, e de vários arranjos produtivos do capital, construído a partir na metade do século XX.

Como afirma Pereira (2002), a modernização da agricultura é um dos fatores fundamentais deste processo que em Mato Grosso, a partir dos anos de 1960-1970 leva este estado a produzir *excedentes destinados ao consumo alimentar interno e para exportação* de bens de origem agrícola e pecuária. Como resultante de um processo combinado de expansão das fronteiras agrícolas em certas regiões e um acelerado crescimento industrial em outras. A produção no Mato Grosso passou a atender uma demanda de alimentos e produtos primários para indústrias e mercados urbanos, a partir da escassez desta produção nas regiões tradicionais.

De acordo com Pereira (2002), nas décadas de 1970 e 1980, foi incorporado no interior da agricultura mato-grossense, *a produção de soja e milho*, além da ampliação de algumas atividades industriais principalmente alimentícias e madeireiras e uma certa modernização da pecuária. Porém, mesmo com várias mudanças na base produtiva da economia de Mato Grosso, no final da década de 1980 mantém-se a natureza de produção para a exportação, introduzindo o processo produtivo moderno principalmente na produção da soja, que juntamente com seus derivados representa os principais bens

de exportação do estado. Neste momento a agricultura “está processando em bases extremamente modernas, com a implementação de crescentes níveis tecnológicos, configurando-se, desse modo, a adoção de ascendente e elevada eficiência técnica” (PEREIRA, 2002, p.6):

Em cenário de elevado endividamento externo do País essa economia se insere na nacional com função bem definida: gerar divisas externas, visto que a grande maioria da produção interna da soja e poucos outros bens primários são destinados à exportação. [...], além disso, verificam-se transformações marcantes da nova ordem mundial, com a formação e dinamização de grandes blocos econômico-políticos, resultantes do processo de internacionalização do capital. Esse fato favoreceu o aprofundamento de novo padrão tecnológico, afetando heterogeneamente os países envolvidos (de capitalismo considerado avançado e os dos países periféricos). A tendência mundial aponta para um fenômeno irreversível e com intensidade crescente: globalização dos mercados decorrente da internacionalização da economia (PEREIRA, 2002, p.62).

Ainda de acordo com Pereira (2002) a economia mato-grossense integra-se ao mercado mundial globalizado, mais pelo processo de *modernização* com base nas inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, do que pelas dinâmicas organizativas e gerenciais. Porém, as inovações tecnológicas serão determinadas pelo setor industrial e agropecuário. Assim, a modernização da agricultura caracteriza-se como o processo de “penetração do capital industrial nas atividades produtivas do campo”, transformando a agricultura, e ao mesmo tempo inserindo-a no “circuito de produção industrial como consumidora de insumos modernos e maquinaria” (PEREIRA, 2002).

Nesse sentido, o autor conceitua:

O grau de *modernização* da agricultura, portanto, depende visceralmente da implementação de progresso técnico nos processos produtivos agrários, isto é, da disponibilidade e dos resultados da aplicação de tecnologia em suas várias modalidades, ou seja, no âmbito mecânico, vegetal-biológico, físico-químico e organizacional. Ademais, nesse processo, ao se presenciar a subordinação da agricultura pela indústria e ao se configurar a transferência da lógica industrial de produzir para o campo, resulta natural criação e/ou expansão de mercado à produção industrial. (PEREIRA, 2002, p.63, grifo do original).

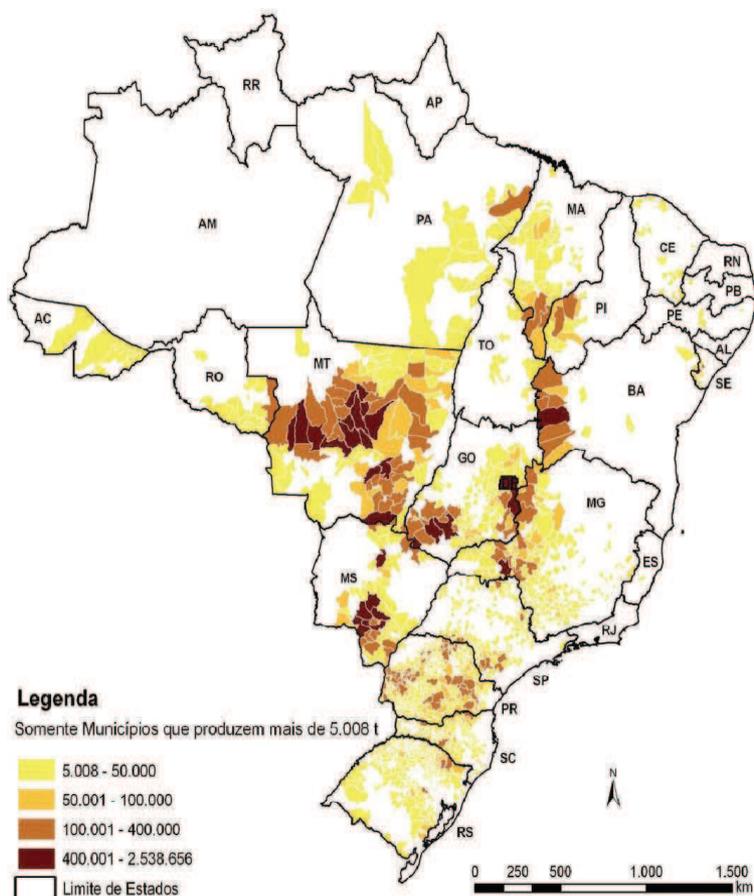
Para Carli (2011) o projeto de consolidação da expansão da fronteira agrícola no Centro Oeste do país, se concretizou como uma força hegemônica, com a instalação de grandes grupos econômicos que começou a atuar no setor agropecuário, agroindustrial ,

mercantil e financeiro. Desta forma, através de suas cadeias produtivas, dominaram a política econômica do estado. Estes grupos econômicos são compostos por:

Empresas nacionais e internacionais que atuam na comercialização da produção no mercado mundial, no fornecimento de sementes, insumos, tecnologias, crédito, logística e na venda de commodity. A ADM, Cargil, Fiagril, Amaggi, Sadia, Perdigão, Dreifus, Bunge e Coimbra. (CARLI, 2011, p.07).

A produção de soja ocupou, na safra 2013/2014, uma área estimada de 8,4 milhões de hectares, representando mais de 28% da área ocupada pela soja no Brasil (Conab, 2014). Paralelo à soja estão outras culturas que fecham todo complexo produtivo do agronegócio como: milho, cana-de-açúcar, pastagens e florestas artificiais. Este cenário cria uma área de intenso conflito. Como pode se observar no mapa 01, ao Norte e Leste, está à produção intensiva do agronegócio, ao Oeste está a Bolívia e ao Sul está o pantanal.

Mapa – 01 Produção de soja na safra 2013/2014



Fonte: Conab-IBGE.

13 <http://www.aprosoja.com.br/noticia/presidente-da-aprosoja-apresenta-viabilidade-de-graos-no-vale-do-jauru/>.

A soja produzida em Mato Grosso é comercializada sob o controle de cinco grandes empresas, que segundo Schlesinger (2014) controla 51,7% “do valor total das exportações do setor agropecuário do estado. Em 2013, as multinacionais Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus e a brasileira Amaggi” foram detentoras do domínio no campo mato-grossense.

Com aumento da produtividade e da infra estrutura, o agronegócio avançou aceleradamente e alguns produtos se destacaram como o: milho e o algodão. Como destacou Schlesinger (2014) na safra 2013/2014, o milho ocupou 3.423 hectares e o algodão 591,7 hectares e a área plantada que se alterna com plantio de soja.

A cana-de-açúcar também faz parte do processo de produção agrícola, embora apresente menor expressividade, quando comparado a outros produtos da cadeia produtiva do estado, mas que, segundo a Canasat/Inpe⁴, na safra 2013 a 2015 ocupou uma área de 8,5 milhões de hectares. Por fim, o plantio de florestas artificiais, principalmente da teca e eucalipto, também vêm crescendo, chegando em 2012 com 60 mil hectares de área plantada (SCHLISINGER, 2014).

No campo da criação, o estado possui o maior rebanho bovino do país, apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos. Schlisinger (2014) baseado nos dados do IBGE, faz uma comparação do período de uma década, na análise do rebanho bovinos. Comparando-se os dados entre 1992 e 2012, houve um crescimento de 183%. Sendo que em 1992 o rebanho que era de 10.138.376 cabeças de animais, e em 2012 passou a ser de 28.740.802 de cabeças.

Atualmente o estado tem se destacado pela apresentação de grandes projetos de extração de minérios, por exemplo: ferro, calcário, ouro, diamantes, manganês e outros minerais, controlados pelas grandes empresas exploradoras. Estes vem acompanhados de projetos hidroelétricos que estão sendo implementados em todas as micros regiões do estado. Na região pesquisada, existem 10 UHE e 61 PCHs em funcionamento, além de 134 novos projetos em fase de análises para implementação nesta região segundo a ANNEL .

A forma pelo qual estes projetos vêm sendo elaborados tem causado muitas preocupações, pois segundo a Bióloga Dra. Débora Calheiros, citada pó Schlisinger

⁴ - <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/tabelas.html>: SCHLESINGER, Sergio, Pantanal por inteiro, não pela metade. Soja, hidrovía e outras ameaças à integridade do Pantanal. 1º edição Ecosystem Alliance Mato Grosso, 2014 http://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/12/rev_PORT_pantanal_fase_MT.pdf

Cada empreendimento é licenciado separadamente do conjunto, o que afetará a dinâmica do ciclo dos rios formadores da planície pantaneira, elemento este preocupante, pois não se consegue ter uma dimensão de todas as regiões onde os projetos estão sendo implementados (CALHEIROS, 2006 *apud*. SCHLISINGER, 2014).

Para Martins (1989), os empresários ao se apropriarem das terras e de vastos recursos naturais, madeira, minérios, água e a rica biodiversidade, além dos financiamentos públicos e incentivos fiscais do governo federal, aumentaram seu capital, principalmente através da elevação da renda fundiária decorrente do aumento do preço da terra em função da abertura de estradas e ampliação de infraestruturas. Dessa forma passaram a dominar a terra, os insumos de produção de grãos e sementes e a industrialização e comercialização de matérias primas.

2.3 – A Região Sudoeste de Mato Grosso: nova estratégia de avanço do agronegócio.

Ao procurar compreender o cenário de dominação do capital no estado de Mato Grosso e trazendo para a região sudoeste, percebe-se que a mesma, esta localizada em um importante espaço geográfico do estado e do país, pois faz parte do BAP- Bacia do Alto Paraguai, uma área que ocupa aproximadamente 600.000km² na América do Sul, dos quais 363.442 km² estão em território brasileiro. É nesta bacia hidrográfica que está localizado o Pantanal que Schlesinger 2014, definiu como sendo:

Parte do chamado Sistema Paraguai-Paraná de Zonas Úmidas, um complexo que abrange, além do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. As zonas úmidas fornecem serviços ecológicos fundamentais para a fauna, a flora e o bem-estar de populações humanas. Cumprem também papel vital no processo de mitigação das mudanças climáticas, pois são grandes reservatórios de carbono. (SCHLESINGER, 2014, p. 08).

E complementa:

Irigado pelas bacias dos rios Paraguai e Paraná, este sistema de áreas úmidas localiza-se no centro da América do Sul, região de alto valor ecológico. É um patrimônio ambiental único, por sua complexidade e singularidade. Cumpre funções indispensáveis, como regular o regime dos rios, mitigando grandes inundações e secas, recarregar grandes aquíferos, manter áreas naturais de criadouros de peixes, além de prover e purificar grandes volumes de água doce. A conservação e o manejo sustentável destes recursos naturais são fundamentais para a manutenção dos ciclos ecológicos e da biodiversidade, a

prevenção de desastres e a preservação dos ecossistemas e suas comunidades (SCHLESINGER, 2014, p. 08).

No Brasil, o Pantanal ocupa uma área de cerca de 150 mil km² dentro da BAP, representando 40% desta área. Na região sudoeste e médio norte do estado de Mato Grosso encontram-se as principais nascentes dos “seus rios que ocupam uma área de 215.813 km² nos planaltos localizados em seu entorno” (Harris *et. al.* 2006 *apud* Schlesinger, 2014).

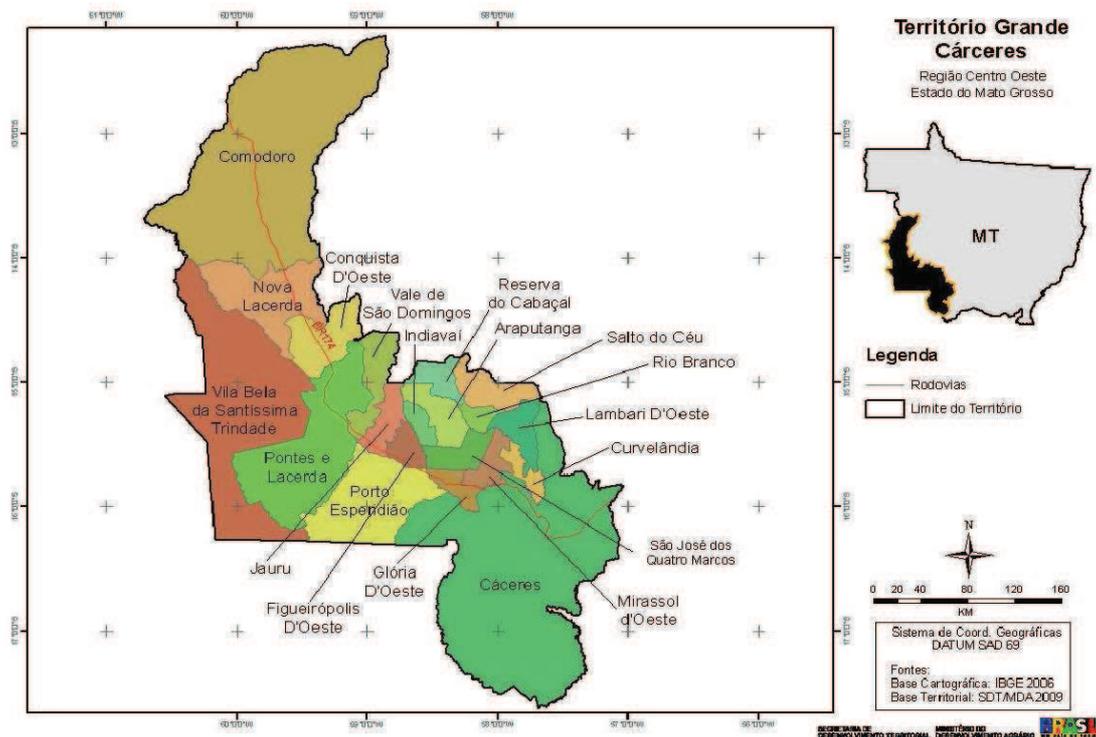
Mapa – 02 Região hidrográfica do Paraguai



Fonte: Schlisinger, 2014

Na região Sudoeste do Mato Grosso, localiza-se o Território da Grande Cáceres, que congrega os municípios de Araputanga, Cáceres, Comodoro, Conquista do Oeste, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jaurú, Mirassol D'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, São José dos Quatro Marcos, Vale do São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade. Este território caracteriza-se por uma rica biodiversidade da fauna e flora, bem como pela presença de povos que há tempos habitam este espaço: comunidades indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais.

Mapa – 03 Mapa do Território da Grande Cáceres

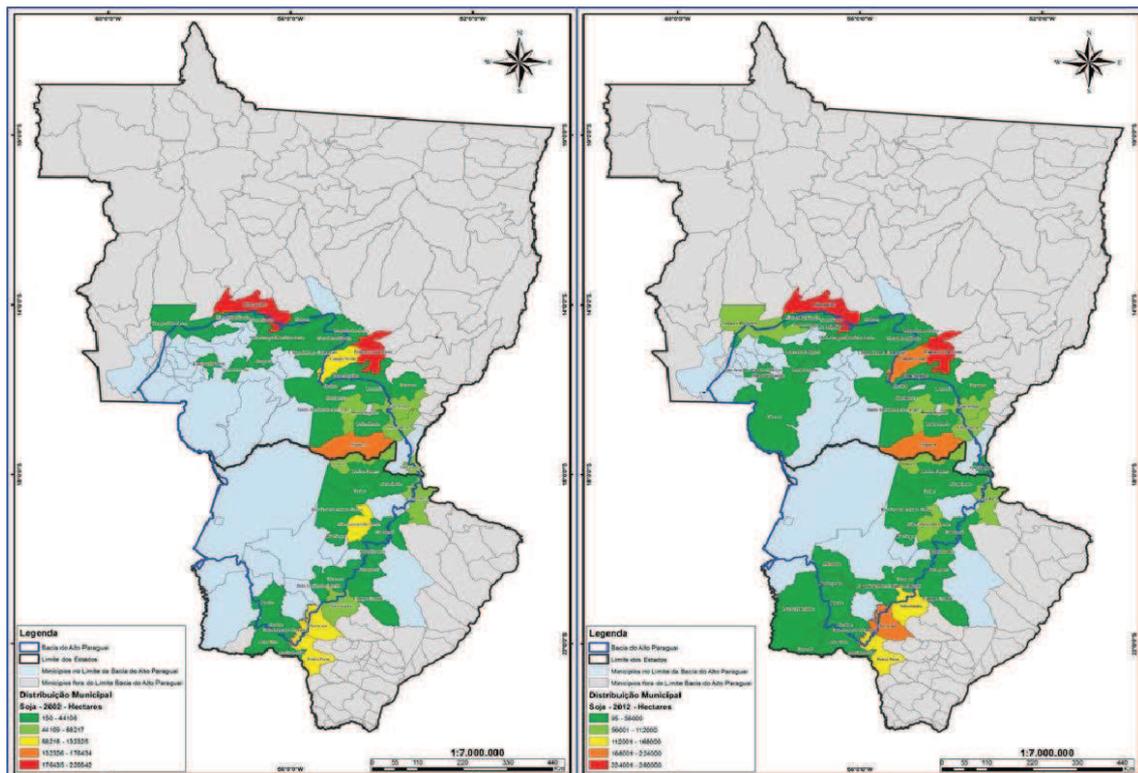


Fonte: PTDRS- MDA

O território, assim como toda região da BAP, vem sofrendo influências impactantes de grandes projetos de desenvolvimento capitalista, desde a década de 1970 com a vinda de imigrantes principalmente das regiões sul e sudeste do país, que foram ocupando as áreas antes habitadas por “sitiantes, indígenas, quilombolas e outros povos pantaneiros” (SCHLESINGER, 2014, p.10).

Estas áreas foram sendo transformadas em grandes pastagens para criação de gado de corte, mineração e plantio de seringueiras para extração da borracha. Atualmente novos projetos de infraestrutura e monocultura vêm rapidamente expandindo-se, como podemos observar no mapa, 04.

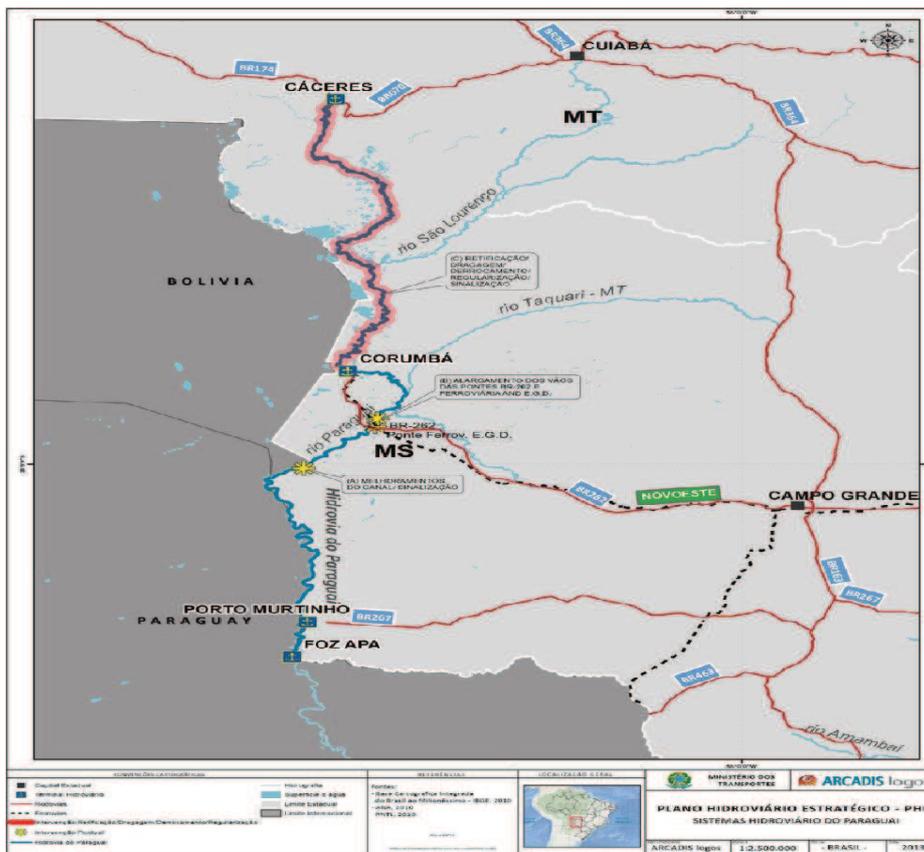
Mapa – 04 Área plantada com soja nos município da Bacia do Alto Paraguai – 2002 e 2012



Fonte: IBGE. Arte: ICV.

Dentro do complexo produtivo do agronegócio estão os projetos de infraestrutura: rodovias específicas para escoar a produção, hidroelétricas e o projeto de implementação da hidrovía Paraguai-Paraná, que se estende desde o Porto de Morrinhos em Cáceres - MT passando por Ladário em Corumbá – MS chegando à foz do rio Apa na fronteira com o Paraguai. Schlesinger (2014) destacou que este projeto está incluso no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2), e conta com apoio de organizações ligadas ao agronegócio. E estas organizações vêm pressionando o Governo Federal para liberação de recursos para realização de obras que envolvem este projeto, sendo uma das prioridades de entidades como a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (FAMATO), Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (APROSOJA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) (SCHLESINGER, 2014, p.16).

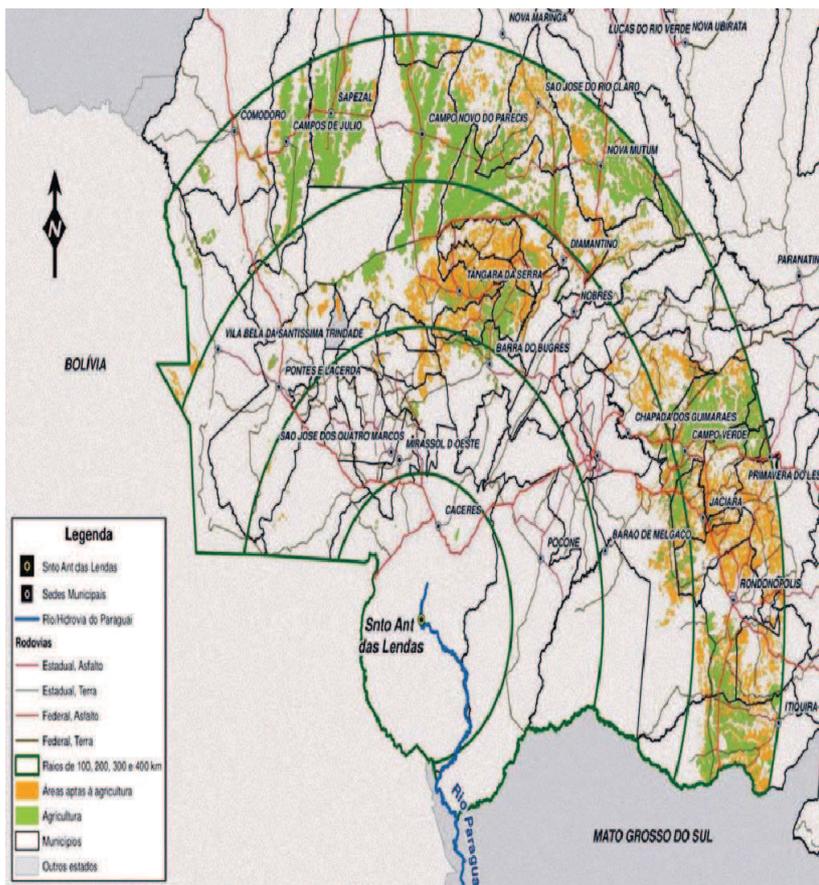
Mapa – 05 Hidrovia Paraguai-Paraná



Fonte: Schlisinger, 2014

É fundamental compreender a importância da BAP, como uma área de nascentes dos principais rios que abastecem o Pantanal e seus afluentes, além de compreender o papel que a região apresenta no campo cultural e ambiental considerando o papel que isto representa para o estado. Por isso, a hidrovia apresenta-se como um cenário preocupante, pois suas obras de implementações requerem mudanças impactantes no formato natural do Rio Paraguai, um dos principais rios que abastece o Pantanal. O raio de influência da hidrovia atinge geograficamente uma extensão que vai além dos limites dos rios e suas nascentes, como podemos observar no mapa 06.

Mapa 06 - Área de Influência da hidrovia Paraguai-Paraná



Fonte: Disponível no Caderno Pantanal por inteiro extraído de Movimento Pró-Logística, 2013.

Todos estes projetos Articulam-se ao objetivo de atender a demanda do agronegócio, cuja expansão no estado e na região sudoeste tem colocado os movimentos sociais e vários pesquisadores em alerta sobre os impactos sociais e ambientais.

A expansão desse modelo do agronegócio levou o estado do Mato Grosso à condição de maior consumidor de agrotóxicos do país. Segundo Pignatti (2014), o estado consome 18,9% do total, seguido de São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%), Rio Grande do Sul (10,8%), Goiás (8,8%), Minas Gerais (9,0%), Bahia (6,5%), Mato Grosso do Sul (4,7%), Santa Catarina (2,1%). No ano de 2012, foram consumidos em Mato Grosso 140,8 milhões de litros agrotóxicos, distribuídos na cultura de soja; milho; algodão; cana; arroz; outros (feijão, girassol, borracha, café, frutas e verduras) (PIGNATI, 2014).

Nesta tabela, apresentada por Pignati (2014), pode-se analisar o “consumo dos agrotóxicos em litros por princípio ativo por hectare de soja, milho, algodão e cana de açúcar em municípios de Mato Grosso em 2012”.

Tabela – 01- Consumo de agrotóxicos, distribuído por princípio ativo, por cultura e por município de MT

Princípio Ativo				Soja		Milho		Algodão		Cana	
	Us o*	Clas . toxi c.	Risc o Am b.	Cam po Verd e	Lucas Rio Verde	Campo Verde	Lucas Rio Verde	Campo Verde	Lucas Rio Verde	Barra Do Bugres	Nova Olímp ia
2,4 D	H	I	III	0,9	1,1	0,1	0,1	-	-	0,3	0,2
Acefato	I	II	III	0,1	0,1	-	-	0,2	0,8	-	-
Amicarbe	H	III	III	-	-	-	-	-	-	-	0,1
Atrazina	H	III	III	-	-	3,4	3,7	-	-	-	-
Azafenidín	H	III	III	-	-	-	-	-	-	-	0,2
Carbofurano	I	I	II	-	-	0,1	0,1	0,1	-	-	0,3
Carbendazín	F	II	III	0,2	0,2	-	-	0,2	0,1	0,2	0,2
Cipermetrina	I	III	II	0,2	0,1	-	-	-	0,2	-	-
Clomazona	H	II	II	0,1	-	-	-	3,5	4,1	-	0,2
Clorpirifós	I	I	I	-	0,1	0,2	0,3	6,1	6,4	-	-
Diuron	H	III	II	-	-	-	-	0,7	1,7	0,4	0,5
Endosulfan	I	I	I	1	0,5	0,4	0,5	3,6	3,1	-	-
Etefom	RC	II	II	0,1	-	-	-	0,6	1,4	0,2	-
Fipronil	I	II	II	0,1	0,1	-	-	0,1	0,1	-	-
Flutriafol	F	II	III	0,2	0,3	-	-	-	-	-	-
Glifosato	H	IV	III	4,9	6,1	0,2	0,6	-	-	0,8	1,8
Imazapic	H	II	III	-	-	-	-	-	-	0,1	-
Isoxaflutol	H	III	II	-	-	-	-	-	-	0,1	0,1
Malation	I	III	III	-	-	-	-	0,6	-	-	-
Metamidofós	I	I	II	1,3	1,2	-	-	0,4	0,9	-	-
MetilParatio	I	I	III	1	0,4	-	-	0,1	1,2	-	-
Metomil	I	I	II	-	-	0,3	0,1	0,8	1,9	-	-
Metribuzin	H	IV	II	-	-	-	-	-	-	0,5	0,5
MSMA	H	III	III	-	-	-	-	-	0,8	0,1	0,4
Óleo mineral	A	IV	III	0,2	0,2	-	-	1,5	0,2	-	-
Paraquate	H	I	II	0,3	0,3	-	-	0,6	-	-	-
PermetrinaS	I	III	II	-	0,1	-	-	-	-	0,3	0,2
Metolacoloro	H	I	II	0,4	-	-	-	0,5	0,5	-	-
Tebutiuróm	H	II	II	-	-	-	-	-	-	0,2	0,6
Tebuconazol	F	III	II	0,7	0,5	0,2	0,2	-	-	-	-
Trifluralina	H	II	II	0,8	-	-	-	2,1	3,1	0,4	0,6
Total				12,6	11,1	4,9	5,6	21,7	26,5	3,6	5,9

Observação: H = herbicida, I = inseticida, F = Fungicida, A = Adjuvante, RC = Regulador de crescimento. Fontes: INDEA-MT, 2013; IBGE-SIDRA 2013.⁵

Entre os agrotóxicos mais utilizados e citados na tabela, alguns são cancerígenos, outros causam má-formação fetal, distúrbios neurológicos, imunológicos, mentais, além das intoxicações agudas recorrentes em Mato Grosso e na região estudada (SILVA, 2014).

Os agrotóxicos agrícolas utilizados nas culturas, ao serem pulverizados nas lavouras, provocam contaminação do ambiente (ar, água, chuva e solo e na região estudada toda a biodiversidade que compõe o Pantanal), e por consequência expõe os

⁵ Tabela citada no texto Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros Wanderlei Pignati, Noemi Pereira Oliveira Mário Cândido da Silva.

trabalhadores e populações a esses agrotóxicos, os quais já foram evidenciados no leite materno, no sangue e urina da população (PIGNATI *et al.*, 2007;).

O desmatamento é outro fator que vem causando grandes impactos no estado. Segundo a revista Portal Amazônia, de acordo com dados da SAD, só no mês de janeiro de 2015, Mato Grosso desmatou 217 km² da floresta, representando 75% dos 288 km² devastados no Brasil.

Na Bacia do Alto Paraguai na região sudoeste, o desmatamento vem avançando rapidamente, como destaca Schlesinger 2014;

Na área de planalto da BAP, no entanto, o desmatamento de áreas vitais à conservação do Pantanal vem ocorrendo em ritmo acelerado nas últimas décadas. Nela, a destruição já atingiu 60% do território, até 2012, como mostra o mesmo estudo. E a agricultura vem respondendo por parcela crescente do desmatamento: até 2008, ela representava 4,2% do total desmatado. Em 2012, este percentual já atingia aproximadamente 11%. (SCHLESINGER, 2014. p.11).

Tabela – 02 Desmatamento da BAP no planalto até 2012

Classe de uso	Área (km ²)	% s/ total da planície
Pastagem	95.852	44,06
Alteração antrópica	23.863	4,17
Agricultura	9.080	10,97
Reflorestamento	887	0,41
Influência urbana	722	0,33
Degradada por mineração	35	0,02
Total 130.439	Total 130.439	Total 60

Fonte: Schelesinger, 2014,

Assim, como os agrotóxicos e o desmatamento, outros fatores têm gerado crítica sobre o avanço do agronegócio de grãos na região, por exemplo a concentração da terra que tem inviabilizado o processo de realização de assentamentos, a demarcação de terras indígenas e quilombolas , assim como prejudicado a agricultura familiar camponesa. Assim, apesar do resultado expressivo do agronegócio em relação ao PIB do estado, têm crescido as críticas a este modelo de desenvolvimento, conforme Carli (2011)

A agricultura moderna alicerçada na economia capitalista neoliberal e no latifúndio, predomina o espaço agrário do Mato Grosso, sendo responsável pela exclusão social e pela violência no campo e também pelo avanço do desmatamento da floresta Amazônica onde milhões de árvores são cortadas a cada ano para dar lugar a soja e a pastagem para o gado. É preciso pensar numa agricultura que seja sustentável do ponto de vista econômico social e ambiental que conserve a biodiversidade ainda existente no Estado (CARLI, 2011, p.14).

Considerando as contradições deste modelo, seu processo de exploração, acumulação e concentração de riquezas e terra, os movimentos sociais e organizações colocaram-se em estado permanente de luta e resistência. Na contramão ao modelo do agronegócio, a agricultura familiar constituída principalmente por migrante de outros estados ganhou uma nova visibilidade a partir da década de 1990, com formação dos assentamentos que foram conquistados a partir das lutas dos movimentos sociais. Assim ela sobrevive sob a tensão do capital, da falta de políticas públicas necessária para desenvolvimento da produção e com as próprias contradições internas que não permitem uma melhor organização coletiva.

Diante do latifúndio e do modelo de agricultura capitalista os pequenos agricultores descapitalizados não conseguem sobreviver e, muitos lotes e assentamentos inteiros são engolidos pelo latifúndio, e os trabalhadores viram mão-de-obra barata nas fazendas. Em geral os trabalhadores da agricultura familiar encontram muitas dificuldades para trabalharem a terra, devido ao crédito insuficiente, falta de assistência técnica, de tecnologias, de formação, de organização, de infraestrutura e logística nos assentamentos. A falta de planejamento e políticas públicas específicas para cada assentamento que levem em conta as demandas produtivas e de consumo de cada região têm impedido o desenvolvimento da agricultura familiar. (CARLI, 2011, p.03).

Considerando a lógica de produção dominante e a vinculação do crédito a um pacote tecnológico, muitos assentamentos se integraram à produção mercantil do agronegócio, com plantio de soja e cana-de-açúcar em regiões onde esta cultura é predominante.

No entanto, em muitas áreas, ou mesmo dentro de uma mesma área, muitas famílias buscaram formas de resistir no campo, produzindo e reproduzindo sua cultura nos moldes dos valores construídos historicamente pelas organizações sociais e algumas religiosas, como produção de alimentos saudáveis, proteção do meio ambiente, cooperação, etc..

Em 1995, com a territorialização⁶ do MST no estado de Mato Grosso, os assentamentos adquiriram uma nova dimensão política, voltando-se a obter uma visão de organização a partir da luta de classes. Porém, era necessário mais do que a conquista da terra, mas democratizar seu acesso, realizando a Reforma Agrária, e mudando a estrutura econômica e política do país. Neste sentido, os assentamentos passaram a

⁶ Termo usado pelo professor USP, Bernardo Mançano Fernandes, como uma forma de fincar raízes em um determinado território ou mesmo construí-lo.

discutir a produção a partir de diferentes formas de cooperação agrícola, produção orgânica e agroecológica, como forma de contrapor ao modelo de produção capitalista.

Para o MST, as experiências de cooperação adquirem um caráter político estratégico, pois nos vincula a um projeto político de sociedade que desejamos construir, tornando estas experiências os sinais concretos de que é possível organizar a sociedade com outros princípios sociais, políticos e econômicos (MST, 2008, p.5).

Apesar de toda ofensiva do capital no campo mato-grossense, a agricultura camponesa tem construído um espaço produtivo de grande relevância, que permite analisar o processo de produção de alimentos e reprodução da vida, fora da lógica capitalista. Atualmente, próximo aos movimentos e organizações sociais do campo, a agricultura camponesa tem realizado algumas ações, como: debates e mobilizações em defesa dos direitos, denúncias sobre ações abusivas do agronegócio, legitimação do estado e busca de políticas públicas para desenvolvimento do setor.

2.4 - A Luta pela Terra e os Movimentos Sociais do Campo em Mato Grosso

No que se refere à posse da terra, o campo mato-grossense, assim como outros estados, historicamente foi um espaço de disputa entre povos originários, quilombolas, ribeirinhos, posseiros e demais frações camponesas. No estado de Mato Grosso, este processo teve início desde a chegada dos bandeirantes no século XVII, em busca de metais preciosos e mão-de-obra indígena. Apesar desta longa história, este trabalho focalizará no período a partir de 1970, quando o projeto de colonização da Amazônia e a expansão da fronteira agrícola arquitetada pelo governo federal intensificou os conflitos e a violência contra a população local.

O modelo de ocupação gerou a concentração fundiária, a expropriação e a exclusão social no campo, e essa situação tem sido responsável pelos conflitos e a violência na região entre os donos do latifúndio, índios e trabalhadores sem-terra. Neste contexto estão presentes os movimentos sociais do campo que lutam por uma redistribuição justa das terras, usando como táticas de pressão sobre o governo e o latifúndio a ocupação das terras ociosas, improdutivas e griladas. (CARLI, 2011, p.2).

Carli (2011) afirmou que o avanço da fronteira agrícola, principalmente sobre o Cerrado e a Amazônia Mato-grossense, contribuiu para violência permanente no campo. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentam alto índices de assassinatos e

ameaças, configurando uma *nova geografia dos conflitos agrários*, colocando em foco municípios como: Colniza, Tapurah, Poxoréu, São Félix do Araguaia, Novo Mundo e Nova Canaã do Norte, todos localizados na Amazônia mato-grossense (CPT, 2009). Todos ligados a um processo “de violência que tem se agravado devido à expansão das monoculturas de grãos, dos agrocombustíveis e da invasão e exploração das terras dos povos tradicionais, pequenos posseiros, indígenas e quilombolas” (CARLI, 2011, p.02).

Todas as regiões do estado foram marcadas por grandes conflitos. Na sudoeste, a luta pela terra foi intensa e os conflitos foram inevitáveis, uma vez que na região era dominada pelo poder dos fazendeiros que desenvolviam a pecuária leiteira e de corte. No entanto o desenvolvimento da região também é resultado do projeto de colonização da Amazônia,

Nos anos 1950 e 1960, desenvolve-se em Mato Grosso intensa campanha governamental no sentido de ocupar e “colonizar” as terras devolutas do estado, preenchendo supostos espaços vazios, justamente em terras onde antes viviam estes povos indígenas, assim como pequenos sitiantes e ou populações tradicionais. Esta ocupação foi impulsionada pelos projetos dos Governos Federal e Estadual que, entre outras vantagens, concediam incentivos fiscais à chamada colonização das regiões Centro-Oeste e Norte, visando à ocupação do Cerrado e da Amazônia. (SCHLESINGER, 2014, p.20 grifo do original).

Destaca ainda que:

As terras do município, ao longo dos anos que se seguiram, continuaram a ser adquiridas por fazendeiros de outros estados, como Minas Gerais. Por outro lado, levas de agricultores familiares sem terra chegavam de outras regiões, buscando áreas onde pudessem se instalar e produzir. Para eles, no entanto, os alardeados espaços vazios da região não estariam disponíveis. Só após muita luta conseguiriam ser assentados, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST (SCHLESINGER, 2014, p.20).

As disputas por um pedaço de terra geraram muitos conflitos na região, mas o mais sangrento, neste cenário, foi “Mirassolzinho” no Vale do Guaporé. No período de 1984 a 1991houve um total de 1684 homicídios de trabalhadores rurais e de pessoas ligadas ao movimento pela posse de terras no campo” (BARROZO, 2008, p.14).

Mesmo considerando esse longo histórico de luta, segundo CARLI (2011), foi a partir de 1995 que o MST passou a ser um dos movimentos mais atuantes no estado Mato Grosso, juntamente com a CPT, que desde a década de 1980 vinha desempenhando um papel fundamental na organização dos trabalhadores camponeses e na criação de novos assentamentos no estado.

Com 21 anos de lutas no estado, o MST conseguiu realizar 41 assentamentos, além da coordenação de vários acampamentos. Sua luta trás novas estratégias de ações, tendo como um os principais instrumentos de mobilização a ocupação da terra. Em 1995, por meio da ocupação da Fazenda Aliança no município de Pedra Preta na região sul estado, iniciou-se uma nova forma de luta pela terra no estado. Este processo possibilitou o reforço à outros movimentos e organizações que lutavam pela terra e sobrevivência, como: sindicatos e associações.

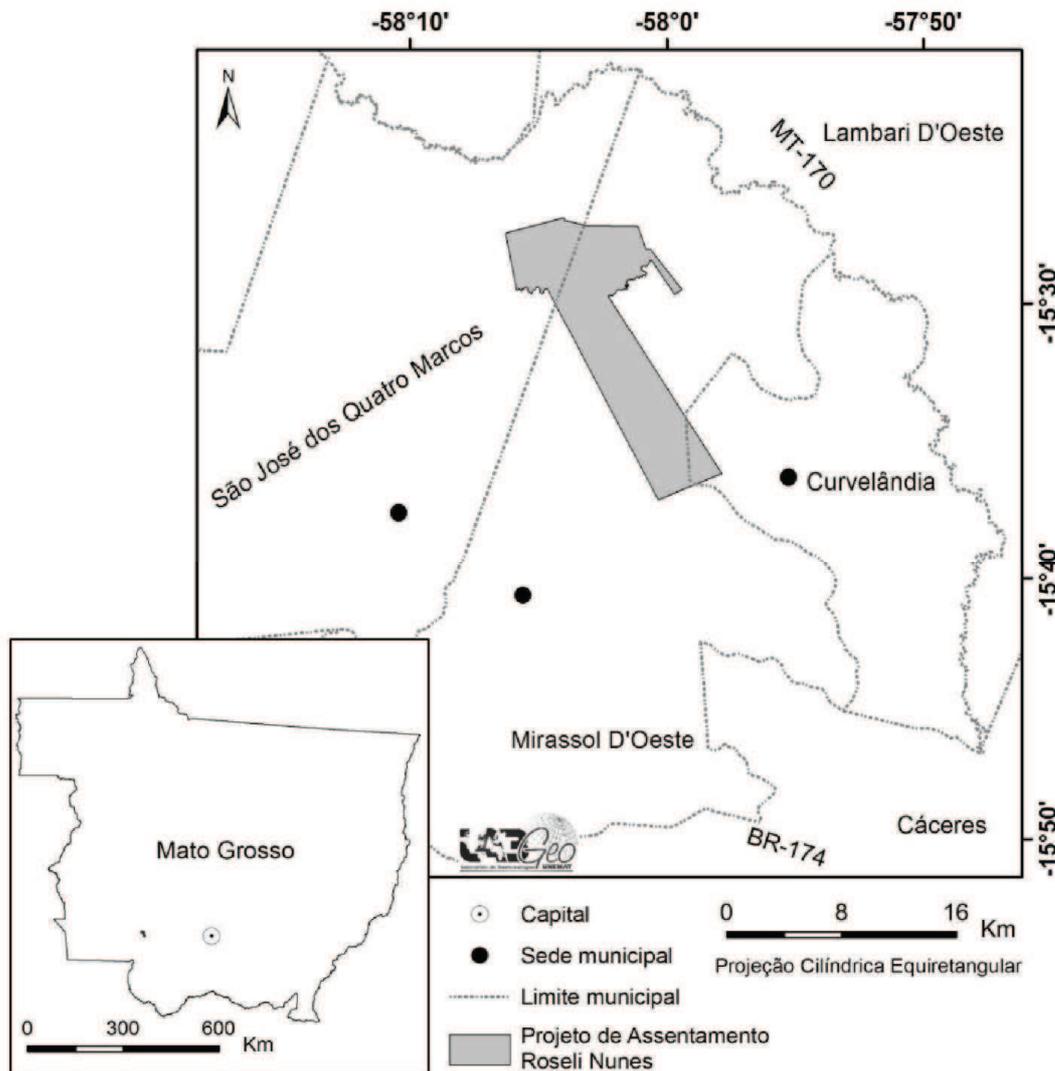
A luta do MST no estado mudou o padrão da luta pela terra, pois introduziram no seu conjunto outras bandeiras de reivindicação, ampliando seus objetivos para além do acesso a terra, mas a defesa da realização da Reforma Agrária e transformação do modelo político e econômico do país. Desta forma, foi possível debater a educação, a produção, a questão de gênero, a moradia, a juventude e a saúde.

O MST é um Movimento Social que luta pela terra, portanto, busca atender demandas contundentes, de organização da produção nos Assentamentos de Reforma Agrária, pois esta é uma das formas de garantir a permanência das famílias no campo, proporcionando a elas, melhor qualidade de vida. Sendo assim, tem investido em dinâmicas de organização da produção e comercialização através de diversos instrumentos jurídicos, como as associações e cooperativas. Este elemento possibilita a permanência das famílias na terra, permitindo sua participação nas ações do Movimento.

2.5 - Assentamento Roseli Nunes: A luta pela terra e a disputa territorial

O assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Mirassol D'Oeste, região sudoeste do estado (290 km da capital Cuiabá), foi uma das conquistas do MST, constituindo-se em um território importante para a luta dos trabalhadores no estado, pois representa o desmonte do latifúndio que existia inicialmente. Criado em 2000, tem 331 famílias assentadas com aproximadamente 1200 pessoas vivendo nesta área. Produzem gado leiteiro, milho, feijão, arroz, mandioca, banana, abóbora, hortaliças, e pequenos animais (MENDES, 2012).

Mapa – 07 Localização do Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste/MT, São José dos Quatro Marcos e Cuverlândia.



Fonte: Labgeo Unemat, 2012.

Antes de se tornar Assentamento, esta área com mais de 15 mil hectares se denominava-se Fazenda Prata. Latifúndio caracterizado pela produção da pecuária extensiva e pela forma de contratação de seus trabalhadores, através dos *gatos*⁷, que eram formas estratégicas dos fazendeiros viabilizarem a força de trabalho explorando-os e não criando vínculos trabalhistas, com objetivo de burlar a lei trabalhista. .

A partir de 1990, esta área passou ser reivindicada pelos movimentos sociais populares de luta pela terra, que foram se desenvolvendo na região. Um dos motivos das reivindicações era o fato que a área não cumpria a função social da terra e não seguia corretamente a legislação trabalhista. Porém, a partir da chegada da MST no estado,

⁷ Pessoa que contratavam trabalhadores a mando dos fazendeiros, geralmente com muitas promessas, e nenhuma garantia esta forma de contratação era utilizada em grande parte do Estado.

intensifica-se a luta no estado com varias ocupações de terras, formação de acampamentos e conseqüentemente novos assentamentos, dessa forma conquista-se essa área improdutiva, e a partir dela passa-se a organizar novas formas de produção e sobrevivência na terra.

Em março de 1996, o MST organiza o acampamento Roseli Nunes, no qual em 2000 transforma-se em dois grandes assentamentos na região, o assentamento Florestan Fernandes, no município de Araputanga, e o assentamento Roseli Nunes no município de Mirassol D'Oeste. Este se destaca por suas áreas de preservação permanentes (APP), áreas sociais, e seus 331 e lotes de 25 hectares onde estão assentadas as famílias.

O P.A Roseli Nunes assentou famílias organizadas em diversos acampamentos, sendo o próprio Roseli Nunes, mais também como Margarida Alves e Paulo Freire. Os acampamentos por sua vez, receberam pessoas de vários municípios: Curvelândia, Lambari d'Oeste, Salto do Céu, Cáceres, Rio Branco, e Mirassol D'Oeste. Muitas dessas famílias vieram de outros estados do país: Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, e com grande migração interna no próprio estado de Mato Grosso.

Em junho de 2002 constitui-se o assentamento e com ele forma-se uma nova territorialidade das famílias.

Atualmente as famílias estão organizadas em núcleos de base que formam uma coordenação, garantindo a organicidade do Assentamento.

Dessa maneira, os trabalhadores iam colorindo o cenário com a esperança de construir uma nova vida com dignidade naquela terra. Onde antes viviam a família de um fazendeiro e 30 trabalhadores em regime próximo à escravidão, passaram a viver aproximadamente 900 pessoas (331 famílias distribuídas em lotes de 25 hectares). Logo foram desenvolvidas novas formas de organização do trabalho e novos mecanismos de convivência social, recriando assim o modo de vida camponês. (OLIVEIRA E AZEVEDO, 2014, p.22).

Com surgimento do Assentamento, nasce à necessidade da organização da produção numa dimensão politizada, e a necessidade de uma dinâmica que diferenciase das antigas formas de organização da produção, ou seja, um processo que fosse capaz de conjugar a produção e a luta pela terra.

Neste sentido, a análise da produção desenvolvida por uma determinada organização social, principalmente no campo, com base na agricultura familiar

camponesa, exigirá uma reflexão para compreender a constituição deste processo, com intuito de apontar características da produção, forma de organização, além de fatores importantes relacionados com a saúde e ambiente onde as famílias estão vivendo.

É comum no início do assentamento perceber os surgimentos de várias organizações (associações, cooperativas, grupos de produção coletiva) que buscam, na sua maioria, organizar-se para resolver problemas de ordem principalmente econômica. Seu campo de atuação e análise não sai de uma dimensão reivindicativa, focalizada apenas em resolver questões básicas para sobrevivência das pessoas numa determinada realidade do campo ou organização a qual fazem parte.

Assim, muitas destas organizações no desenvolver de seu processo produtivo e organizativo, se depararam com situações que extrapolam a realidade focalizada de sua atuação. Muitas vezes encerram suas atividades, mesmo que não sejam situações que surgem de forma repentina ou inesperada, mas constituídas historicamente pelas relações sociais estabelecidas, que sofrem influências culturais, sociais, econômicas e principalmente políticas.

Neste sentido, entender o processo de construção dessas organizações permite fazer uma análise sem perder o vínculo com um processo histórico, na qual elas passam a ser um instrumento de luta contra hegemônica ao modelo do capital.

2.6 - Questão Agrária e Disputas Territoriais no Estado de Mato Grosso

Ao longo deste capítulo procurou-se construir uma análise histórica da questão agrária no estado do Mato Grosso que evidenciou sua dimensão territorial. A ocupação do Mato Grosso pode ser compreendida a partir de três grandes períodos históricos: a migração de bandeirantes, a Marcha para Oeste e a Integração da Amazônia. Enfatizou-se nos dois últimos períodos o papel estruturante do Estado nos processos de colonização da região, em estreita associação com o capital privado.

A colonização do Mato Grosso a partir das chamadas ‘Marcha para Oeste’ e ‘Integração da Amazônia’ estiveram diretamente associadas aos processos de urbanização e industrialização do país e das necessidades de ampliação da produção de matérias primas agrícolas e alimentos. Ao mesmo tempo, enquanto movimento de expansão da fronteira agrícola, não estiveram dissociados da chamada Modernização Conservadora da agricultura, baseada na Revolução Verde, que veio moldando, desde os anos 1960, a matriz produtiva do latifúndio. No entanto, é no período mais recente de

expansão do agronegócio sob os interesses hegemônicos do capital bancário-financeiro e do reposicionamento da produção agropecuária como fonte de exportação de *commodities* que a matriz produtiva da Revolução Verde se expande fortemente no Mato Grosso, em um contexto de redefinição da pauta produtiva do estado. A expansão da soja, milho, algodão, cana de açúcar associados à pecuária, além das grandes obras de infraestrutura logísticas e energéticas, marcaram a nova questão agrária no estado e a nova matriz produtiva, cujo exemplo mais emblemático é o uso intenso de agrotóxicos.

Esse processo de ocupação territorial também carregou as marcas da violência e do conflito, uma vez que ele se baseou em um longo e intenso processo de apropriação privada das terras e, conseqüentemente, de expulsão das populações originárias e exclusão dos migrantes descapitalizados. No entanto, nos diferentes períodos desse processo sempre houve resistência, onde a luta pela terra desempenhou papel central. A partir dos anos 1990, a luta pela terra ganhou maior força com a conquista dos assentamentos de reforma agrária, reconhecidos pelo Estado. Esse processo fortaleceu novas disputas territoriais que, para além da apropriação da terra em si, imprimiu outras disputas em torno da matriz produtiva. O caso do Assentamento Roseli Nunes, na região Sudoeste do Mato Grosso, evidencia esse processo onde, a partir da retomada de uma área do latifúndio para o assentamento de famílias camponesas, criaram-se certas condições para uma disputa sobre as relações sociais de produção, baseadas no trabalho familiar autônomo, sobre o modelo de organização da produção, baseado na cooperação, e da matriz tecnológica a partir da agroecologia.

No capítulo seguinte, serão aprofundados certos aspectos dessa disputa, enfatizando a forma como os camponeses, através da ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos, estão construindo seu projeto e, assim, fortalecendo o enfrentamento ao projeto hegemônico do agronegócio.

CAPITULO 3 - ARPA: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E LUTA CAMPONESA

3.1 – A ARPA/MST e a luta contra o latifúndio na região Sudoeste de Mato Grosso

Como foi possível observar na revisão de literatura sobre o processo histórico do estado de Mato Grosso, este tem como marca central o conflito protagonizado de um lado por latifundiários monocultores, e por outro por povos e comunidades tradicionais. Sendo que a criação de gado foi um dos destaques iniciais desse processo, sendo posteriormente substituídos por outras produções.

Este processo monocultural, baseado no pacote da revolução verde, provocou diversos impactos sociais e ambientais, seja pelo uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes, ou seja, pela implementação de grandes projetos de infraestrutura buscando atender a demanda principalmente da escoação de produtos agrícolas.

Nos últimos anos pela demanda de manter sua participação no PIB brasileiro o agronegócio tem expandido sua área de ação, para todas as regiões, mesmo aquelas que já tinham alguma cadeia de produção consolidada como o caso da região sudoeste do estado de Mato Grosso, que havia a cadeia produtiva da carne e da cana. Tem inserido como área produtiva algumas que a pouco tempo não apresentava nenhuma viabilidade produtiva, graças ao desenvolvimento tecnológico

A região sudoeste do estado tornou-se alvo dos projetos do agronegócio, que projeta expandir sua fronteira, aumentando a produção da soja, milho e algodão, intensificando da produção cana-de-açúcar, e das florestas artificiais do eucalipto e teça, além de projetos de exploração mineral e implementação de hidroelétrica.

Atualmente quando comparadas às outras regiões do estado principalmente sul e norte a região sudoeste, apesar dos monocultivos não tem expressividade na produção de commodities, mas se caracterizada por grandes latifúndios na produção de gado de corte, bacia leiteira e cana-de-açúcar (Etanol). No entanto, nos últimos anos a soja tem ocupado espaço significativo das pastagens, mas também de propriedades improdutivas como mostra a figura 04 do capítulo anterior.

Tais avanços têm colocado em discussões várias preocupações sobre os impactos destrutivos que este modelo vem causando ao ambiente, à biodiversidade e à saúde da população. Sendo assim, várias organizações sociais, ONGs, setores das

universidades, igrejas e vários pesquisadores, têm levantado debates apontando as consequências que as ações das empresas vêm causando no estado.

Nesta região também existem vários assentamentos de Reforma Agrária, comunidades tradicionais, indígenas, e pequenos agricultores, destacando a presença de uma agricultura camponesa enraizada em valores culturais e as lutas dos movimentos sociais, que também estiveram presentes neste processo, dentre elas, a luta pela terra, presente historicamente na região houve períodos que ela se deu de forma espontânea e localizada, porém inserindo-se de uma forma mais politizada a partir do final da década de 1970 e início de 1980, levando não apenas a conquista de assentamentos como indo além, para ocupar de outros campos político.

Neste período, o Movimento Boa Nova das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), ligado a Igreja Católica, diante do processo de organização das comunidades, discutiam forma de evangelizar sua base, vinculado ao processo de luta pelos seus direitos e acesso à terra na região.

O movimento chega à região no final da década de 1970, buscando formas de organizar as famílias ligadas ao corte de cana-de-açúcar, atividade esta, que era desenvolvida como principal meio de emprego na região, onde as condições de trabalho eram baseadas na exploração do trabalho de forma degradante, ou análogo à escravidão. Segundo os pioneiros⁸ entre as várias tarefas que as CEBs desenvolviam na região, estava a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta pela reforma agrária, pois o campo nesta região era composto por terras devolutas e grilado por fazendeiros, principalmente na região onde atualmente localizam-se os municípios de Salto do Céu e Rio Branco. Assim, o papel da CEBs constituía-se na articulação política dos trabalhadores, com vínculo focado na orientação de um setor da igreja católica que se aderiu ao movimento⁹ como método de articular os trabalhadores através da luta pela terra, organizados nos sindicatos.

Diante das informações coletadas nas entrevistas, o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais da região foi criado no município de Rio Branco e logo após foi criado em Cáceres. Estes sindicatos tinham como objetivo principal lutar por terra, educação e saúde. Neste sentido, foram desenvolvendo várias atividades a fim de resolver as questões sociais na região, entre elas a questão da terra.

⁸ Pioneiros

⁹ Na região o Movimento das CEBs não tinha uma aceitação hegemônica na igreja católica, o setor carismático não apoiava a lutas da CEBs.

Dentre as atividades realizadas pelos sindicatos, aconteceu em 1995 na cidade Cáceres um Seminário da região para debater a questão fundiária, contando com a presença de 416 delegados, vinculados aos dois sindicatos, além de representantes do INCRA e INTERMAT¹⁰, sendo estes, órgãos governamentais responsáveis em atender demandas ligadas à questão da terra no estado.

De acordo com as informações coletadas na pesquisa de campo, através de entrevistas realizadas com dois representantes da ARPA, que vivenciaram e fizeram parte do movimento das CEBs estes órgãos informaram que não havia terra para fins de reforma agrária nesta região. Os entrevistados acreditam que os representantes dos órgãos que estavam presentes, tinham vinculação com os interesses dos fazendeiros na região e que utilizavam de seus postos para garantir meios de efetivar a posse da terra. Os participantes assumiram uma leitura de que apenas com a discussão e negociação com estes órgãos eles nunca teriam o acesso à terra.

Nesse mesmo ano de 1995 o MST fez a primeira ação no estado de Mato Grosso, com a ocupação da fazenda Aliança no município de Pedra Preta. Este fato levou os representantes dos sindicatos a tomar novas decisões, entre elas: fazer a articulação do movimento na região.

Dessa forma, no seminário em 1995, tiraram como encaminhamento a articulação da vinda do MST para região. A partir de uma comissão formada com representantes de várias entidades, delegaram a tarefa a dois representantes da comissão que reuniram com os coordenadores do MST em Cuiabá ainda em 1995, e definiram um planejamento para o trabalho de base para região, com data definida para início do “trabalho¹¹”, esse processo culminou com a ocupação da fazenda Santa Amélia, no município de Cáceres com 1503 famílias no dia 08 de abril de 1996. Deste acampamento surgiram os assentamentos: Nova Conquista, Antônio Conselheiro I, Antônio Conselheiro II no município de Cáceres, Margarida Alves em Mirassol D’oeste, Che Guevara em Araputanga e Chico Mendes em São José dos Quatro Marcos.

Ao conquistar a terra, a preocupação era desenvolver a produção nos assentamentos de forma organizada. Neste sentido, lideranças sugeriram a elaboração de projetos objetivando montar feiras para comercialização da produção. Estes projetos passaram a ser fomentadores de novas ideias, uma delas era a criação de associação que

¹⁰ Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso –que tem por finalidade executar a política estadual de disposição de terras públicas.

¹¹ Atividades de articulação das famílias para formação de um acampamento

dinamizasse a produção de base cooperativada. Desta forma, surge inicialmente em 1997 a ASPROAC - Associação de Produtores Organizada na Agropecuária de Cáceres, com atuação apenas nesse município. Sua criação permitiu a elaboração de alguns projetos de incentivo à produção nos assentamentos, como a abertura de uma feira permanente no prédio do sindicato, que funcionou por dois anos.

Com o surgimento dos assentamentos Roseli Nunes e Florestan Fernandes, as lideranças que integravam o quadro de sócios dirigente da ASPROAC, porém, não estavam assentadas no município Cáceres, e eram acampadas no acampamento Roseli Nunes, mudou-se para São José dos Quatro Marcos e Mirassol D'Oeste, como a ASPROAC tinha suas ações limitadas pelo estatuto ao município de Cáceres suas atividades ficaram paralisadas por dois anos, de 2000 a 2002. Após este período essas lideranças retomaram as discussões sobre a Associação, porém com propósito de regionalizá-la, nesse sentido alterou o estatuto e o nome, passando então a denominar Associação Regional de Produção Agroecológica –ARPA, redefinindo também seu objetivo central organizar os trabalhadores e trabalhadoras para produção de alimentos agroecológicos. Vale realçar que alteração do nome traz agora uma perspectiva de um modelo de agricultura e de relacionar-se com o meio ambiente e com os próprios seres humanos.

Em 2003, nesse processo de recriação como uma associação de caráter regional a ARPA definiu os seguintes objetivos¹²: Estimular os sócios no desenvolvimento de produção diversificada de alimentos para autoconsumo, e comercialização dos excedentes em feiras livres; Adotar os princípios agroecológicos através de cursos de formação em agroecologia buscando elevar o nível de consciência, além de manter no quadro orgânico, agricultores técnicos, ou seja, pessoas com qualificação técnica a nível médio e graduado, que contribuíssem no planejamento das diferentes fases de produção.

Estes objetivos ampliaram a visão de atuação da associação, expandindo suas ações em outros municípios da região, além de pensar seu papel político sem perder a dimensão da auto sustentação de seus sócios. A partir desses objetivos a Associação foi definindo nova forma de organizar as famílias assentadas num processo de cooperação de produção, comercialização e formação.

¹² - Informações extraída do Estatuto Social da ARPA.

3.1.1 O processo orgânico da ARPA como instrumento de formação, organização e acompanhamento do trabalho.

A ARPA tem como definição política estruturar-se organicamente na dimensão de desenvolvimento dos trabalhos de forma coletiva (desde a gestão, a formação, a produção e a comercialização).

Desta forma, para se associar seja um indivíduo, seja uma família, este deve estar inserido em um grupo de produção, ou demonstrar interesse de se inserir. Vale salientar que na ARPA filia família completa por unidade de produção, no caso o lote, ou pessoa que tenha disponibilidade para produzir. No seu regimento consta que para fazer parte da associação, necessita-se no mínimo, cinco famílias e/ou pessoas reunidas, devendo participar de três reuniões de trabalho de base para assim pedir a filiação. A forma coletiva permite melhor organização e maior controle das ações das famílias da associação no processo de implementação da transição agroecológica, que começa muitas vezes no processo de produzir sem o uso de agrotóxicos¹³.

A associação tem atualmente 104 sócios distribuídos em oito grupos de produção na região, onde três destes grupos estão no assentamento Roseli Nunes, e cinco estão distribuídos em outros assentamentos nos municípios de Mirassol D'Oeste, Araputanga e Curvelândia. Cada grupo tem um coordenador e uma coordenadora, que compõem a coordenação e diretoria, e dão direção aos encaminhamentos políticos da ARPA essa estrutura organizativa permite uma gestão mais horizontal da associação, bem como maior participação dos associados nas definições políticas e estratégicas da Associação.

Na dinâmica organizativa da Associação há um calendário mensal de reuniões, definido de acordo com o planejamento anual, sendo que a diretoria reúne na última quinta-feira do mês e no 1º sábado a coordenação. Estas reuniões têm por objetivo, a realização dos debates políticos, planejamentos, avaliações, encaminhamentos dos projetos em andamento, debates sobre a adesão de novos grupos, etc.

Para filiação na ARPA devem-se respeitar inicialmente três critérios: Primeiro estar convencido de não usar agrotóxicos, não somente pelo fato de a Associação ter certificação de produção orgânica, mas devido ao fato que esta decisão é central numa perspectiva de transição agroecológica; Segundo deve-se produzir primeiramente para subsistência, pois isso melhora a qualidade (tanto pela produção sem agrotóxicos, como

¹³ - Informações disponíveis no Estatuto Social e no regimento da ARPA.

pela diversidade produtiva) da alimentação das famílias, isso melhora outros aspectos da vida como a saúde; Terceiro toda tomada de decisão deve ser feita em grupo, não aceitando em nenhuma hipótese, decisão individual.

Como forma de orientar suas ações de organização da produção e comercialização, a partir do rumo estratégico definido na reconstrução da Associação a mesma contou com apoio de algumas organizações sociais, algumas que as famílias já integravam e outras com vínculos ideológicos com a proposta produtiva entre elas o MST e a FASE/ MT - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/Regional Mato Grosso através dos projetos demonstrativos em agroecologia.

Alguns dos princípios da agroecologia adotados pela ARPA são destacados por Moreira e Stamato (2005), tais como:

[...] - recuperar manejo do solo de forma ecológica; - eliminar o uso dos venenos; - diversificar a produção para garantir a segurança alimentar das famílias; - resgatar e valorizar as sementes tradicionais; e, - construir de forma associada à própria infraestrutura de produção, transporte, agroindustrialização e gerenciamento, garantindo a independência e a justa divisão dos benefícios (MOREIRA e STAMATO, 2005).

Nos anos de 2008 e 2009 a ARPA contava com 184 famílias associadas, atualmente este número reduziu para 104. Somente o assentamento Roseli Nunes apresentava mais de 100 famílias associadas, sendo que, atualmente está em torno de 64 sócios.

De acordo com os entrevistados na pesquisa para este trabalho, muitas famílias desenvolveram vícios quando se vincularam ao modelo implantado pelo sistema capitalista, que causa dependência do uso de agrotóxico sob ilusão de que, sem agrotóxicos não se produz. Como a fragilidade na assistência técnica, a na maioria das vezes quem faz atendimento ao agricultor é o vendedor da casa agropecuária, que recebe por comissão, esse agricultor permanece viciado. Esse processo de radicalidade na questão dos agrotóxicos possivelmente foi a principal causa da desistência das famílias. Assim, algumas famílias que quiseram manter a forma convencional de produzir com utilização de insumos químicos com perspectiva de ampliar sua produção foram sendo desvinculadas da associação e posteriormente não alterando sua prática foram desligados. A ilusão de aumentar a produção com consumo de insumos químicos é questionado por um dos coordenadores.

Este discurso não é verdadeiro, pois, nunca utilizei agrotóxico em meu sítio e, no entanto é um dos mais organizados e com grande produtividade no assentamento (Nério).

A pesquisa identificou também que, com o surgimento do PAA e PNAE, que requeriam processos coletivos para comercialização, várias famílias buscaram a ARPA para elaboração de projetos de produção e comercialização para seus produtos. Desta forma aceitaram as condições exposta pela Associação para associar-se. Porém tempos depois, não conseguiram manter-se nos critérios e princípios organizativos acordados inicialmente.

Assim, muitas famílias saíram da ARPA com o argumento que a CONAB comprava seus produtos produzidos com utilização de agrotóxicos, criando assim outras associações onde o processo produtivo não tinha peso no processo de comercializar. Atualmente existem no assentamento Roseli Nunes, outras quatro associações, que trabalham na linha convencional, porém segundo alguns entrevistados essas associações “não conseguiram efetivar os projetos que dão acesso aos recursos do PAA e PNAE e comercializar seus produtos com a escola”.

A consolidação da ARPA no processo material de reprodução do assentamento, se deve a sua organização e estrutura orgânica, que foi-se consolidando conforme surgiam novos desafios.

Para Cláudio Nascimento, um dos coordenadores de núcleo de produção da ARPA, e responsável pelo setor de educação da Associação este processo representa um avanço na organização,

Na atualidade este processo é um avanço que ocorre de forma processual, vem desde 2003/ 2004, através da luta do MST para obter a conquista o assentamento, que se constitui como um desafio para desenvolver a produção voltada a subsistência de forma agroecológica. A ARPA como entidade, deve pensar a produção da vida, não basta só produzir, pois não deve pensar somente o econômico, deve pensar na qualidade de vida das pessoas e do ambiente, por isso o foco na produção agroecológica (Cláudio Nascimento).

Para outro coordenador de outro núcleo de produção, José Gomes, a forma de organização da ARPA, com horizontalidade é um mecanismos de resistência no território,

O processo de organização da ARPA e dos movimentos sociais, como forma de sustentação para resistir no território, se dá a partir do momento que se inicia trabalhar de forma mais saudável, diversificando a produção e se organizando de forma coletiva. Neste sentido, trabalha na construção de relação de produção voltada não somente para comercio, mas para a

reprodução de vida no território, no ambiente e em vários espaços (José Gomes).

No entendimento dos coordenadores da associação este processo tornará os trabalhadores mais resistentes, para lutar contra o modelo do agronegócio, que nos últimos anos vem comprimindo a vida nos assentamentos de reforma agrária, nas comunidades tradicionais, indígenas, ou seja, de todos os trabalhadores da agricultura familiar camponesa, que busca a reprodução social a partir de um campo onde a mercadoria não seja a principal razão do trabalho.

Nas entrevistas com coordenadores de núcleos, percebe-se que para a ARPA, a maneira de produzir é uma forma de contraposição ao modelo capitalista. Apesar da Associação precisar buscar mercado para a sua produção, o mesmo não é o elemento norteador do seu processo produtivo, e busca apesar das contradições formas organizativas e produtivas, que vá construindo elementos que ajude a romper a lógica capitalista.

Para a ARPA a forma de produzir tem haver com ação social, que vai para além das políticas sociais, dessa forma a produção saudável não pode atender apenas aqueles que têm alto poder aquisitivo, mas também os trabalhadores que sobrevivem de salário mínimo, ou muitas vezes menos que isso.

O trabalho em grupos coletivo é estimulado, pois o processo coletivo permite melhor acompanhamento produtivo, elaboração de projeto e também a comercialização, facilita também a realização de espaços formativos. O método de desenvolver o trabalho o máximo possível em espaços coletivos possibilita uma maneira de continuar o processo de organização nos assentamentos, e possibilita a participação orgânica nos movimentos sociais, como no caso o MST.

O processo coletivo da ARPA deixa vários elementos importantes para o setor de produção, cooperação e meio ambiente do MST refletir, pois amplia a concepção de coletivo para além das agrovilas coletivas, mas como elemento potencializador do trabalho. Amplia também a idéia de quintal, bem como de responsabilidade por este espaço e sua função na economia familiar.

As formas de organizar os grupos são diversas, e podem ser por proximidade, por afetividade, por aptidão produtiva. Assim é possível manter a continuidade do processo produtivo e garantir a resistência nos assentamentos. Mas permite também desenvolver outros laços no campo mais subjetivo, pois cria-se relações maiores que produzir e comercializar, mas de cuidados.

A compreensão da ARPA sobre a posse da terra, dialoga com o entendimento do Movimento Sem Terra, que pauta na convicção de que ter somente a terra não é suficiente, pois sua conquista em si não resolve a situação da desigualdade social e da injusta no campo.

Outro elemento importante na estrutura orgânica da ARPA é o processo de inclusão da família¹⁴, mas com foco na participação política e de autonomia econômica das mulheres e na necessidade da permanência da juventude. Ao desenvolver esses dois focos permite maior resistência, até por que há um constante risco de envelhecimento dos assentamentos.

Deste modo, a perspectiva organizativa da ARPA se insere no processo da luta, que originou as áreas onde hoje ela se organiza, que integra tanto a perspectiva de luta do MST, quanto de ONGs como a FASE e o CTA – Centro de Tecnologia Alternativa,

O processo orgânico da ARPA constitui na defesa da natureza e de toda sua diversidade de vida, da produção de alimento limpo e no cuidado com terra, é reafirmamento da luta pela terra e pela reforma agrária (Miraci).

Segundo outro sócio produtor e responsável pelo setor de saúde,

Esse processo consiste em uma constante construção, que se baseia em um conjunto de elementos organizativos principalmente na promoção do uso das sementes naturais e tradicionais (José Roberto).

Analisando o processo de organização da ARPA, Oliveira e Azevedo (2014) afirmaram que,

Trata-se de uma experiência inovadora desde os pontos de vista econômico, social e político e que resiste ao modelo de desenvolvimento predatório. Com seu exemplo, o Assentamento Roseli Nunes vislumbra uma maior adesão de camponeses à Agroecologia, mas também espera contar com mais apoio, principalmente do Estado, por meio de políticas públicas e maior participação institucional em prol da Reforma Agrária. (OLIVEIRA E AZEVEDO, 2014, p.4)

A ARPA constitui-se como uma organização fundada nos princípios da agroecologia. No campo político e ideológico, nasce negando o modelo convencional de produção orientado pelo pacote da Revolução Verde, sobre o controle de empresas ligadas ao agronegócio. Desta forma constitui-se em um instrumento político de

¹⁴ A concepção de família da ARPA não se reduz a concepção generalizada de pai, mãe e filhos, mas dialoga com as diferentes formas que a família pode ter neste tempo histórico.

organização dos trabalhadores rurais nesta região, para a resistência aos avanços do agro-hidro-mineralnegócio.

De modo geral, ao analisar as relações de produção social dos produtores da ARPA e do assentamento, procurou-se compreender vários desafios que estão colocados para a classe trabalhadora do campo, e os próprios limites que impedem construir mecanismos que permitem fazer o enfrentamento ao capital. Assim, esta reflexão deve ser ampla dentro do contexto histórico que extrapola o próprio assentamento, sem desconsiderar elementos que determinam e influenciam diretamente as questões sociais como a saúde, educação, moradia, saneamento e formação política ideológica.

Nos últimos anos, a ARPA tornou-se uma das associações de referência na região sudoeste de Mato Grosso, com grande atuação organizativa e política, centrada na produção de alimentos agroecológicos como elemento de resistência, tem construído uma rede de distribuição da produção, desde o mercado institucional ou convencional, que esta tanto na aquisição da merenda escolar, quanto na distribuição direta às famílias nos municípios que cercam o assentamento. A associação iniciou seus trabalhos com sete famílias ampliando-se admiravelmente, chegando a uma totalidade de 180. A produção e comercialização de modo eficaz foram os fatores fundamentais do avanço da Associação e o PAA foi bastante importante para este processo, podendo ser considerado como o sustentáculo.

Em 2010, o PNAE somou-se no processo orgânico de produção, com resultados bastante expressivos, chegando, em 2012, a uma venda de 117 mil quilos de alimentos via PAA, e 205 mil quilos em 2013. “Essa produção foi distribuída para bairros pobres de Mirassol D’Oeste, Araputanga e Curvelândia, assim como para as escolas estaduais e municipais, beneficiando mais de seis mil alunos” (OLIVEIRA e AZEVEDO, 2014, p. 04).

Desde sua criação em 2003 a ARPA tornou-se referência na organização dos assentados, estimulando-os a produzir alimentos de forma diversificada para subsistência e comercialização dos excedentes onde utiliza bastante as feiras livres

Para Nério

Na luta camponesa, há uma desarticulação dos movimentos sociais na região poucas gentes mobilizadas. Porém é preciso entender que ARPA e MST são as mesmas coisas, pois as famílias são assentadas do MST exceto alguns assentamentos não conquistado pelo Movimento. No entanto, a luta da ARPA tem a mesma pauta da MST (Nério).

Miraci afirma que

A ARPA é um instrumento político da luta camponesa, pois ela é fruto das CEBs que abraçou a causa da luta pela terra no Mato Grosso e desde o período de acampamento já estava sendo preparado para chegar à terra, trabalhar de forma agroecológica cuidando da terra.

Jose Gomes diz que

É parte da luta, pois além de produzir, tem o compromisso de mostrar a sociedade os valores da reforma agrária, da produção agroecológica e que somente com reforma agrária pode-se construir uma sociedade diferente desta que temos onde as pessoas voltarão a permanecer na terra produzindo com variedades.

Claudio Nascimento assegurou que

É a luta para conquistar não só o direito pela terra, mais todo bem-estar na terra, infraestrutura, educação, moradia, saúde e lazer. É uma luta política importante para mostrar a sociedade que vale apenas a necessidade dos agricultores produzir alimentos, e lutar para construção de um novo modelo de produção que não destrói a vida, e ainda contrapõe o atual modelo capitalista.

Também Jose Gomes diz que

A ARPA pode ser pequena mais está desafiando a não ficar de braço cruzado. Quando se propõem a produzir diferente já está contrapondo um modelo existente. Neste sentido, a Associação, assim como os movimentos sociais e outras organizações, pensam em um projeto de inclusão humana, quebrando a lógica do mercado capitalista, produzindo sem veneno, organizando os trabalhadores, respeitando o ambiente e trazendo os debates sociais para a discussão. Transforma-se em um instrumento de luta, quando se propõe produzir de maneira diferente, compra-se vários inimigos.

Desta forma, a compreensão do conjunto da ARPA, é que ela é de fato um instrumento político da luta camponesa, pois tem sua essência forjada na resistência das famílias camponesas antes mesmo de sua inserção no Movimento Sem Terra. Os valores construídos na associação nega a lógica hegemônica do modelo capitalista. Porém é importante afirmar que a ARPA é uma associação que atua em uma região onde o capital tem avançado de forma rápida, e a luta camponesa necessita de um conjunto de forças sociais para garantir a resistência e fortalecer as organizações e movimentos para uma mudança possível.

3.1.2 - Os impactos sociais causados pelas empresas do agronegócio e a atuação da ARPA

O avanço do agronegócio no entorno do assentamento constitui-se como um processo de luta tenso, para o assentamento Roseli Nunes, para a ARPA e para a luta por reforma agrária, pois suas ações afetam diretamente a vida das pessoas no assentamento. Tanto na produção, convívio social, quanto nas ações truculentas contra atividades de mobilização dos trabalhadores.

Apresenta-se como grande inimigo da agricultura familiar camponesa. E entre suas ações, está a cooptação de pessoas para aderirem ao seu projeto, através da oferta de emprego para os assentados e seus filhos. Mesmo explorando sua força de trabalho, conseguem ganhar sua opinião constituindo assim um processo de alienação, principalmente da juventude do assentamento.

É preocupante o assentamento estar ao lado da grande plantação monocultora, fato que tem desmotivado principalmente a juventude, pois são abocanhados pelas empresas, que através da mudança de consciência, estes jovens, acabam por preferir trabalhar nas empresas, que viver e ajudar na unidade da família (busca do dinheiro em efetivo). As empresas e fazendeiros o incentivam para o uso de máquinas, forma de bater veneno, chamando de capacitação profissional (José Gomes).

Outro elemento da situação do assentamento é a destruição das plantações dos assentados, com a pulverização aérea de uso constante de agrotóxicos.

A contaminação das culturas familiares explica também o não aproveitamento do potencial de produção e fornecimento de alimentos por meio do PAA e do PNAE. Para participar destes programas, é necessária uma produção regular, que atenda às condições contratuais de comercialização. As perdas frequentes de produção causadas pelo veneno levam a que muitos agricultores desistam de vez da atividade e passem a dedicar-se somente à pecuária (SCHLESINGER, 2014, p.27).

A pulverização com agrotóxicos nas culturas da cana-de-açúcar, soja e pastagens tem sido um fator de intensa preocupação para a população dos assentamentos. Estudos e debates realizados com essas pessoas, juntamente com instituições como FASE e Movimentos Sociais (MST), têm mostrado os danos causados, à saúde e ao ambiente.

São usados vários tipos de agrotóxicos, mas os de maior frequência são os herbicidas e fungicidas, com destaque o herbicida que é um disseccante, que segundo

Schlesinger (2014) em entrevista com secretário de agricultura do município de Mirassol D'Oeste, José Vanderlei Batista, afirma que “o herbicida mais utilizado nestas áreas é o Tordon, ou 2,4-D.”

Para Schlesinger, (2014).

Trata-se de um agrotóxico classificado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como Extremamente Tóxica (Classe toxicológica I). “Há 29 produtos comerciais à base de 2,4-D registrados pelo Ministério da Agricultura, mas o mais conhecido é o Tordon, da Dow Agrosiences” (SCHLESINGER, 2014, p.23,).

Classificado como um agrotóxico organoclorado, o Tordon é usado para combater vegetações indesejadas em pastagens. Sua ação se dá principalmente em plantas de folhas largas (*dicotiledôneas*). Giacomitti, (1995) relata que.

O Tordon nada mais é do que a associação de dois herbicidas: o 2,4-D (ácido 2,4-diclorofenoxiacético) e o picloram (ácido 4-amino-3,5,6-tricloropicolínico) e seus sais de potássio (C₆H₂Cl₃KN₂O₂), que no entanto, recebem "impurezas" durante a produção, as chamadas dioxinas. “Sua composição age exatamente como o “Agente Laranja” que por sua ação desfolhante foi utilizado, pelos norte-americanos, como arma química durante a guerra do Vietnã para descamufalar os soldados”. (GIACOMITTI, 1995, p.21, *destaque do original*).

Já a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, publicou em uma matéria em julho de 2016, com base em documentação do MAPA - Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento a seguinte definição,

O 2,4-D é um herbicida que foi desenvolvido durante o programa da guerra química e biológica na segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo também utilizado na guerra do Vietnã (1954-1975), fazendo parte, juntamente com o herbicida 2,4,5-T e o pentaclorofenol, de um composto conhecido como agente laranja, que foi utilizado como desfolhante das florestas vietnamitas (CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, 2016).

Suas ações tóxicas nos seres humanos atuam diretamente nos seguintes órgãos: pulmão, rins, baço, fígado e no músculo esquelético. Entre várias consequências, expande-se para o tecido adiposo indo para a placenta e causando intoxicação no feto durante a gestação.

No ambiente, contamina a água, o solo e o ar, por ser composto por 2,4-D, picloram e dioxinas. “O 2,4-D é prontamente degradado por hidrólise não representando um risco de longo prazo ao meio. No entanto, o picloram é altamente persistente, com resíduos detectáveis no solo até três anos após a aplicação e mantém sua toxicidade por até cinco anos para certas cepas susceptíveis” (FAO, 1964 – *apud* SCHLESINGER, 2014).

Assim, a pulverização aérea de agrotóxicos atinge não apenas a área alvo, mas as populações em torno, incluindo as sedes dos municípios onde os plantios se localizam. No caso do assentamento Roseli Nunes, que fica relativamente mais próximo os impactos são mais acentuados, tanto na saúde quanto na produção das famílias. De forma que, a partir dos estudos publicados no livro “Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde” publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO a pulverização de agrotóxicos ameaça à saúde dos trabalhadores e suas plantações, bem como quem consome essas plantações. Vale ressaltar que no referido Dossiê esta publicado uma carta diagnóstico elaborado pelas famílias do Assentamento, com forte participação das associadas da ARPA.

Além do avanço da produção de grão, as famílias tem sido alvo de outros setores do agronegócio como a COOPERB Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Rio Branco (empresa de produção de etanol) e a SOROTECA (plantio de teca).

Um dos enfrentamentos com a COOPERB se dá por causa das descargas de vinhaça no solo e na água, pois apesar de causar forte impacto no ambiente e na saúde é utilizada como fertilizante no plantio de cana no entorno do assentamento.

A vinhaça um derivado da produção de etanol que segundo as pesquisa se caracteriza por,

[...] um líquido ácido, (DBO)- Demanda Bioquímica de Oxigênio, é corrosivo e tem um grau de poluição elevado. Tem uma composição líquida de 93%, água e sólidas de 7%. O sólido por sua vez se distribui em 75% de matéria orgânica e 25% mineral. (CRUZ *et al*, 2008. p.12)

[...] a vinhaça, resíduo gerado na proporção de 13 litros para cada litro de álcool produzido, possui um alto potencial poluidor dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais, causa alterações no comportamento do solo e pode gerar problemas de salinização. (CRUZ *et al*, 2008. p.12).

[...] a vinhaça caracteriza-se pelo alto conteúdo de matéria orgânica e potássio, quantidades apreciáveis de nitrogênio, fósforo, cálcio, magnésio e sulfato e quantidades menores de zinco, ferro, manganês e cobre. O pH normalmente é ácido e a condutividade elétrica é bastante elevada” havendo “a infiltração da vinhaça na água subterrânea, o que prejudica sua potabilidade pela transferência de altas concentrações de amônia, magnésio,

alumínio, ferro, manganês, cloreto e matéria orgânica para a água subterrânea (HASSUDA, 1989, *apud* SCHLESINGER, 2013).

Segundo Schlesinger (2013), no município de Mirassol D'Oeste em 2006, houve um vazamento de vinhaça, em uma área de cultivo da COOPERB, que provocou a morte de peixes, pois a vinhaça atingiu o córrego Guarani, contaminando-o e a uma variedade de peixes, fato confirmado por representantes do Ministério Público e fiscal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Outra ação da empresa COOPERB no processo de produção de etanol é a queima da palha da cana para a sua colheita. Segundo Pesquero (2010) *apud* de Oliveira e Azevedo (2014) este é um processo de grande impacto ao ambiente e à saúde das pessoas, principalmente em criança. As empresas utilizam deste método como forma de baratear o custo de produção, ainda segundo os autores

A colheita e o transporte da cana queimada são mais baratos do que os custos relacionados à cana verde. Além disso, a produtividade de cortadores manuais em cana queimada chega a ser o dobro do verificado na cana verde. Portanto, eles também preferem cortar cana queimada, apesar de ficarem expostos a maiores níveis de poeira e fuligem (RIBEIRO e PESQUERO, 2010, *apud* OLIVEIRA E AZEVEDO, 2014).

As consequências negativas das ações dessas empresas são sérias, tanto à saúde humana quanto ao ambiente, causando principalmente, problemas respiratórios pela composição orgânica produzida no processo de combustão. A concentração de ozônio é outra consequência deste processo, assim como a produção do nitrogênio ativo, responsável pela chamada chuva ácida e contaminação das águas. Este nitrogênio em contato com as florestas naturais e microrganismos causam mudança do ecossistema, que ao absorver este produto “pode se proliferar e tomar o lugar de outros, destruindo o equilíbrio do ecossistema e sua biodiversidade” (SCHLESINGER, 2013).

A chegada da mineração é outro problema vivenciado pelo assentamento e demais comunidade, e que de certa forma representa a consolidação da hegemonia capitalista na região, que segue sua busca incontrolada por mais-valia nos seus diferentes níveis. Seja ela absoluta, num processo de exploração dos trabalhadores com carga horária de trabalho exaustiva, seja relativa.

As empresas também utilizam formas estratégicas para desarticular a forma de organização do assentamento e da ARPA, utilizando a propaganda e incentivo ao uso

agrotóxico como sendo um processo rentável e econômico. Assim, as empresas acabam por transformar alguns assentados em clientes de seus produtos sem qualquer tipo de informação. Estas ações podem levar os assentados a perderem o território para as empresas que dominam o agronegócio na região, pois sobre as dificuldades em produzir por muitas vezes acaba por vender o lote e vão para as cidades próximas do assentamento.

Poderá chegar o momento em que as pessoas não resistirão a tanta intoxicação e poluição que visualizam, pois diariamente são bombardeados com avião de veneno, e tratores. Isso coloca em evidências a desistência das famílias dos assentamentos, acelerando o processo de êxodo rural na região (José Gomes).

Como forma de desarticular os movimentos sociais de luta pela terra, o agronegócio tem usado outros instrumentos no campo institucional como o poder legislativo, através principalmente da bancada ruralista para instaurar vários processos e inquéritos com objetivo de criminalizar estes movimentos. Busca também apossar da bandeira de luta destes movimentos e criar programas junto ao Estado como contraposição ao processo de luta pela democratização da terra, um exemplo é a distribuição da terra através do crédito fundiário (banco da terra). Não esta sendo diferente na produção. Hoje o agronegócio fala em agroecologia e produção orgânica com muita frequência com apoio dos meios de comunicação e do Estado que tem o papel neste contexto em legitimar o avanço do agronegócio na região, criando políticas de créditos e processos de leis que favorecem suas atividades expansionistas.

No ano 2016 a fazenda Urutal em Mirassol D'Oeste que está sobre domínio ilegal do latifúndio (é área devoluta) e com vários crimes ambientais. Deveria ser destinada a reforma agrária. No entanto foi legitimada como símbolo do avanço do agronegócio no município. Assim, continua o processo de concentração da terra de forma ilegal, mas agora sobre a lógica de regulação fundiária casada com o processo de produção do agronegócio caracterizando as terras como produtivas, desta forma não entrariam num processo de desapropriação que criaria um novo assentamento (Nério).

Outra informação apontada por Nério,

O agronegócio no município fica com 86% dos recursos que vem para agricultura, e agricultura familiar fica com 14% apenas. Uma disparidade grande se comparar o numero de produtores do agronegócio e da agricultura familiar (Nério).

Diante deste cenário, alicerçado na resistência das famílias inclusive na forma de produzir e no apoio político de outras organizações, a ARPA vem fazendo várias denúncias junto aos órgãos responsáveis, como: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA e Ministério Público, relacionado as ações abusivas do agronegócio na região, no entanto, até a realização da pesquisa, não haviam recebido nenhuma resposta por parte desses órgãos.

A ARPA tem utilizado outros espaços para denuncia desses problemas e para dialogo com a sociedade, espaços como as mobilizações, entrevistas, documentários, pesquisas junto às Universidades, as ONGs e movimentos sociais, além de espaços de produção com trabalhadores e espaços de comercialização, local que permite diálogo direto com a sociedade regional.

Estas ações têm gerado ameaças aos membros da associação, principalmente as lideranças. Essas perseguições são semelhantes às sofridas pelos Sem Terra a mando do latifúndio. Acredita-se que existem muitos infiltrados e até mesmo assentados não comprometidos, que são capazes de delatar a associação às empresas (Nério – destaque do autor).

Apesar das ameaças, a ARPA reafirma que continuará realizando denúncias e cobranças aos órgãos responsáveis, sobre as ações agressoras das empresas, com a certeza que este fato atingirá as pessoas assentadas e aquelas ligadas a estas empresas.

Assim, os problemas enfrentados pelas famílias assentadas no Assentamento Roseli Nunes estão diretamente ligados a uma disputa de território (mais que a terra, as formas de produzir e se reproduzir no espaço) entre: agronegócio e agricultura camponesa. O agronegócio, por sua vez, não se preocupa com a vida humana e com a biodiversidade, sua preocupação está voltada na produção de mercadoria, principalmente para exportação. Assim, a saída para esta situação, encontra-se no enfrentamento permanente, através de denúncias, mobilizações, estudos e pesquisas e construções de alternativas que possam contrapor este modelo. As experiências agroecológicas são ações importantes, portanto devem ser potencializadas.

3.2 - Agroecologia como uma dimensão da luta de resistência e superação camponesa.

Nesta pesquisa foi possível compreender a posição, tanto da ARPA quanto dos movimentos sociais, que ao fazerem crítica ao modelo de produção do agronegócio sem nenhuma proposta de contraposição, podem cair num discurso vazio, sem perspectiva

de nenhuma mudança social. Neste sentido, a opção por discutir, propor e produzir com base na agroecologia constitui-se de várias de ações que apontam as contradições do modelo do agronegócio e ao mesmo tempo apontam em ações para superá-los.

Desta forma, a necessidade de implementar ações concretas de possibilidades de organização da produção e reprodução a partir de um processo agroecológico. Percebe-se que este debate na ARPA tem avançado e elevado o nível de consciência das pessoas para este novo enxergar produtivo.

Falar em agroecologia é falar na vida, pois ela não se limita apenas no plantio de semente, consiste em todo um envolvimento social, entre a sociedade e ambiente, é a forma de manter a natureza viva, a terra produzindo e a sociedade feliz com alimentação saudável, estando mais organizada e mais vinculada as lutas por direitos. Assim a agroecologia é um conjunto de ações e responsabilidades: desde o ar que se respira, o espaço em que se vive e a compreensão do que acontece no entorno, é a forma de viver bem. Com ambiente e com a sociedade (José Gomes).

O agricultor familiar deve estar vinculado a um processo agroecológico, pois fora dele será um agricultor dependente dos pacotes da revolução verde. Agroecologia significa ter autonomia na produção como um projeto de continuidade da vida (Miraci).

Se queremos pensar a produção da vida, não basta apenas produzir, não se deve pensar apenas na questão econômica, deve-se pensar na qualidade de vida das pessoas e do ambiente, por isso o foco na produção agroecológica (Cláudio Nascimento).

Atualmente o pensamento relacionado ao uso de agrotóxico é unânime entre os membros da ARPA. Para eles, plantar sem agrotóxicos significa ser livre, ter um espaço saudável e equilibrado. É não contaminar o ambiente, água, terra, é não perder a harmonia com ambiente.

A ARPA tem pensado a agroecologia com a preocupação de produção de alimentos para alimentar a humanidade, ou seja, pensa na produção em escala. Neste sentido, há que incorporar tecnologia de forma que não agrida o ambiente, que cause menor impacto possível pois a agroecologia também causa impacto, ao mexer no ambiente algo vai sair da sua ordem natural. Considerando-se que têm impactos que são irreversíveis ao ambiente. Deve-se pensar em um projeto de produção amplo e bem diversificado que atenda as necessidades da população preservando outras vidas no ambiente.

A ação da ARPA nos assentamentos da região vem influenciando na luta de construção deste novo modelo. Porém, estas ações por si só não conseguem responder

as investidas do capital na região, que conta com um aparato tecnológico e financeiro gigantesco para seu desenvolvimento. Sendo assim, a ação da Associação somente terá maior formato, quando estiver ligada a luta dos movimentos sociais que, de certa forma, têm garantido algumas conquistas para os trabalhadores: política de créditos, programa de assistência técnicas, etc.

Percebe-se que a ARPA não pensa numa agroecologia romântica, simplória de “culto a enxada” como enfatiza Machado (2014). No entanto tem discutido um projeto de produção que dê resposta produtiva, em consonância integral ao ambiente e que cause o mínimo de impactos. A Associação tem chamado a atenção na incorporação de tecnologia, cuidando um elemento importante, há não construção de um capitalismo agroecológico, pois deve se ter claro que para a agroecologia ser um instrumento necessário da classe trabalhadora, necessita ser pensada a curto, médio e longo prazo.

Outra reflexão importante na associação é a compreensão de possibilidade de mudança na consciência das pessoas, num processo de junção de teoria e prática, ou seja, ao consumir alimentos saudáveis, as pessoas devem compreender suas funções bem como as formas de produção, adquirindo conhecimento e formulando opiniões, de modo a realizar análises e reflexões sobre o processo.

Ao mesmo tempo, que busca conquistar o apoio dos consumidores, busca junto aos produtores desconstruir a visão desmobilizadora relacionada ao elemento da *penosidade do trabalho*, que constitui-se como elemento sempre usado para não adesão, ao projeto da agroecologia. Neste sentido, para ARPA, a agroecologia é um conjunto de relações, em que as pessoas e o ambiente convivem.

A opção pela agroecologia, na ARPA é uma relação anterior, ainda construída no período das CEBS, onde a defesa da terra constituía-se num processo permanente, envolvendo consciência de classe. A ARPA produz agroecológico por ter compromisso com o projeto de mudança, por ter consciência e compreensão de que não se deve agarrar o mais fácil, mas deve-se ter a responsabilidade de buscar o correto. Ao fazer uma análise do processo produtivo de uma família assentada, sai mais caro comprar o veneno para produzir, do que realizar a busca por práticas agroecológica. Usando aquilo que se tem no ambiente. Produzir agroecológico é uma questão ética. Deste modo, o sítio deve seguir uma norma geral agroecológica, ou seja, não adianta não usar agrotóxico na horta, mas fazer seu uso no pasto ou outros espaços (Miraci).

A ARPA tem sua prática agroecológica como um elemento de formação, pois muitas pessoas acreditam somente vendo. Dessa forma ao participarem vão pegando o gosto pelo trabalho e se formando nas ações desenvolvidas, passando acreditar e

assumindo a posição de produtor agroecológico. Vem trabalhando para aumentar o número de sócios e aglutinar forças a partir dos grupos de produção. De tal modo, que esse processo tem oportunizado a participação de diferentes famílias que ao produzirem, num processo coletivo, eleva seu nível de consciência, sobre produção agroecológica.

3.2.1 – A Cooperação e Comercialização em uma dinâmica de organização do trabalho

A ARPA tem como princípio a produção para o consumo, com a venda dos excedentes. Venda esta que acontece de forma coletiva, ou seja, as famílias organizam seus produtos e entregam em locais definidos em reunião. Estes produtos são recolhidos por uma pessoa da Associação, responsável pela comercialização. Parte dos produtos é entregue para o PAA que, por sua vez, são distribuídos para famílias nas cidades e outros setores como o comércio local e instituição filantrópica. Outra parte é entregue para o PNAE, outro espaço que tem facilitado a comercialização dos produtos diretamente nas escolas. Também tem feiras livres que constituem como um espaço de comercialização, que nos últimos períodos tornou-se um dos desafios importantes assumido pela juventude do assentamento, principalmente aqueles que estão diretamente vinculadas à ARPA. Há também as feiras itinerantes, que são organizadas nos finais de semana, tem como finalidade atingir um público diferenciado como professores, estudantes das universidades e outras instituições. Estas feiras têm a intencionalidade de vender os produtos produzidos pelos assentados, porém o objetivo central é propagandar a agroecologia e a Reforma Agrária.

Para ARPA a comercialização é um instrumento importante para realizar o debate político com as famílias. É também uma forma de dialogar com a sociedade, sobre a importância da produção agroecológica, e ao mesmo tempo, apontar a contradição do modelo de produção capitalista.

É um espaço em que se percebe a opinião da sociedade sobre o que se faz nos assentamentos e de mostrar através da produção, a luta pela terra e reforma agrária. Contrapondo, os meios de comunicações que constantemente propagam problemas sociais e denigre a imagem positiva das conquistas dos trabalhadores. A produção agroecológica tornou-se instrumento fundamental para dizer as pessoas, que é possível produzir alimentos saudáveis para alimentar a sociedade com uma agricultura independente desta, do modelo atual. E que, portanto a reforma agrária é urgente e necessária (Jose Gomes).

No entanto, o processo de produção das famílias é autônomo, ou seja, produzem o que desejam. A Associação busca atuar na comercialização de forma a construir uma relação entre as famílias produtoras e as consumidoras, seja na escola seja as pessoas das periferias da cidade. Neste sentido não é apenas comercializar, mas buscar de fato essa mudança do modelo de produção e de relações humanas. Sendo assim o mercado (mercadoria) não pode ser o central para a definição do que produzir. No Assentamento um produto importante de ser observado é o leite, este é o produto que apresenta maior demanda de produção, atingindo aproximadamente 95% das famílias, chegando aproximadamente 11.000 l/dia, o que o torna extremamente necessário para a sobrevivência das famílias. Porém, muitas vezes, seu processo de produção constitui-se como um entrave na organização agroecológica, pois estrutura-se em uma monocultura, deixando as famílias vulneráveis e dependentes da compra de outros alimentos nos mercados das cidades. Por meio da participação nos espaços de organização da ARPA, pode-se perceber que nos debates político realizado pela Associação não há um entendimento hegemônico sobre o papel político organizativo e combativo da associação, pois tem sócios que ainda não tem esta compreensão mais ampliada e utiliza do espaço apenas para comercialização de sua produção. No entanto, maior parte das famílias associadas, tem compreensão do trabalho político desenvolvido, que vai além da organização da produção, pautada na transformação do modelo político de produção que deve estar vinculadas às lutas sociais. Sendo assim, estas famílias, não podem perder o perfil da dimensão desta luta, caso contrário, não resistirá como uma organização por um longo tempo.

A associação apresenta uma dinâmica diferente para tratar a comercialização dos produtos conforme o agricultor. Não é cobrada mensalidade dos sócios como em outras organizações, mas um valor de 06% do produto vendido. Este valor garante os gastos da associação e sua funcionalidade, suprimindo despesas com funcionários e manutenção de algumas estruturas: caminhão, caminhoneta e trator. E mesmo tendo capacitado algumas pessoas, necessita-se a contratação de quadros profissionais na elaboração de projetos de captação de recursos.

São 23 produtos que compõem a lista comercial da ARPA, e cada produtor deve ter no mínimo 10 variedades de produção. A organização da comercialização é realizada coletivamente em várias reuniões, principalmente na reunião de coordenação dos núcleos onde é apresentada a demanda dos produtos a serem comercializados. No final

de cada mês, faz-se o balanço, para verificar a quantidade de entrega por sócio, e a partir da soma da totalidade vendida, faz-se o pagamento de forma individual.

A renda das famílias varia de acordo com a entrega dos produtos, podendo chegar a uma média R\$ 2.000,00 ao mês.

A comercialização principalmente do PAA e PNAE também acontece de forma solidária, ou seja, quando um produtor não entrega a quantidade de alimento estabelecida no seu cadastro, outro produtor pode realizar a entrega no lugar, utilizando a troca ou empréstimo entre produtores. Não sendo permitida a compra de produtos fora, para serem entregues.

Atualmente a ARPA entrega produtos em vários municípios da região, atingindo um número de 750 famílias, dentro do programa do PAA. Entregando em várias escolas urbanas e rurais, atingindo um número de 8.000 alunos.

Além da comercialização realizada pelo mercado institucional do PAA e PNAE, e feiras, a Associação vem construindo proposta para elaboração de projeto de contrato com mercados dos municípios, para realização de entregas de produtos.

3.2.2 - A saúde como instrumento de organização das famílias

Para o MST (2000) a saúde pública é um instrumento de direito dos trabalhadores e trabalhadoras, sendo resultado de lutas dolorosas impostas à classe trabalhadora historicamente. Seguindo o mesmo estudo realizado pelo MST (2000), em 1923 foi aprovada a lei que garantia atendimento médico à população, porém esta lei só beneficiava trabalhadores dos portos e ferrovias. No entanto, os trabalhadores por meio de constantes processos de lutas, foram criando vários instrumentos a seu favor, entre eles, a “Caixas de Pecúlio” com o objetivo de atender, problemas de invalidez e acidente no trabalho. Este instrumento anos depois foi tomado pelo governo e empresas, movimentando muito dinheiro, e tornando-se um instrumento privado desvinculado da esfera pública.

Nos anos seguintes, nenhuma política governamental foi criada para atender o trabalhador, a saúde passa a ser um instrumento mercantil dominado pelos “laboratórios de fabricação de remédios e hospitais, que receberam investimentos em alta tecnologia e passaram a lucrar cada vez mais com a doença dos trabalhadores” (MST, 2000).

Ainda segundo o MST (2000), a partir de 1970, os trabalhadores juntamente com a população, estudiosos, políticos, sindicatos e profissionais da saúde, na luta pela reforma sanitária vão injetar novos combustível para reforçar a atuação do *Instituto*

Nacional de Previdência Social - INPS, que havia sido “instituído pela Lei Complementar nº 11, de 25.05.1971, prevendo a concessão de aposentadorias por idade, invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social”. (MOSS e SPAGNOL, 2014 p.01). Estes órgãos atendiam pessoas sobre as questões previdenciárias mediante a apresentação de carteira de trabalho assinada, mas também pelas pessoas que eram filiadas nos sindicatos rurais.

Todo este processo de luta se torna a referencia de organização social da saúde que mais tarde se consolida tornando-se a base pra criação do Sistema Único de Saúde – SUS, sendo resultado de uma intensa e forte política social. Institucionalizado na Constituição 1988 “e regulado pelas de 8.080 e 8.142 em 1990” o SUS se constituiu em uma arquitetura institucional altamente inovadora que corresponde a um processo social importante, que se chocou com interesses e valores sociais diversos e que suscitaram a renovação de crenças cognitivas relevantes, algumas delas inéditas na tradição das políticas públicas no Brasil.

A ARPA, desde a sua fundação, não apresenta em sua estrutura orgânica um setor ou coletivo que dedique esforços especificamente à saúde, o que consequentemente faz com que seja um tema pouco sistematizado pelos dirigentes. No entanto, eles reconhecem que a produção e o consumo de alimentos sem agrotóxicos são fatores importantes para a vida e, assim, diretamente vinculados à saúde.

Dessa forma, apesar de não ser foco, o debate da saúde permeia as ações e reflexões coletivas da Associação, visto que é sempre presente as reflexões sobre a necessidade de um ambiente saudável, de alimentação adequada e diversificada, equilíbrio entre trabalho, lazer e luta, entre outros elementos que o coletivo busca construir. No entanto para compreender que esse debate esteja presente é necessário ampliar a concepção de saúde.

De certa forma, os debates da saúde na ARPA, estão ligados aos debates feitos no setor de saúde do MST, que partem principalmente do cuidado com o ambiente e a natureza de forma mais ampla. Isto implica em buscar maneira de organizar a produção, que vai desde: pensar lavouras, cuidados com animais e principalmente o planejamento dos quintais, que são espaços de maiores convivências, pois a natureza e o ser não se desassocia, ou seja, se a natureza fica doente o ser humano sente os impactos.

O homem é um ser social, portanto, faz parte de nossa natureza participar de organização da nossa comunidade e construir ferramentas de lutas e

organização para mudar as coisas que não ajudam a promover a saúde e só trazem desigualdade e injustiça (MST, 2000, p.12).

Para o MST (2000) a saúde constitui-se em um conjunto de relações sociais que se estabelecem entre os seres humanos e o ambiente, primando pelo respeito e cuidado pela organização, que deve ir além de cuidar de doenças, ou ausência dela. Deve ter uma compreensão política de luta de classes, em que a classe trabalhadora só garantirá saúde se estiver envolvida na luta por ela e por outros direitos. *Assim estar com saúde é conviver em uma sociedade sadia, onde homens e mulheres tenham seus direitos respeitados e possam participar das decisões com liberdade e onde a saúde não seja apenas não ter doença* (MST, 2000, p.13).

A saúde é onde os homens e mulheres vivem com a liberdade para participar da luta e ter seus direitos respeitados. Onde a renda e a riqueza sejam distribuídas com igualdade. Com terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer, saneamento básico, transporte, saúde pública, cultura, meios de comunicação, energia elétrica – onde haja justiça, igualdade, participação e organização. (MST, 2000, p.12).

Segundo os entrevistados na associação a saúde está sendo debatida de forma tímida, mesmo assim a compreensão do tema esta presente, segundo seus coordenadores

Tem se constituído como processo contínuo, que vem sendo desenvolvido desde o período de acampamento, até os dias atuais. Neste sentido a saúde é um instrumento de luta fundamental para formação dos sócios (José Roberto).

Algumas escolas tem tido abertura para inserir na matriz curricular, conteúdo que promova informação sobre o tema. Também tem discutido sobre a questão, quando realizam entrega desses produtos nestas escolas. Isso tem permitido que todas as pessoas envolvidas neste processo pensem a relação: entre, o alimento que está consumindo e sua saúde. Se compararmos os tempos atrás com os dias atuais, percebe-se que as pessoas estão mais atentas neste debate, pois anteriormente não relacionavam a saúde, com a qualidade de produtos utilizados dia-a-dia na alimentação (Cláudio Nascimento).

No assentamento Roseli Nunes, a ARPA tem realizado várias críticas à forma de organização do sistema de saúde, ligado à política do município de Mirassol D'Oeste. Entre as críticas, estão os despreparos dos agentes de saúde, que não se envolvem nas questões sociais do assentamento. Estas políticas são definidas pelas autoridades municipais e não condizem com as necessidades do assentamento e tampouco garantem estrutura mínima para o atendimento as pessoas. A observação participante permite

avaliar que de fato é uma situação complexa entenderas ações dos agentes e a forma como a secretaria de saúde tem atuado no assentamento.

A ARPA como vem geralmente seguindo a linha política do debate de saúde do MST, tem feito a defesa da saúde pública como um direito necessário e de fundamental importância para o assentamento. Seu entendimento é que o SUS é uma ótima ferramenta para os trabalhadores, o processo de sucateamento deste setor é uma investida do capital dentro do estado para um processo de privatização da saúde em todo Brasil.

Neste sentido há que se ter cuidado ao criticar de forma geral a saúde públicas e políticas públicas como SUS (que foi uma conquista da classe trabalhadora), mas dever criticar a forma como são trabalhada por partidos e políticos que estão no domínio dos cargos públicos estaduais e municipais especificamente (José Gomes).

Outro debate defendido pela ARPA é a defesa do território livre de agrotóxicos e transgênicos que consiste em debater com os assentados como a área do assentamento pode se tornar livre de agrotóxicos e transgênicos, criar estratégias para promover a agroecologia e gerar saúde no território. É um debate do Programa Nacional para a Redução de Uso de Agrotóxicos - PRONARA e defendido pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida¹⁵.

Pensando nesta idéia de território livre de Agrotóxicos e Transgênicos, nos remete a necessidade de entendimento sobre o papel dos territórios. Para Barcellos *et al*, (2008) a análise sobre o território e espaço permite compreender relações sociais e culturais históricas construídas na região.

Portanto, esta análise remete a algumas discussões que permite fazer nova leitura de um espaço ou território onde se realizou a pesquisa. A abordagem sobre o espaço geográfico deve estar além do ponto vista como sendo uma porção de terra que se identifica pelas expressões de uma sociedade e pela natureza que a compõe. Ou por simples localizações situadas em diferentes escalas do mais amplo ao mais simples ou local. Ele é uma construção social, composta pelo homem e meio ambiente que segundo

¹⁵ A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida trata de um esforço coletivo, assumido por várias organizações e pessoas, buscando combater a utilização de agrotóxicos e ação de empresas vinculadas ao modelo de produção do agronegócio. Entre seus objetivos estão de Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça dos agrotóxicos, criar uma unidade entre, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes e que defende o ambiente, fazer a denuncia e criar restrições as empresas responsáveis por produzir, comercializar expandir o uso de agrotóxicos no país, discutir com sociedade a necessidade de mudança no modelo agrícola atual, para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, 2011)

Santos (1988) é “base física para o trabalho humano; as infra-estruturas são a materialização do trabalho humano em formas; “físicas” – responsáveis pela produção de bens, serviços, ideias e as instituições encarregadas de produzir normas, ordens e legitimações” (SANTOS, 1988, p. 6).

Como podemos perceber, o assentamento constitui-se como um território dentro do espaço geográfico da região sudoeste de Mato Grosso, mas extrapola limites de espaços geográficos, como o caso dos municípios em que ele se localiza. O ambiente em que faz parte, também é característica da região, mas se estende a outras regiões do estado. Desta forma, a construção dos territórios livres de agrotóxicos, depende da compreensão de um conjunto de relações sociais e culturais que compõe um determinado espaço geográfico, rompendo com alguns valores que foram construídos pela relação nele estabelecidos e ao mesmo tempo construindo outros, principalmente aqueles que estão ligados à forma de produzir e sobreviver no novo território. (esta frágil deve aprofundar o tema)

A ARPA, se constituindo no processo histórico da luta pela terra, com objetivo de organizar a produção, é uma organização localizada dentro de um assentamento, porém, não está desvinculada à totalidade social. Assim, não é possível fazer a análise desconsiderando esta construção histórica, pois se entendermos a essência de sua formação vamos detectar valores, vícios e fragilidades enraizados historicamente.

Assim há necessidade de ir ampliando seus debates para outros elementos envolvidos no processo de reprodução social, uma vez que se a organização focar apenas na melhoria das condições econômica das famílias há grande risco de cair na lógica do mercado.

Assim a saúde deve integrar o debate da agroecologia nessa perspectiva de construção de uma sociedade que contemple as condições descritas na concepção de saúde do MST.

4.2.3 – Educação como espaço estratégico de formação, comercialização e divulgação da agroecologia e a reforma agrária.

Assim como a saúde, a discussão relacionada à educação na ARPA é incipiente. A dimensão política representada pela Associação, sendo parte da luta do MST, historicamente vem acumulando práticas pedagógicas e construindo um acervo teórico importante, principalmente relacionado a educação do campo. Após analisar o

posicionamento da ARPA, relacionado à educação, podemos afirmar que este debate, em alguns momentos, não é elemento central.

Dentro dos princípios filosóficos e pedagógicos, o MST destaca temas relevantes na formação humana: cooperação, organização do trabalho e agroecologia, entre outros temas que estão em consonância com os trabalhos desenvolvidos na ARPA.

Em determinados momentos este tema precisa avançar na Associação, que tem realizado o debate e mantido certos vínculos com a escola do assentamento. Mesmos parcialmente educadores tem inserido na matriz curricular conteúdos importantes, para promover discussão com a comunidade escolar e proporcionar a formação das pessoas a partir do debate sobre agroecologia, cooperação e organização do trabalho nos assentamento (Cláudio Nascimento).

Durante o trabalho de pesquisa em campo observou-se que dentro das atividades formativas a ARPA tem pensado no processo de formação dos agricultores, a partir da teoria e da prática. De forma que tem buscado parcerias com entidades, professores, intelectuais e grupos do próprio assentamento. CNPQ.

As pessoas da cidade, inclusas nas escolas, de modo geral, tem uma visão distorcida da realidade do assentamento, não tem dimensão da organização das famílias, e ao conhecer passa a defender e divulgar o trabalho dos trabalhadores (Claudio Nascimento).

A relação da Associação com escolas de vários municípios da região, ocorreu inicialmente através da produção, via mercado institucional, principalmente pelo PNAE, através da organização e entregas de produtos para merenda escolar. No seu desenvolvimento, verifica-se que esse processo em determinados casos, não ocorre de forma harmoniosa, pois os produtores encontram-se resistentes em conquistar esse espaço, mesmo tendo uma lei que determina que 30% da merenda deve vir da produção da agricultura familiar.

Um dos entraves encontrar-se na influência dos representantes inclusos nas escolas e com poder aquisitivos mais elevados, pois suas famílias são donas de estabelecimentos comerciais, o que culmina em querer disponibilizar sua mercadoria para atender às escolas. Outro fator é a burocracia do Estado, que demora para disponibilizar documentos necessários para permitir que se organize a produção e realizar as entregas nas escolas. A ARPA tem usado estes espaços para realizar debates sobre agroecologia, a produção de alimentos saudáveis e reforçar a campanha contra o uso de agrotóxicos. A escola Madre Cristina, localizada no assentamento tem realizado este debate com certa eficiência.

A relação com as escolas nas cidades está restrita ao processo de produção e comercialização, carente de um debate político estratégico sobre a importância de todo processo de produção. A ARPA precisa promover espaços de discussões e planejamento estratégico de como promover este dialogo, pois esse debate deixa de ser realizado devido o ritmo acelerado das ações de produzir e entregar.

Para a ARPA a relação com as escolas devem ser uma ação estratégica, pois além de fortalecer o comércio com produtos agroecológicos, permite visibilizar o modo de vida e produção de trabalhadores e trabalhadoras assentadas, evidenciando o papel da reforma agrária e a importância da luta pela terra, como uma realidade possível e estratégica para a associação e classe trabalhadora.

É preciso avançar principalmente quando se trata da agroecologia, pois mesmo sendo o agricultor o sujeito principal, o tema envolve uma diversidade de fatores e outras organizações e entidades. Assim, deve-se definir o papel das escolas, afinando o debate, criando um plano de trabalho de como envolver as escolas em ações estratégicas, principalmente na formação política dos trabalhadores. Devemos pensar como as escolas podem ajudar a associação na organização da produção, no debate sobre as necessidades de políticas públicas para o campo e a própria associação, portanto, as escolas devem ser aliadas do processo, na construção do modelo de agricultura que queremos e na propagação da agroecologia.

A ARPA não tem pensado um programa de formação específico com as escolas. No entanto julga necessário pensar algo nesta direção que vai além de produzir e comercializar produtos. Busca estabelecer e fortalecer relação entre a associação e as escolas, devido às escolas atingir mais pessoas na sociedade.

Na escola Madre Cristina o debate relacionado o projeto político pedagógico, educação do campo e o papel do educador têm avançado. O educador tem buscado ligar os conteúdos estudados, com a vida das pessoas do assentamento, colocando em debate os conflitos vivenciados sobre a saúde e alimentação e levando o aluno a pensar sua vida e transformar sua prática. Já em outras escolas esta ação não tem acontecido, pois muitas vezes permanece apenas a discussão teórica, faltando muito, para construção de uma proposta mais sólida (Cláudio Nascimento).

Desta forma é nesta relação com as escolas que ARPA encontra um grande espaço para trabalhar a dimensão política da agroecologia, pois este espaço exige discussões teóricas e informações fundamentais sobre este tema. Assim a busca por

estas informações exige novos estudo e pesquisa para fazer o debate e definir novas ações.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho realizado podemos considerar que a ARPA é um espaço de organização de grande relevância para o processo de luta da classe trabalhadora na região. Atuando como instrumento de contraposição ao modelo do agronegócio que rapidamente vem-se avançando neste espaço.

Porém, mesmo com sua dinâmica de organização e relação política já estabelecida, esta por si só, torna-se uma organização isolada quando desvinculada dos movimentos sociais que direcionam as mobilizações. Sendo assim, as ações da associação têm fundamental importância, realizando o debate da agroecologia, denunciando o uso de agrotóxicos e ações destrutivas de empresas ligadas ao agronegócio na região. Portanto, tais ações pode-se perder num vazio, se não houver uma compreensão conjunta, de que as relações sociais estabelecidas na região fazem parte de uma estrutura criada historicamente, baseadas no desenvolvimento do capitalismo na sociedade e especificamente na agricultura.

No entanto, vários desafios na ARPA necessitam ser analisados. Romper limites internos do processo organizativo que interferem diretamente na estrutura orgânica e produtiva de organização, como: a comercialização da produção, melhoramento no planejamento do trabalho e desistência das famílias que ao se desvincularem da organização causam impactos relevantes com redução da produção e desmantelamento destas organizações.

Já processo de cooperação demonstra fragilidade, quando focado apenas na comercialização. A cooperação é um elemento político organizativo essencial dentro de uma organização como a ARPA, mas ao restringi-lo apenas a comercialização, corre-se o risco de perder trabalhos realizados no momento que surgirem intempéries do mercado, como por exemplo: fim de programas institucionais que podem acarretar em grande desistência de sócios, e que posteriormente poderá se tornar impactante no interior da Associação. Assim, deve-se ter uma dimensão abrangente no que se refere à cooperação, pois este processo desenvolve-se desde a organização do trabalho e comercialização até o envolvimento com as questões sociais, políticas e culturais da associação.

Portanto no que se refere à cooperação é necessário avançar em alguns desafios: associar mais pessoas na ARPA; organizar coletivo de trabalho; incentivar a produção diversificada; ampliar mercado com novas feiras municipal, estadual e nacional; aumentar a produtividade agrícola,

A educação é um desafio que se necessita olhar estrategicamente. Porém, as ações da ARPA e relações estabelecidas com as escolas são tímidas pela sua capacidade organizativa, quando se refere que o espaço educacional é instrumento estratégico para desenvolver ações formativas de qualquer organização.

Embora sabendo que maior parte da juventude está incluso no sistema de ensino ainda um tanto arcaico, como o sistema brasileiro, e a serviço do capital, é possível realizar o debate com estes jovens, discutindo e propondo ações práticas que possam mudar seu entendimento.

O MST ao longo de sua história tem construído acúmulos importantes, tanto no campo teórico quanto nas práticas educacionais nas escolas, este realiza o debate sobre a educação nos assentamentos de reforma agrária, com defesa concreta da Educação do Campo. Este debate não aparece como um dos elementos centrais das ações da ARPA, mesmo esta tendo uma relação próxima às escolas.

Para Caldat (2012):

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012. p.259)

No entanto, este setor de atuação precisa ser mais ousado, pois conforme o consenso da Associação, à formação necessita andar casada com ações práticas, caso contrário não transforma ou eleva o nível de consciência das pessoas.

Desta forma a Associação tem deixado de ampliar o processo de formação de muitos trabalhadores que estão diretamente ligados as pessoas que se relacionam com a associação. Neste sentido, é necessário estabelecer tempo para estudo teórico, pois desafio deve extrapolar a relação comercial de produtos produzidos pelos assentados, criando um processo permanente de formação conjunta às escolas, buscando fundar no

processo de cooperação, organização do trabalho coletivo, formação humana bem como realizar o trabalho de base para que novos grupos se aderem a Associação e tenham condição para trabalhar e organizar a produção.

Relacionado ao tema saúde, a associação limita-se em deixar apenas nas denúncias sobre uso de agrotóxicos ou incentivos e produção de alimentos sadios sem uso de veneno. Desta forma, esse debate descolado do que se constitui saúde de forma ampla, requer atenção orgânica. Portanto é necessário criar coletivos que divulguem, discutam e organizem a saúde no assentamento. Na sua maioria os agentes de saúde, SUS vinculados à secretaria de saúde do município, buscam apenas garantir seu emprego, fato que tem causado insatisfação das famílias, e que, no entanto não se tem conseguido articulação para garantir seus direitos neste setor. Mesmo o MST que tem o coletivo de saúde, que busca encontrar alternativas para tais situações, também verificou que o debate no assentamento esta descolado das ações, tanto de luta contra os agrotóxicos, quanto do processo de produção de alimentos saudáveis e articulação com a agroecologia.

A formação política dos membros da ARPA também se apresenta como desafio importante. No entanto, a inserção de mais pessoas no trabalho político de formação e articulação com a sociedade, também é um fator fundamental.

Neste sentido é necessário criar plano de formação permanente dos integrantes da ARPA, especificamente dos agricultores para que entendam e acompanham o que está acontecendo nesta conjuntura política, e sua relação com a agricultura principalmente na região. O curso Técnico Pé-no-chão, já realizado pela Associação no período de sua criação, foi um espaço importante para formação de quadros e militantes. Este curso formou técnicos agroecológicos, em parceria principalmente com a FASE, e atualmente necessita ser retomado devido sua nova dinâmica de produção e organização.

As ações práticas da ARPA se constituem em espaço de formação constante e em cada atividade desenvolvida a associação busca trabalhar com as famílias o processo de aprendizagem.

Ao participarem de grupos sociais, elas vão percebendo que pode ser mudada, vão elevando o nível de compreensão e de interesses, passando do interesse individual para o interesse social. Esses interesses sociais vão além da produção de alimentos e da renda, passam-se a questionar e discutir as relações entre mulheres e entre mulheres e homens. (ARAUJO, 2015, p.65).

Desta forma, este trabalho pesquisa buscou destacar as relações sociais que a ARPA tem estabelecido na sua dinâmica de produção de alimentos agroecológicos, e posicionamento como um elemento dinamizador da luta pela terra na região. No entanto vem realizando ações práticas, sem desvincular do processo histórico das lutas camponesas que aconteceram outros períodos da história da humanidade. Portanto, a Associação não poderá ser a responsável por uma transformação social, porém, suas ações desenvolvidas devem servir de estudo e referência para as lutas que estão por vir.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. **Questão Agrária e Agroecologia no Brasil do século XXI.** In: MOLINA, M.C. et al. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA.** Brasília, NEAD, 2014. p. 23 – 57.

ALVES, Flamarion Dutra *et al.*, **Formas de (Re) Produção Familiar no Espaço Rural: Campesinato, Agricultura Familiar E Pluriatividade,** UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 120-140 www.geouerj.uerj.br/ojs 10/01/2016 14:20

ARAÚJO, D. O., **Mulheres na Produção de Hortaliças - Processos Agroecológicos numa Perspectiva de Superação das Desigualdades de Gênero,** Dissertação de Mestrado Profissional em Agroecossistema, UFSC, Florianópolis, 2015.

BARCELLOS, *et al.* 2008. **O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização.** In: MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. e MONKEN, M. (orgs.). **Território, ambiente e saúde.** Rio de Janeiro, Fiocruz.

BARROZO, J. C. (org.) **Posse e conflitos pela terra em Jauru – MT, Mato Grosso: do sonho à utopia da terra.** Cuiabá, ed. UFMT-Carlina&Caniano Editorial, 2008.

BENITE, A. M. C., **Materialismo Histórico Dialético na Pesquisa Educacional** Laboratório de 50/4 – 25 de septiembre de 2009. Disponível em: rimeo.org/deloslectores/3024Benite, acessado em: 08/06/2015

BOGO, A., **Coletânea Cartas de Amor** <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files>, 2006. pdf, 19/05/2016 8:00h

BORGES, F. T. M. **Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930).** Cuiabá, Genus, 1991.

CALDART, R.S., **Educação do Campo,** In: CALDART, R.S. *et al.* (org.) **Dicionário da Educação do Campo,** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. p. 257 -264, 2012.

CARLI, S. A. **A Luta dos Movimentos Sociais do Campo Pelo Acesso a Terra na Amazônia Mato-grossense,** UNIOESTE, PR, 2011

CARVALHO, H. M., **Desafios para o Agroecologista como Portador de uma Nova Matriz Tecnológica para o Campesinato** (Curitiba, 31 de julho de 2007) www.fca.unesp.br/Home/Extensao/. 03/03/2016

CASTRO, S. P. *et al.* **A colonização oficial de Mato Grosso: A nata e a borra da sociedade.** Cadernos de NERU, Cuiabá: ADUFMAT, 1994.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA, Diário Oficial Venenoso - 10 novas solicitações de registro de agrotóxicos publicadas hoje. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/4Sf8QY> , Acessado em: 01/09/2016

CONAB. *Acompanhamento de safra brasileira: grãos, V.1, Safra 2013-2014 N.4 – Quarto Levantamento, janeiro de 2014.* Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/qqQLDQ> , acessado em: 23/01/2014.

CRUZ J. I. *et al.* **Detecção De Contaminação De Solo Por Vinhaça Através De Análise De Dados De Eletrorresistividade.** Rev. Bras. Geof. vol.26 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2008

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Dados sobre violência no campo, 2008.** Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. 15/04/2016

CURVO, H.R.M.; PIGNATI, W.A.; **Morbi mortalidade por câncer infanto-juvenil associada ao uso agrícola de agrotóxicos no estado de Mato Grosso.** Brasil. Rio de Janeiro, Cadernos de Saúde Coletiva, 21(1): 10-17, 2013.

DELGADO, G.. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no pós-guerra: Um estudo da Reflexão Agrária.** Estudos avançados. 2001

FARIA A. M. M, *et al.*, **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a Importância dos Apls no Fluxo de Comércio, Nota Técnica 04, 2010** <http://www.redesist.ie.ufrj.br/notas-tecnicas/bndes-n-ne-mt> 04/04/2016

FELICIO, M. J. **Debate Paradigmático: Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário.** (In) VINHA, J. F. S. C.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. **DATALUTA: Questão Agrária e Coletivo de Pensamento.** (org.). São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 17 – 38.

FERNANDES, B. M. **Território Camponês.** In: CALDART, R.S. *et al.* (org.) **Dicionário da Educação do Campo,** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. 2012.

FRANCO, K. J. S. M., CARMO, A.C. F. B., MEDEIROS, J. L. **Pesquisa Qualitativa Em Educação: Breves Considerações Acerca Da Metodologia Materialismo Histórico E Dialético.** *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá, v.2, n. 2, p.91-103 – jul/dez 2013 – ISSN 2238-3565*

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional (in): FAZENDA, I. C. A. (org.) Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez. 2010

GALVÃO, M. E. **A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu.** In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

GIACOMITTI, P., **Efeitos do Herbicida. “Tordon 2,4-D 64/240. Trietanolamina Br” em Filhotes de Mães Contaminadas Durante a Gestação e Lactação .** Disponível em: <https://goo.gl/7BdgvD>, Acessado em: 22/01/15.)

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** 2ª. Edição. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LAMERA, J. A., **Análise da Eficiência dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso,** UFMT, Cuiabá 2008.

LAMERA, J.A e FIGUEIREDO A. R. **Os Assentamentos Rurais em Mato Grosso,** UFMT, Cuiabá, 2008.

LOPES, S. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7ª. edição São Paulo-SP: Editora Paz e Terra, 2011.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia–** 1 edição, São Paulo - SP: Editora Expressão Popular, 2014.

MANÇANO, B. **Delimitação Conceitual de Campesinato**

<https://pt.scribd.com/.../Delimitacao-Conceitual-de-Campesinato-Bernard...> 27 de abr de 2014. Acessado 15/05/2015 22:17h

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. ENGELS, F., **O Manifesto do Partido Comunista: edição comemorativa dos 150,** Corrente o trabalho do PT, 1998.

MARX, K; **O Capital. Crítica da economia política,** Livro 1 – Processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle, Editora Boitempo, São Paulo, 2013.

MDA, Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cáceres 2010 . www.mda.gov.br/sitemda/sites/.../files acessado 10/06/2015 18:06

MENDES, M. F. *et al.* **Agricultura Familiar Agroecológica e Segurança Alimentar na Região Sudoeste Mato-grossense,** Brasil, 2012 www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1179_1.pdf

MINAYO, M. C. de S., **O DESAFIO DO CONHECIMENTO Pesquisa Qualitativa em Saúde,** 14ª Ed. São Paulo, Hucitec, 2014.

MOREIRA, R. M.; STAMATO, B. **Cartilha Agroecológica.** Instituto Giramundo Mutuando. Botucatu, SP: Editora Criação Ltda, 88p. 2005.

MORENO, G. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992.** Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

MST, **Construindo o conceito de saúde do MST**, Caderno de Saúde N° 05, Setor de Saúde, 2000

MST, *A constituição e o desenvolvimento de formas Coletivas de Organização e Gestão do Trabalho em Assentamentos de Reforma Agrária – CONCRAB*, Caderno de Cooperação n°011 maio de 2008.

MOSS, L.R e SPAGNOL, L. **O Fundo de Assistência ao Trabalhador rural (FUNRURAL)**, Breve histórico sobre a Assistência ao Trabalhador Rural. Elaborado em 03/2014. artigoscheckpoint.thomsonreuters.com.br 26/08/2016

NEVES, D. P. (Org.) **Coleção História Social do Campesinato no Brasil Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil Formas dirigidas de constituição do campesinato**. Volume 2, São Paulo 2008 Editora UNESP

OLIVEIRA, A. U.; STÉDILE, J.P.. **O agronegócio X agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. Cartilha da Concrab. Brasília: CONCRAB, 2004.

OLIVEIRA, S. S., AZEVEDO R. T.. **Do latifúndio ao assentamento: recriando a agricultura camponesa no Mato Grosso**. Revista Agriculturas • v. 11 - n. 2 • julho de 2014. <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-Roseli-Nunes.pdf>

Palma DCA; Lourencetti; Uerker; Mello; Dores. Agrotóxicos em leite de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT. J. Braz Chem. Soc., vol.25, n.8, 1419 – 1430, 2014.

PEREIRA, B. D. **Mato Grosso: principais eixos viários e modernização da agricultura**. Cuiabá, Ed UFMT, 2007.

PICOLI, Fiorelo, **Amazônia: a ilusão da terra prometida**, Ed. Fiorelo, Sinop – MT, 2004.

PIGNATI, W.; MACHADO J.M.H.; CABRAL, J.F. **Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde**. Cien Saúde Coletiva 2007; 12(1): 105-114.

PIGNATI, W.; OLIVEIRA, N. P.; SILVA, M., C., **Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros**. Ciênc. saúde coletiva vol.19 no.12 Rio de Janeiro Dec. 2014 <https://goo.gl/q9NQYQ>

PORTO-GONÇAVES, C. W. **A globalização da Natureza e a natureza da globalização**, Editora Record, Rio de Janeiro, 2006

PORTO, Ari Eduardo, **A Origem da Propriedade da Terra** (1) <http://doc.brazilia.jor.br/Historia-Projetos/Torrens-origem-propriedade-terra-1.shtml> 19:02:2015/10:00

REDIN, E. SILVEIRA, P. R. C., **O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea**. UFSM, Santa Maria - RS - 2009.

SANTOS, M, **O retorno do território**. In: SANTOS, M. *et al.*; (orgs), **Território, Globalização e Fragmentação**, Editora Hucitec, São Paulo, p.15-20, 1998.

SCHLESINGER, Sergio, **Bicombustíveis: energia não mata a fome**. Action Aid Brasil e FASE Mato Grosso 2013, fase.org.br/wpcontent//publicação impactos bio-combustíveis mt.pdf

SCHLESINGER, Sergio, **Pantanal por inteiro, não pela metade. Soja, hidrovias e outras ameaças à integridade do Pantanal**. 1º edição Ecosystem Alliance Mato Grosso, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/VqlrHM>

Silva, S.A. **O agronegócio e as intoxicações agudas por agrotóxicos em Mato Grosso, Brasil**, Cuiabá, Instituto de Saúde Coletiva da UFMT, 2014.

SINDAG. **Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas Dados de produção e consumo de agrotóxicos**. Disponível em: <http://www.sindag.com.br>, Acessado em: 20/12/2013

SUZIGAN, W. **Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30**. Revista de Economia Política, n. 1, v. 4, jan./mar. 1984.

TAGLIETTI, D. B., **A Natureza Social e Econômica da Lei de Terras de 1850**. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/0vglmt>

TONA, N. e GUHUR D. M. P. **Agroecologia**. In: CALDART, R.S. *et al.* (org.) **Dicionário da Educação do Campo**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. p. 57-65, 2012.

UFU. **Agricultura Familiar Agroecológica e Segurança Alimentar na Região Sudoeste Mato-grossense**, Brasil. <https://goo.gl/aLk6oV>

VIA CAMPESINA. **A natureza do Agronegócio no Brasil**. março de 2006

WANDERLEY, M. N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro** Anais XX Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo-Brasília, /Hucitec-Edunb1995.